

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Adrián Fernández Torello

**PARTIDOS POLÍTICOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DO
MERCOSUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Ciência Política

Campinas

fevereiro 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

F391p **Fernández Torello, Adrián**
Partidos políticos na integração regional : o caso do
MERCOSUL / Adrián Fernández Torello. - - Campinas, SP :
[s. n.], 2010.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. MERCOSUL. 2. Partidos políticos. 3. Integração regional.
I. Meneguello, Rachel, 1958- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Party politics and regional integration: the case of
MERCOSUL

Palavras chaves em inglês (keywords) : Political parties
Regional integration

Área de Concentração: Partidos Políticos e Comportamento Político

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Rachel Meneguello, Tullo Vigevani, Valeriano Mendes
Ferreira Costa

Data da defesa: 25-02-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Adrián Fernández Torello

PARTIDOS POLÍTICOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DO MERCOSUL

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação da Profª. Drª. Rachel Meneguello,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Ciência Política

Este exemplar corresponde à redação
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 25/02/2010

Banca examinadora:

Prof. Drª Rachel Meneguello (Orientadora)
Departamento de Ciência Política-IFCH/UNICAMP



Prof. Dr. Valeriano Mendes F. Costas
Departamento de Ciência Política-IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Tullo Vigevani
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas-FFC/UNESP



Suplentes:

Prof. Drª Karina Pasquariello
Departamento de Antropologia Política e Filosofia-FCL/UNESP

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto
Departamento de Ciência Política-IFCH/UNICAMP

Agradecimentos

Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram, desde diferentes visões, conselhos e parcerias a percorrer este tempo de trabalho acadêmico. Agradeço à minha família por ter me apoiado sempre, Adrián, Mariella, Maite, Euge e minha *cara Nonna*. À minha companheira Gláu que me apóia de forma incondicional em todos meus projetos, e como ela sempre diz, o futuro é nosso! Agradeço à sua grande família que me tratou sempre como um integrante a mais, Tia Ruth, Lia, Gustavo, Joana, Luana, Ricardo, Tuany, e a baixinha Zelé. Um especial agradecimento para Zé Walter, Nelci e Muriel.

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas por me acolher e me apoiar em todo meu amadurecimento profissional. Em especial, volto meu sentimento de gratidão à professora Rachel Meneguello, primeiro, por ter aceitado orientar meu trabalho e, logo, por sua inigualável paciência e dedicação para com o processo de tessitura e arranjo final deste trabalho. Também o mesmo sentimento é direcionado aos membros desta banca, os professores Tullo Vigevani e Valeriano Mendes por terem aceitado participar deste momento tão importante de minha jornada formativa e profissional.

Agradeço também aos funcionários da UNICAMP e do IFCH por prestarem sempre uma fundamental ajuda para cada problema ocorrido. Aos meus companheiros de turma, André, Julio, Luiz, Rodrigo, Fernanda, Marcelo e Zé.

Ressalto um agradecimento e abraço eterno, que com certeza vai continuar se manifestando anos após anos, roda de samba atrás de roda de samba - a todos os integrantes dessa confraternidade chamada “República do Apolo”. Aos meus grandes companheiros, camaradas e eternos amigos, Bruno, Gabriel e Débora, Juan, Rodrigo e Clara, Pedro e Patrícia, Niema, Niterói, Marcos e Letícia, Luciano, Lucas, Angeli, Victória, Vitarque, Letícia e Ian, Jaim, Diego e à banda “Saudosa Clotilde” que com certeza terá como destino, o sucesso. Uma menção especial para o grande Apolo.

Meus sinceros agradecimentos à turma do Basket da LAU que me permitiu desfrutar de um esporte que tanto gosto, ganhando e perdendo, mas sempre, ao final, desfrutando de todas as amizades - Luizinho o DT, Lalo, Saulo, Bruno, Herique, Russo, Daniel e Bella, Liniker e Hermano.

Resumo

Esta dissertação investiga o acionar dos partidos políticos no âmbito do Mercosul, procurando demonstrar como as características próprias de cada sistema partidário podem interferir na capacidade de incidência dos partidos políticos com relação o processo regional. O estudo é baseado na perspectiva teórica do Neo-funcionalismo, o que levou a separar a análises dos partidos em dois níveis: um interno e outro externo. No nível interno estudamos, primeiramente, os graus de institucionalidade dos países eleitos (Argentina, Brasil e Uruguai) e, posteriormente, realiza-se um levantamento acerca da porcentagem de aprovação das decisões emanadas do Mercosul e interiorizadas por cada Parlamento Nacional. No nível externo foram pesquisados os partidos políticos no âmbito do Parlamento do Mercosul, centrando a análise, especificamente, na composição político partidária e territorial dos parlamentares e, num segundo momento, foram estudados os debates e aprovações feitas nas sessões. A principal conclusão do trabalho permite afirmar que as características próprias dos sistemas partidários dos países do Mercosul, não estariam gerando condições propícias para um desempenho adequado dos partidos políticos para com o mesmo.

Abstract

This dissertation investigates the action of political parties within the Mercosur, aiming to demonstrate how the particular characteristics of each political party may interfere in their capacity to influence the regional process. The study is based on the theoretical perspective of Neo-functionalism, which led to divide the analysis of the political parties in two levels: internal and external. At the internal level we first analyzed the level of institutionalization of the studied countries (Argentina, Brazil, and Uruguay) and, subsequently, we conducted an analysis of the percentage of the decisions made by the Mercosur and adopted by the Congress of each country. At the external level, first we studied the political parties within the Mercosur Parliament, focusing the analysis in the political party and territorial composition of the representatives, and secondly, the debates and acts passed during the Sessions. The main conclusion of this thesis is that the particular characteristics of the party systems of the countries members of the Mercosur would not be fostering the appropriate conditions for an adequate performance of the political parties in the development of the regional bloc.

Sumário

<i>Introdução</i>	13
<i>Capítulo 1 – Teorias da Integração, Sistemas e Partidos</i>	17
1.1. Neo-Funcionalismo	17
1.2. Inter-governalismo	28
1.3. A análise da integração sul-americana	34
<i>Capítulo 2 – Sistemas de partidos políticos</i>	41
2.1. Os Partidos Políticos como atores da integração	41
2.1.1. Partidos Políticos, Sistemas de Partidos e institucionalização	43
2.1.2. Sistemas de Partidos	44
2.2. Justificativa e opções metodológicas	47
<i>Capítulo 3 – Nível interno: integração, institucionalização e Partidos Políticos</i>	53
3.1. Sistema de partidos, níveis de institucionalização e integração	53
3.1.1. Argentina	56
3.1.2. Brasil	60
3.1.3. Uruguai	63
3.1.4. Volatilidade eleitoral	65
3.1.5. Fragmentação eleitoral	69
3.1.6. Número Efetivo de Partidos	71
3.2. Interiorização das Normas	73
3.2.1. O Modelo Europeu	74
3.2.2. A elaboração e interiorização no Mercosul	76
3.2.3. Internalização das normas do Mercosul	77

<i>Capítulo 4 – Parlamento do Mercosul</i>	91
4.1. O presente do processo de instalação do Parlamento e sua composição	91
4.2. Composição político partidária dos Parlamentáres	94
4.3. Composição territorial dos Parlamentáres	96
4.4. Aprovações do Parlamento do Mercosul	100
4.4.1 Sessões	108
 <i>Conclusão</i>	 119
 <i>Referências bibliográficas</i>	 125
<i>Documentos Consultados</i>	131
<i>Sitografia</i>	132
<i>ANEXO</i>	133

Glossário de siglas e abreviaturas

Instituições da União Européia

ConE – Conselho Europeu

CE – Comissão Européia

CECA – Comunidade Européia de Carvão e Aço

CEE – Comunidade Económica Européia

PE – Parlamento Europeu

TJE – Tribunal de Justiça Européia

UE – União Européia

Instituições do Mercado Comum do Sul

CCM – Comissão de Comercio do Mercosul

CMC – Conselho do Mercado Común

CPC – Comissao Parlamentaria Conjunta

GMC – Grupo do Mercado Común

MERCOSUR – Mercado Común do Sul

PM – Parlamento do Mercosul

Partidos Políticos

ANR – Associação Nacional Republicana.

APC – Aliança Patriótica para o Cambio.

ARI – Afirmação para una República Igualitária.

MPT – Movimento Popular Tekojaja.

PLRA – Partido Liberal Autêntico.
PPQ – Partido Pátria Querida.
FREPASO – Frente País Solidários
UNACE – União Nacional de Cidadãos Éticos
PAFJ – Partido Aliança Frente Justicialista
FCySdeC - Frente Cívico e Social de Catamarca
PJ – Partido Justicialista
FPV – Frente Para a Victoria
UCR – União Cívica Radical
DEM- Partido Democrata
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
PT – Partido Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela

Introdução

Diferentes enfoques, análises e conclusões têm tido as pesquisas que versam sobre o estudo do Mercosul. A integração regional se apresenta como um projeto tão amplo e complexo que permite a análise desde diversas áreas do conhecimento. Trabalhos a partir das relações internacionais, economia, ciência política, sociologia e até culturais são os mais recorrentes para a abordagem destes tipos de processos, mas esta diversidade não se restringe unicamente ao campo científico escolhido, dentro das disciplinas ou ciências.

Existem diferentes enfoques teóricos e formas de se aproximar aos objetos de estudo. Sobre a situação específica do Mercosul, é correto afirmar que independente da área do conhecimento e marco teórico existe um consenso majoritário de que o processo de integração atualmente se encontra em um estágio insuficiente pela concretização e/ou incapacidade atual para poder alcançar os objetivos originais. O Mercosul, atualmente, é definido como uma união alfandegária imperfeita, pois não existe um código alfandegário único e a livre circulação de bens em sua totalidade encontra diferentes entraves.

Em termos político-institucionais o Mercosul possui uma mínima burocracia, e um desenho inter-governamental para efetuar as decisões, sem ter nenhum tipo de supranacionalidade na sua estrutura institucional. Sobre esta situação, pareceria existir certo consenso que a estrutura atual é inadequada e é parte do problema. A dificuldade se encontra nas diversas visões sobre para onde vai e como deveriam ser as mudanças. De igual maneira, o Mercosul tem promovido aspectos positivos aos seus integrantes, dado que o intercâmbio comercial entre os países membros tem adquirido um incremento constante desde o começo do processo de integração. Outro aspecto positivo está na manutenção do processo de integração, apesar das críticas e crises sofridas pelo Mercosul.

Nesse sentido, como foi mencionado, anteriormente, o Mercosul está longe de ter um funcionamento ideal para obter os objetivos desenhados na hora de sua

criação, e também encontra dificuldades para fazer as mudanças necessárias para melhorar sua estrutura e desempenho.

O presente trabalho pesquisou a importância e a capacidade de incidência dos partidos políticos dos Estados Membros, (Argentina, Brasil, Uruguai e o Paraguai, em menor medida) sobre o projeto de integração regional do Mercosul. Dessa forma, integrou conceitos e teorias referentes às Relações Internacionais e da Ciência Política. No primeiro capítulo é realizada uma revisão das principais teorias da integração regional, voltando a atenção na função que desempenham os partidos políticos nas duas principais teorias, o Neo-funcionalismo e o Intergovernalismo. A partir da apresentação dessas teorias é justificada a escolha para a análise da teoria Neo-funcionalista, isto porque, um dos principais conceitos do Neo-funcionalismo para explicar a potencialidade de êxito da integração é encontrado na capacidade de geração de *spillovers*. Tal situação trata da união de atores, neste caso os partidos políticos, na procura de efetivar políticas conjuntas para incrementar os graus de integração. No caso específico dos partidos políticos esta situação se efetiva através da articulação destes em diferentes países a partir de correspondências ideológicas. As articulações dos partidos gerariam uma atuação conjunta, elevando os níveis gerais de uma consciência a favor da integração, e logo se espalhando à totalidade dos partidos e outros setores. Neste contexto, a principal hipótese desta pesquisa consiste em demonstrar como as características, padrões e níveis de institucionalidade dos partidos políticos e os próprios sistemas partidários, obtêm relevância como condição necessária para um funcionamento efetivo destes em relação à integração regional.

No segundo capítulo é realizada, na primeira parte, uma retomada das teorias concernentes aos partidos políticos e sistemas partidários, enfocando o grau de institucionalização dos sistemas. Os níveis de institucionalização dos sistemas partidários permitem apreciar valores importantes para o conjunto dos partidos, como o enraizamento destes na sociedade, níveis de ideologização, e de forma geral, a estabilidade.

Levando em conta a escolha pela teoria Neo-funcionalista, a metodologia de análise dos partidos políticos em relação à integração regional se realiza separando a mesma em dois níveis: a) no nível interno, analisando, em primeiro lugar, os níveis de institucionalidade do sistema e em segundo lugar o vínculo dos partidos com o Mercosul através dos parlamentos nacionais; b) no nível externo, abordando a integração das delegações no Parlamento do Mercosul e o funcionamento do próprio Parlamento.

É importante ressaltar que, para o estudo dos sistemas partidários dos países membros do Mercosul, em algumas das análises foi necessário prescindir de análises concernentes ao Paraguai, pela dificuldade de acesso aos dados e bibliografias. Também é relevante observar que para o desenvolvimento do trabalho, em algumas das análises, foram tomadas como referência similares situações e desenhos institucionais da União Européia. Essa escolha se justifica para ter como referencial a experiência de uma política exitosa, mas sem pretender realizar uma análise comparativa dos dois processos.

No capítulo 3 é analisada a relação dos partidos com o Mercosul no nível interno. Em um primeiro momento é pesquisado os níveis de institucionalização partidária da Argentina, Brasil e Uruguai, para todo o período do Mercosul (1990-2008). Também é tomada para análise a referência da experiência no nível europeu; especificamente são mensurados os principais países no período desde a criação da União Européia até a primeira eleição direta ao Parlamento Europeu. Os indicadores utilizados para medir os níveis de institucionalidade serão os graus de volatilidade, de fracionalização e o número efetivo de partidos. Em segundo lugar, é encontrado vínculo dos partidos através dos parlamentos nacionais, onde foram analisadas as porcentagens de interiorização na legislação nacional da normativa emanada dos órgãos do Mercosul para cada Estado Membro.

No capítulo 4 foi pesquisado, em primeiro lugar, a composição partidária dos Representantes de cada país membro no Parlamento do MERCOSUL, e a composição regional dos Representantes das delegações argentinas e brasileiras.

Em um segundo momento foi pesquisado o relacionamento dos partidos no Parlamento do Mercosul. Com tal intuito foi estudado, primeiramente, a produtividade do Parlamento, ressaltando a quantidade de atos e qualidades destes aprovados durante seus primeiros três anos. Posteriormente, foram estudadas as versões taquigráficas das sessões no Parlamento, na procura de debates, conflitos, alianças e comportamentos dos partidos. Esta situação prometeu observar níveis de compromisso com o Mercosul, com políticas específicas, e a possibilidade de achar clivagens partidárias.

Portanto, analisadas as diferentes situações é possível apreciar que, em termos gerais, as características particulares dos partidos e sistemas partidários dos Estados Membros do Mercosul repercutem de uma forma negativa para com a integração, e sua atuação e a capacidade dos partidos políticos em relação a este acaba sendo, até agora, pouco funcional ao processo de integração.

Capítulo 1 – Teorias da Integração, Sistemas e Partidos

1.1. Neo-Funcionalismo

A integração regional, entendida como um processo pacífico levado a cabo pela própria vontade dos Estados é um fenômeno relativamente moderno. O primeiro autor que teorizou este fenômeno foi o romeno David Mitrany (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF, 2003)¹, a partir da teoria funcionalista. Como teoria, o funcionalismo parte da necessidade de condições antecedentes e particulares. A partir daí, setores econômicos específicos de dois ou mais países somados a seus Estados e burocracias respectivas percebem a necessidade da integração como uma melhora das condições econômicas e sociais que por si mesmas, os Estados de forma individual, não poderiam resolver. A partir deste momento se implementam políticas de integração nos setores específicos que, em uma segunda fase, se expandem até outros setores em forma de “derrame”.

Desta maneira, o processo de integração desde a ótica funcionalista possui uma lógica seqüencial. Partindo de setores econômicos estratégicos sobre uma condução político-burocrática que, posteriormente, deriva na integração de outros setores econômicos, podendo integrar setores sociais e políticos. Este caráter seqüencial e progressivo gerou uma das principais críticas, em função de que o surgimento de acordos a partir de condições específicas se dariam de forma espontânea e anterior à intervenção dos Estados (política-burocrática). Desta forma, os Estados dirigiram o desenho de uma evolução linear da integração. Os porquês de quais setores dariam o início e sua geração quase espontânea junto com o desenvolvimento progressivo foram as principais críticas à teoria funcionalista

Com o surgimento da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) e a posterior Comunidade Econômica Européia (CEE), as teorias da integração

¹ A primeira edição da *A working peace system* de David Mitrany foi elaborada em 1943.

regional tiveram um novo auge se baseando e revisando os postulados funcionalistas. O trabalho de Ernst B. Haas², *"The Uniting of Europe"* elaborou a teoria Neo-funcionalista. Este trabalho analisa a integração desde um espectro mais amplo de atores e setores. O autor estuda, primeiramente, como a política de integração impacta em nível nacional os partidos políticos, as associações empresariais, os sindicatos e os governos, enfocando o objeto a análise em nível supranacional, na associação desses setores entre os países membros. O Neo-funcionalismo mantém o ponto de partida comum com a teoria funcionalista, na qual partindo de condições particulares, setores econômicos específicos se integram de forma transnacional gerando um "derrame" em outros setores. Contudo, a diferença com sua teoria predecessora, a integração por setores não se concentra somente em uma lógica funcional dirigida exclusivamente pelos Estados e suas burocracias como planificadoras.

O Neo-Funcionalismo, ao integrar a teoria Pluralista, concede uma nova dimensão aos atores sociais e políticos no projeto de integração. Desta maneira, os diferentes grupos sociais buscam incidir, de alguma forma, nas decisões adotadas pelos governos. Os diferentes grupos, ao considerar a integração benéfica para seus interesses geram um "sentimento comunitário" necessário para levar adiante o processo de integração. Este sentimento emerge quando os grupos sustentam em nível nacional a ação supranacional e, posteriormente, acatando o império das normas e leis emanadas dos diferentes órgãos criados. A partir destas ações em nível nacional, os diferentes grupos de interesses, sociais, empresariais e políticos, procurando incidir na organização supranacional, se unem através de interesses e ideologias comuns. A possibilidade de enfrentamentos entre si, desde suas diferentes posturas ideológicas, em um âmbito supranacional, leva a convalidar, pela própria ação, a nova política supranacional. É assim que Haas considera o pluralismo como parte inerente do tipo ideal de comunidade política a criar:

² A edição em espanhol foi traduzida como "Partidos Políticos y grupos de presión en la integración europea" (HAAS, 1966).

Dado una serie de suposiciones pluralistas, toda determinación de sentimiento comunitario confinado a los partidos solamente o a los grupos de intereses, o a los gobiernos considerados aisladamente de sus ciudadanos, dejaría de presentar la condición final planteada [La integración regional]. (HAAS, 1966, p. 63).

A partir deste pressuposto Haas elabora o conceito de *spillover* referindo-se a ação de integração de maneira horizontal por parte dos setores econômicos que logo se amplia até setores adjacentes. Se tratando de sociedades com um alto grau de pluralismo social e político, a progressiva expansão começa nos setores políticos, econômicos e sócio-culturais, criando o “sentimento comunitário” já mencionado. O processo de integração realizado a partir de uma lógica pluralista, integrando setores políticos e sociais, faz do fator econômico um dos requisitos necessários, mas não o único. O próprio Haas considera que uma baixa nos resultados econômicos da integração pode produzir um incremento de demandas até uma maior política pró-integração.

O Neo-Funcionalismo considera que a correspondência ideológica nos grupos políticos dos países envolvidos na integração, permite facilitar o diálogo e a organização até posturas comuns em relação ao projeto. Não se especifica se existe um tipo de ideologia pró-integração ou características necessárias nas diferentes tendências partidárias. Considera-se que o importante é a ausência de fundamentos ideológicos opostos à integração já que a própria interação e processo de construção, mais além das divergências dos atores, formariam valores mínimos de ideologia supranacional:

[...] la fragmentación dominante de ideologías y grupos también explica porque el apoyo a la integración debe continuar basándose en la convergencia y no puede avanzar sobre la base de proposiciones aceptadas por todos. La naturaleza misma del pluralismo impide que éstas puedan ser aceptadas por todos simultáneamente.

Paradójicamente, una teoría de la integración transnacional puede derivar considerable apoyo a la conclusión precedente. En ausencia del acuerdo inicial de todos los partidos sobre los motivos precisos para trabajar a favor de la comunidad política, el hecho de que predominen una variedad de motivos en cada unidad nacional facilita, en realidad, la emergencia de ideologías supranacionales en una etapa posterior [...].(HAAS, 1966, p. 226).

el socialismo, la democracia cristiana y los liberales (en menor medida) presentan precisamente la necesaria predisposición ideológico.(HAAS, 1966, p. 226).

Em sua apresentação inicial o Neo-Funcionalismo conformava uma lógica seqüencial entre o econômico e o político dentro de um desenvolvimento linear, no qual as condições necessárias precedentes junto com os devidos incrementos dos níveis de transações comerciais induziam a integração política e posterior integração social. Desta maneira, a relação entre economia e política e os diferentes momentos de tempo onde esta relação se levava a cabo passaram a ter uma maior relevância no estudo da integração.

Assim, posteriormente Haas e Schmitter (1964) respondem sobre a relação da economia e da política, na qual ambas devem tratar-se como um *continuum*. O modelo desenvolvido pelos autores busca caracterizar condições e desenvolvimentos necessários (baseando-se no primeiro trabalho de Haas em 1958) para a formação do processo de integração regional. Desta maneira, se dividem as condições em três momentos *Background Conditions*, *Conditions at the Time of Economic Union* y *Process Condition*. As condições em cada período se

formam através de categorias medidas em graus (altos, médios e baixos) determinando em termos proporcionais à predisposição que os autores chamam a geração de *Automatic Politization*:

Automaticity, then, means that, all other things being roughly equal, a <<high>> scorer in our categories is likely to be transformed into some species of political union even if some of the members are far from enthusiastic about this prospect when it is argued in purely political terms. (HAAS & SCHMITTER, 1964, p. 717).

Para os autores, níveis baixos medidos pelas categorias não significaria um inevitável fracasso da integração. A possibilidade de construção pode se manter até conseguir os níveis necessários para automatização política, gerando o posterior desenvolvimento da integração.

Continuando o estudo do modelo Neo-funcionalista e sua aplicação em outras regiões, Joseph Nye (1964; 1965) considerou que existiam problemas na adequação do modelo em outros lugares que não fosse Europa. Em primeiro lugar, considera que tomar o processo de integração econômica até um devir mais político como uma evolução linear é um erro, na medida em que esta situação não sucede sempre. Em segundo lugar, considera contra produtivo outorgar um mesmo peso às variáveis utilizadas, tendo em vista que o próprio Nye considera a relação entre elites como uma das mais importantes. Critica, por sua vez, o conceito de automatização, enquanto passagem da integração econômica até a política através da criação de instituições supranacionais. O caso africano³, estudado pelo autor demonstra que dadas situações similares e, inclusive, mais

³Nye estuda o desenvolvimento da *East African Common Service Organisation* (E.A.C.S.O), que correspondeu à união do Kenia, Tanganica e Uganda em acordos econômicos de união comercial e sobre o controle de empresas públicas conjuntas.

desenvolvidas em comparação ao caso europeu, a automatização política não se realizou. Desta maneira, argumenta a necessidade de ter certas características políticas necessárias para poder intensificar a integração. É assim que o autor diferencia *high politics* (políticas simbólicas, emotivas e de larga duração) e *low politics* (políticas de caráter mais econômicas e técnicas).

Assim como Haas e Schmitter, marcam que uma elite pró-integração e uma geração de técnicos pode ser um equivalente funcional no começo do processo, mas insuficiente para conseguir a manutenção. No caso africano, Nye encontrou vários problemas políticos que não incentivam o passo do econômico até o político gerando a consciência de integração necessária nos atores relevantes. Alguns dos problemas no estudo da integração africana é o baixo pluralismo ideológico, partidos únicos, e dependência quase exclusiva de líderes políticos individuais. O modelo Neo-funcionalista assim apresentado por Haas e Schmitter, segundo Nye, devia gerar a capacidade de se adaptar a contextos do terceiro mundo e deixar de ser um modelo teórico somente do processo europeu.

Partindo de algumas críticas de Nye sobre a preocupação da medição e operacionalização do conceito de *spillover*, Schmitter (1969; 1970) redimensiona o conceito e tenta modelar de maneira mais precisa as diferentes situações da integração. Desta maneira, se agregam duas dimensões para a operacionalização do *spillover* levando em conta de certa maneira as diferentes capacidades dos atores: *scope*, integrada pelo número de grupos envolvidos e a importância destes, e *level* integrada pelo compromisso dos atores e a metodologia adotada por estes para interatuar. Ainda como marca o autor, a dinâmica própria do modelo Neo-funcional se mantém:

Of course, initial scope and level are -by themselves- inadequate predictors of future performance. The whole purpose of the neo-functional approach is precisely to relate existing national and emerging regional characteristics in something approximating a probabilistic model of international systems

transformation. The battery of <<background>>, <<initiation>>, and <<process>> variables, with attendant hypotheses, is intended to predict the subsequent occurrence of spillover and other consequences. *Ceteris Paribus*, regional arrangements, the members of which score <<high>> on the stipulated conditions, are held to be more likely to expand the scope and/or level of their activities. Inversely stated, under such <<favorable>> circumstances national participants should find themselves progressively less likely to withdraw from, or to resist the expansion of, regional integration schemes. (SCHMITTER, 1969, p. 164).

Sobre a crítica do processo de automatização, onde em outros processos existiam condições necessárias favoráveis em algumas áreas, o conflito político se aguçou e não passou de um compromisso político até a integração (NYE, 1964). Schmitter considera que tem existido uma má interpretação do termo, pois, é tomado literalmente em seu significado como palavra e não como conceito. O autor, então, tenta aprofundar o conceito e como este se desenvolve:

Automaticity, then, refers to a (theoretically) high probability that spillover and its complementary process, externalization and politicization, will occur. The term has, however, certain unfortunate and inappropriate connotations. It seems to imply a relative absence of conflict and a <<linearity>> or <<evenness>> in the integrative process. While there is no guarantee they will always be successful, the manipulation of such crises by regional actors lies at the core of the integrative dynamic. Automaticity also seems to assume that process is entirely unconscious, involuntary, or even effortless. Again, the neo-functional logic actually emphasizes the contrary: the role of bureaucratic practice, organizational ideology, and the creative interventions of administrative and political elites. Alone, functional interdependence based on high rates of mutual transactions is impotent. It must be perceived,

interpreted, and translated into expressions of interest, strategies of influence, and viable decision-making styles. In a high-scoring setting the assumption is that this will happen with greater probability and that <<upward-grading>> actor will be more likely to find resources and support for his efforts. (SCHMITTER, 1969, p. 164).

Schmitter mostra como o conceito de “passagem automático” corresponde mais a forma de administrar o conflito que naturalmente surge no processo de integração, afirmando também que os atores políticos se encontram presentes nos três momentos do processo. Sendo assim, enfatiza que não se pode tratar o processo de integração como uma passagem seqüencial e de forma automática desde o econômico até o político, dado somente pelo fato que existam circunstâncias propensas para a geração de *spillover*.

As críticas de Nye não mudaram a dinâmica base do modelo Neo-funcional, mas mostrou a necessidade de adequar a teoria mais além do processo europeu, o que levou a aprofundar conceitos chaves e o surgimento de outros novos. A crítica sobre a tendência linear do Neo-funcionalismo, se bem nunca especificada nos trabalhos de Haas e Schmitter, podia ser interpretada pela ausência de explicações de como se produziam situações de retrocesso e/ou estancamento, somado a também ausência de como o próprio modelo reagia ante a estas situações. Existia a menção que, na medida em que as situações de *spillover* eram geradas, mas não produziam a passagem do âmbito econômico até o político, esta devia se manter até gerar as condições propícias de automatismo, ficando em um status de *Stand By*.

O posterior trabalho de Schmitter (1970) realiza uma revisão do modelo teórico Neo-funcionalista centrando o interesse em como este explica o conflito e a interação dos atores, quanto aos custos e benefícios, junto a seus efeitos nas situações de retrocesso e estancamento. Mantendo e aprofundando o conceito de

spillover no qual a partir de condições necessárias os atores nacionais atuam em decisões e condições através de ciclos onde geram vínculos, identidades, grupos afins e instituições. Os ciclos corresponderiam à própria dinâmica do modelo onde, por um período de tempo específico, é criada uma interação dos grupos nacionais entre si gerando o intercâmbio de propostas. Para logo continuar reavaliando, em sucessivos ciclos, suas preferências em prol da integração:

The proposed model focused on predicting the policies adopted –in response to crisis-induced decision cycles– by national actor with regard to expanding or contracting the scope and/or level of regional authority. (SCHMITTER, 1970, p. 844).

A própria interação dos grupos com outras características pode desenvolver ciclos negativos ou *spillback*. Algumas das situações que podem derivar nestas ações são: as incertezas por parte dos atores, o que gera manter posições conservadoras e mais intransigentes; ingressos indiscriminados de grupos com riscos de atomização, aumentando custos de transação pelas condições de entropia; percepção de disparidade no poder em futuras organizações ou instituições supra-regionais, etc. Uma terceira situação pode ocorrer pelo efeito *spillaround*, o que sugere uma atomização de estruturas superpostas. Isto é gerado pelo crescimento de cargos ou instituições sem avançar até maiores níveis de supranacionalidade.

A operacionalização das condições iniciais foram caracterizadas em cinco:

- a) *Relative size/power* o que mede o grau de homogeneização ou simetria em relação com a capacidade de controlar resultados em contextos específicos das instituições regionais;
- b) *Rates of Transactions* graus de transação de diferentes variáveis econômicas e sociais como o comércio, inversão, comunicação, etc.
- c) *Member Internal Pluralism* é o grau de pluralidade e corporativismo na sociedade;

d) *Elite Valve Complementary* é o grau de expectativas das elites e sua complementaridade mútua; e) *Extra Regional Dependence* é a capacidade autônoma da região e seus membros. Mantendo os três tempos originais (*Background Conditions*, *Conditions at the Time of Economic Union* y *Process Condition*). O autor marca cinco tipos de processos que se colocariam entre as mudanças de estruturas nacionais e as estruturas dos atores nacionais, os quais seriam: a) sentimentos de reciprocidade; b) criação de grupos supra-regionais; c) identidades comuns; d) geração de burocracias técnicas; e, e) visualização da geração de integração como um ator internacional. As cinco variáveis buscam operacionalizar o grau de efetividade do conceito de *Automaticity*, na medida em que o projeto de integração passa gradualmente de uma variável dependente a uma independente até os atores envolvidos.

A partir da década de 70 o Neo-funcionalismo começa a ter uma menor aceitação como teoria da integração, quando alguns acadêmicos entendiam que certos eventos que estavam acontecendo na União Européia não tinham explicação lógica na teoria. Especificamente, se refere a um problema de paralisia na integração européia, denominado de política da “cadeira vazia”, onde a França se negava a partir de sua ausência e inviabilizando o processo de discutir novas modificações.

O próprio Haas (1976) tentou explicar esta paralisia, assumindo posições similares ao modelo de ciclos apresentado por Schmitter. O conceito de incrementalismo apresentado pelo autor busca explicar como em momento de crise os atores adotam estratégias de *Second Best*, de forma a não romper o processo e, desta maneira, avançar de forma gradual. É uma forma de explicar a espera do processo de *Spillover* que Schmitter chama de *encapsulation*, até a criação das situações propícias. O próprio Schmitter (2002) várias décadas depois, e apesar de fortes críticas que conspiravam contra a vigência do Neo-funcionalismo⁴, analisou a capacidade da teoria Neo-funcionalista a partir dos novos desenvolvimentos da UE, ajustando e aprofundando o modelo de ciclos já

⁴ O próprio Ernst B. Haas proclamou ao Neo-funcionalismo como uma teoria obsoleta, (HAAS, 1975 e HAAS, 2001).

propostos anteriormente e ressaltando a integração como política de conflito a nível interno dos atores. A saída destes momentos de conflitos, causados por diversos fatores, como expectativas insatisfeitas, distribuição não equitativa dos benefícios ou externalidades negativas próprias da integração, são os que determinam a capacidade de incremento dos níveis de integração, na medida em que cada ciclo possa avançar para um novo e assim, sucessivamente, sem paralisar o processo ou romper-lo:

Its previous functioning has failed to meet expectations, generated a distribution of benefits that is not voluntarily acceptable and/or produced negative externalities that can no longer be ignored. Regardless of their initial intentions (...), the national actors have to reassess the level and scope of their regional institutions. They can, of course, decide to withdraw from joint obligations (.spill-back.) or they could try to survive without changing institutions (.muddle-about.), but the macro-hypothesis of neo- and neo-neo-functionalist theory is that, under certain conditions, they will prefer to resolve these crises by expanding their mutual obligations (.spill-over.), rather than contracting or just reasserting them. (SCHMITTER, 2002, p. 13).

A nova adaptação do Neo-funcionalismo aos novos graus da UE que Schmitter denomina como Neo-neo-funcionalismo toma mais em consideração à UE como um ator e fator que incide nas ações dos demais atores quanto a suas expectativas e ações para com a integração. O autor, inclusive, diferencia a análise dos ciclos dependendo dos momentos. Um primeiro ciclo, *initiation cycles*, onde a criação e a delegação de competência em instituições supranacionais, todavia não tem acontecido. O segundo ciclo, *priming cycles*, onde a integração é tomada como uma variável dependente e independente ao mesmo tempo. Segundo o autor, somente a UE tem podido passar o primeiro ciclo.

1.2. Inter-governalismo

Entre os finais dos anos setenta e a metade da década de oitenta a evolução teórica teve certa desaceleração, época chamada de *Theoretical Darkness* ou *Doldrum Era* (CAPORASO & KEELER, 1995). O desenvolvimento da teoria Inter-governamental aprofundada a partir da segunda metade da década de oitenta propõe um contraponto à teoria Neo-funcionalista, na medida em que coloca como agente principal da integração aos Estados nacionais e seus governos.

Nesta perspectiva, são importantes para o desenvolvimento do Inter-governalismo os trabalhos de Puchala (1975), Putnam (1988), Sandoholtz e Zysman (1989) e Moravcsik (1991). Estes trabalhos podem se dividir em duas etapas correlacionadas ao próprio desenvolvimento demonstrado pela União Européia. Os primeiros dois trabalhos centram a importância na análise dos governos e como os fatores domésticos incidem nas decisões sobre a política de integração. Puchala analisa a harmonização da normativa européia nos Estados Membros através da teoria de *Bargaining* (acordo de duas ou mais partes pela suposição da eleição racional). O trabalho enfoca a harmonização das normas dos Estados membros a partir da interiorização das diferentes diretivas emanadas pelos organismos europeus de cada país. O autor mostra como diferentes políticas nos países estudados sofrem marchas, contramarchas e congelamentos a partir das distintas dinâmicas internas dos atores locais.

Desta forma, os problemas levam a uma menor dinâmica integradora que se encontra, em alguns casos, pela ausência da capacidade burocrática em nível nacional e pela não autorização parlamentar para implementar as normas. Esta última situação demonstraria para o autor uma manifestação de interesses diversos por parte dos governos e dos grupos sociais, que através da representação parlamentar manifestam suas posturas. Inclusive, também são

marcadas as pressões encontradas nos próprios setores econômicos nacionais⁵. É assim que para Puchala, os fatores domésticos são as principais resistências à internalização das normas supranacionais.

Posteriormente, Robert Putnam (1988) elabora um modelo mais geral da política internacional baseando-se também em diferenciar a esfera interna da condução da política exterior através dos Executivos. O autor realiza uma separação em dois níveis: nível 1, compreendido pelo negociador, na maioria dos casos representado pelo governo; e no nível 2 que pode ser representado pelas agências burocráticas, grupos de interesse, classes sociais e em alguns casos a opinião pública.

A partir da teoria de escolha racional, o autor tenta ver quando e como um destes níveis incide em outro para o desenvolvimento da política exterior dos países. Os pressupostos do modelo consideram que no nível doméstico os grupos perseguem seus interesses pressionando ao governo para que adote medidas favoráveis a estes e, por sua vez, os políticos buscam conseguir ou manter o poder através da formação de coalizões com os diferentes grupos.

Outrossim, os governos buscam maximizar seus esforços para satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas para o desenvolvimento da política internacional. O trabalho ressalta a importância dos interesses domésticos no desenho da política exterior e mostra como estes podem conformar diferentes coalizões dependendo da política exterior específica. É assim que o autor encontra como elemento central para a definição e incidência da dita política, as preferências, coalizões e instituições no nível 2 e as estratégias de negociação no nível 1.

A década de oitenta e os primeiros anos da década de noventa deram todo um novo impulso para a União Européia. Com a entrada em vigor do Ato Único

⁵ O autor coloca como exemplo uma política européia que dividiu ao governo e a parte do setor industrial alemão. Por um lado se encontrava o Ministério de Relações Exteriores e a indústria química a favor da normativa européia e por outro o Ministério da Saúde e da indústria farmacêutica com uma posição mais nacionalista. (PUCHALA, 1975, p. 509).

Europeu (AUE) em meados de oitenta, as amplas reformas efetuadas a partir do Tratado de Maastricht (TM) em 1992 e a assinatura do tratado de Amsterdam em 1997, a UE modifica grande parte de sua estrutura institucional. O AUE firmado em 1986 constituiu a primeira grande modificação do Tratado de Roma (1957), nele se reformula institucionalmente a forma de tomar as decisões no bloco europeu. O Conselho da União Européia⁶ passa a ter um número de casos específicos de normativa, na qual uma maioria qualificada pode ser suficiente para aprovação. Antigamente só era possível partir de unanimidade. Com respeito ao Parlamento Europeu (PE) se incrementam seus poderes de participação e controle. O TM, juntamente com o Tratado de Amsterdam e o Tratado de Niza também aumentam os poderes do PE.

As possíveis causas que proporcionaram estes fatos foram tomadas para novas teorizações da integração regional. Os novos trabalhos, a diferença com os anteriores é que consideram necessário levar em conta o papel da UE tanto a nível institucional como o *status* internacional que esta obtendo. Desta forma, Sandholtz e Zyesman (1989) como Moravcsik (1991) focaram sua análise no estudo das elites dentro de cada grupo relevante para a elaboração e execução da política de integração pelos contextos específicos tanto a nível internacional como nacional.

Com o intuito de explicar o novo impulso do AUE e a projeção até o TM, Sandholtz e Zysman (1989) demonstram como os fatores internacionais incidiram em uma nova visão estratégica da Europa como ator político e econômico a nível global. A nova situação mundial iniciou novas posturas em relação à integração levadas adiante em grande medida pela Comissão Européia, elites empresariais e governos nacionais. Ao contexto internacional se somou um contexto nacional favorável nos países membros, formado por atores políticos mais propensos a aprofundar a integração. Utilizando a teoria de *Elite Bargain*, os autores

⁶ O Conselho da União Européia representa aos Governos dos Estados Membros, possui uma função de disposição de normas, levando adiante as Relações Internacionais do Bloco e a elaboração do pressuposto.

consideram que os atores importantes para explicar o AUE foram a própria instituição europeia (A comissão), uma aliança das elites empresariais pró-ampliação do mercado europeu e os próprios governos, principalmente Alemanha, França e o Reino Unido. Em nível de políticas domésticas os autores consideraram que teve relevância uma baixa de poder eleitoral dos Partidos Comunistas (historicamente contrários ao projeto europeu), junto à mudança na esquerda socialista a partir de uma caída da visão mais nacionalista e o modelo de Estado de Bem-estar.

O estudo de Sandoholtz e Zysman (1989) se encaixa dentro de um Inter-governalismo limitado, dado que os outros atores possuem graus de importância similares para além dos Estados e seus governos. Demonstram primeiro a importância do contexto internacional e como a UE em sua institucionalidade deixa de ser uma variável estritamente dependente. Apesar disto, o enfoque utilizado pelos autores não deixa de ser intergovernamental na medida em que os governos cumprem um papel central e têm direta incidência na Comissão Europeia e, em menor medida, nas elites industriais. Os governos se mantêm como administradores de conflitos e realizam as políticas pró-integração atuando em contextos específicos.

Realizando também um estudo sobre o AUE, Moravcsik (1991) introduz uma nova variação, o Inter-governalismo institucional. A modificação apresentada pelo autor consiste em tomar como principais atores: os governos, políticos influentes dos países mais importantes, tecnocratas, partidos políticos e grupos de interesse. A dinâmica dos acordos levados a cabo pelos governos responde até o comum denominado mais baixo⁷. O autor considera também a importância da política doméstica como elemento de incidência nas capacidades dos governos na hora de propor seus interesses.

⁷ Em inglês *Lowest-common-denominator*. Refere-se a situação donde os atores envolvidos em uma negociação apresentam cada um suas diferentes propostas. O acordo somente se levaria cabo através dos termos dos tópicos em que as propostas apresentadas tenham coincidência para cada ator.

Para o caso específico do estudo do AUE são consideradas quatro situações de influência a) Autonomia dos líderes políticos, o autor coloca os casos de grandes líderes nos momentos específicos com capacidade de maiores influências nas decisões; b) Tecnocratas, o autor coloca uma importância relativa e se caracterizam em maior medida como assessores e líderes políticos c) Partidos Políticos, estes vem tendo grande importância no rearranjo de forças no interior dos principais países, conformando blocos pró-europeus. A mudança de governo na Inglaterra de Trabalhadores a Conservadores e a maior influência dos socialistas moderados no segundo governo de Mitterand, conformaram coalizões mais de “centro” com uma maior política de incremento da integração, e uma última situação de influência, d) Funcionalismo Econômico, que se liga diretamente ao anterior porque parte do “modelo nacionalista” do sistema de *welfare state* no qual a partir dos anos 70 começa a sofrer fortes críticas é abandonado por uma política de maior abertura comercial. Ao que se soma no período de final dos sessenta uma maior internacionalização de mercado, junto com uma pressão de setores empresariais que se beneficia com a liberalização do mercado europeu, mas por sua vez são capazes de suportar a abertura de seu mercado nacional.

Com essas afirmações o autor realiza uma crítica ao que ele chama de “institucionalismo supranacional” identificado, em certa medida, com o trabalho de Sandholtz & Zysman (1989) que considera que as variáveis externas e as instituições supranacionais têm um peso considerável no processo de integração. Moravcsik relativiza este ponto porque considera a fonte primária de integração que reside no poder relativo de cada Estado que consegue alcançar no momento específico de negociar um novo acordo.

Figura 1

Teorias	Actores	Formas de interagir	Grau de institucionalidade supranacional
Funcionalismo	Estados, setores econômicos e indústrias.	Planificação por parte do Estado e funcionalidade a partir dos benefícios econômicos e industriais.	Instituições supranacionais que mantenham os acordos alcançados.
Neo-funcionalismo	Governos, grupos sociais, industriais, econômicos y partidos políticos	O Estado em primeira instância e logo através de vínculos supranacionais por sectores, o que gera que gera posteriores efeitos de derrame, <i>spillover</i> , em outros setores.	Vínculos supranacionais pelos grupos econômicos, sociais e políticos, procurando consolidar maiores graus de institucionalidade supranacionais, delegando assim graus de soberania nacional.
Inter-governalismo	Governos (principais atores das negociações), grupos políticos, sociais e econômicos procuram incidir através dos governos.	Negociação. Os Estados como atores principais, procurando maximizar seus interesses influenciados pelas pressões no nível interno.	Instituições supranacionais, mas com um alto grau de ingerência dos Estados nacionais.

1.3. A análise da integração sul-americana

Tanto o Neo-funcionalismo como o Inter-governalismo se colocaram como as principais teorias utilizadas para a explicação do processo de integração europeu. Dada a falta de maiores estudos e casos de integração regional considerados bem sucedidos fora do âmbito europeu, estas duas teorias têm se convertido nas referências obrigatórias para o estudo de qualquer dos fenômenos de integração. Esta característica, por sua vez, tem conformado uma crítica e reflexão sobre o caráter eurocêntrico de ambas teorias, todavia, sem uma conclusão aparente ou teoria alternativa que explique especificamente a integração regional em outros processos que não sejam o europeu.

Como já foi mencionado anteriormente, existiram alguns trabalhos que analisaram os processos de integração na década de 60 e 70 na América Latina e África (HAAS & SCHMITTER, 1964 e NYE, 1970), desde uma ótica Neo-funcional. A conclusão principal que levantaram os pesquisadores sobre a ineficácia dessas regiões na construção de uma política de integração se centrou nos baixos níveis de pluralismo econômico, social e político. Segundo a teoria Neo-funcional, os altos graus de pluralismo são um indicador importante para o desenvolvimento da integração, na medida em que esta teoria se baseia na capacidade e dinâmica por setores, tanto sejam sociais, políticos ou econômicos.

A situação atual da América Latina é qualitativamente diferente das décadas analisadas por outros autores. Dirigindo-se exclusivamente ao Mercosul, encontram-se governos democráticos, em níveis não ideais, mas aceitáveis, de pluralismo social e político, e um compromisso institucional do bloco com a assinatura da cláusula de governabilidade democrática no Protocolo de Ushuaia como requisito de ingresso e permanência.

Para o caso do Mercosul, estão existindo diversos enfoques e ângulos para analisar o processo de integração, o que tem significado em diferentes

diagnósticos e percepções sobre seu status. A maioria dos trabalhos tem centrado suas análises em posturas institucionais, convergindo as ações dos Estados e Governos⁸ (COSTA VAZ, 2002). Sobre esta linha também se destacam os trabalhos sobre os interesses dos principais atores e elites dos países que integram o Mercosul (HIRST 1996; VIGEVANI; DE MAURO FAVARON; RAMANZINI JÚNIOR & ALVES CORREIA, 2008, e OLIVEIRA, 2003).

Desde um ponto de vista mais descritivo da evolução do Mercosul separando a análise em termos institucionais, econômicos e sociais e dando ênfase na busca de indicadores, se encontra o trabalho de Coutinho, Hoffman y Kfuri (2007). Por outra parte, utilizando, especificamente, os enfoques teóricos anteriormente já mencionados ressaltam-se os trabalhos de Pasquariello (2001) analisando a comissão parlamentar desde um enfoque Neo-funcionalista e de Krell (2007) analisando a validade da utilização da teoria Neo-funcionalista para a análise do Mercosul.

Utilizando um enfoque inter-governamental explicita-se o trabalho de Malamud (2003) que chega a propor para o Mercosul um novo modelo denominado de Inter-presidencialista. O trabalho de Malamud considera a importância e suficiência dos Executivos apoiados no sistema presidencialista dos países do Mercosul, como as instituições que levam adiante a integração, justificando, desta forma, a falta de instituições supranacionais.

A proposta específica desta pesquisa, consiste em estudar a importância e capacidade de incidência dos partidos políticos no projeto do Mercosul. Sobre esse aspecto, os partidos políticos têm um tratamento pouco profundo nas investigações acadêmicas, se bem que a grande maioria dos autores concorda em classificar os partidos políticos como ausentes do processo de integração, considerando esta situação, em certa medida, um aspecto negativo do Mercosul.

⁸ Para esta investigação se utilizará como âmbitos separados o Estado do Governo, sem deixar de constatar as ligações na hora de diagramar e levar a cabo a política exterior. Quando se fala de Estado se refere à burocracia estatal, principalmente as chancelarias. Por outro lado, a referência ao Governo denomina ao Poder Executivo, representado pelas forças políticas titulares do Poder Executivo somado aquelas que também apóiam a este no Parlamento e/ou no Executivo.

Os níveis e as conseqüências destes fatos não são unânimes, isso, por faltarem estudos específicos sobre esta temática.

Em geral, os estudos sobre o Mercosul com um foco mais amplo consideram a ausência dos partidos como um dado, sem explicar as causas e aprofundando pouco suas conseqüências. Dos poucos trabalhos que ressaltam a análise dos partidos no Mercosul se destacam dois, o de Marcelo Fernandes de Oliveira, (2003) e dos autores Vigevani, Paquariello e Oliveira (2002). Tais investigações trabalham sobre similares concepções, considerando a ação dos partidos em relação à integração, de reação, e prevendo que na medida em que a sociedade e os partidos políticos incorporem pouco a pouco o Mercosul como algo cotidiano, os partidos irão incorporando estas demandas a suas plataformas políticas:

O ponto de partida nessa análise é que o processo de integração tenderá a se aprofundar em questões que vão além dos aspectos comerciais, exigindo maior participação dos atores políticos. Além disso, os avanços alcançados até o momento tenderão a afetar de modo crescente o cotidiano das populações envolvidas, criando condições mais propícias para um maior interesse e mobilização em torno da questão da integração regional. A direção desse processo – aprofundamento, estagnação ou crise – não está previamente determinada [...]. Nesta perspectiva, há a possibilidade de que: sendo o Mercosul incorporado ao dia-a-dia da sociedade, surja a tendência para ser incorporado como um tema importante na agenda de negociação dos partidos políticos, tornando-se inclusive um assunto catalisador de atenção e até mesmo de votos, polarizando políticos e eleitores tanto a favor quanto contra essa integração. (VIGEVANI; PASQUARIELLO E FERNANDES DE OLIVEIRA, 2002, p. 185).

[...] quanto maior é a sensibilidade dos atores políticos em relação às decisões e aos efeitos do Mercosul, maior será sua mobilização e vontade de influenciar o

processo. Logo, à medida que o Mercosul for incorporado ao cotidiano da sociedade, aumentará a sua importância na agenda política nacional e na dos partidos e dos parlamentares brasileiros. (FERNANDES DE OLIVEIRA, 2003, p. 132).

Os trabalhos apresentados restringem o universo, em sua maioria, ao âmbito político e partidário brasileiro, no qual a ausência dos partidos políticos segundo eles, se deve basicamente a quatro fatores: a) O fato de que os partidos considerem ao Mercosul como um âmbito da política em mãos dos executivos e suas burocracias especializadas, ministérios de relações exteriores e outros departamentos ministeriais; b) Certa incerteza sobre o processo do Mercosul o que colocaria aos partidos em uma situação de observadores cautelosos; c) O momento histórico do Mercosul, no qual por encontrar a saída dos processos de ditadura nos quatro países, tomou o tempo e as forças dos atores políticos, principalmente partidos, até a reconstrução democrática interna; d) Um desenho institucional do Mercosul que não promove a participação partidária.

Apreciando as teses de todos os autores, conclui-se que a ausência dos partidos é um fato comum para todos eles. O protagonismo preponderante dos executivos relega os partidos a um segundo plano, deixando estes, somente, a capacidade de reagir às políticas do Mercosul, sem maiores capacidades de propostas e protagonismos. A esta situação são adicionados alguns desenhos institucionais e problemas conjunturais que afetariam um maior desenvolvimento dos partidos para o Mercosul.

Desta maneira, tomando como premissa que os partidos políticos são atores importantes na produção de uma política de integração efetiva e que estes apresentam níveis de ausência negativos para o desenvolvimento da integração, a presente pesquisa busca investigar o por quê desta ausência partidária, centrando a análise nas características próprias dos partidos, nos sistemas de partidos e o desenho institucional do Mercosul. Para isso, será levado em conta que a

capacidade dos partidos de interiorizar a problemática do Mercosul não deve ser considerada exclusivamente como uma satisfação de demandas da sociedade. Os partidos políticos também devem fomentar o debate, conscientizar as elites e a sociedade sobre a importância e benefícios da integração regional, sendo os partidos, em definitivo, protagonistas do debate. Por contra-oposição, uma atitude passiva por parte dos partidos para com o Mercosul não ajudaria a gerar conscientização, nem maiores interesses da sociedade sobre o a integração.

Dadas estas considerações, se abordará a análise dos partidos desde uma concepção teórica Neo-funcionalista. Esta opção teórica permite a análise dos partidos desde uma perspectiva da criação e conscientização da política de integração e não como articuladores de demandas desde a sociedade até os estados, como propõe a teoria do Inter-governalismo. Por sua vez, uma das condições necessárias que a teoria Neo-funcionalista formula é a geração de vínculos transnacionais entre os partidos, a partir das coincidências ideológicas, como forma de se vincular e articular políticas, gerando uma consciência pró-integração a nível partidário em toda a região.

Nesse contexto, para articular o estudo dos partidos segundo a teoria da integração escolhida é almejada a elaboração de uma análise a partir dos partidos e sistemas partidários, verificando os seus graus de institucionalização. Por este motivo, no próximo capítulo, realizar-se-á uma breve análise das teorias sobre partidos e sistemas de partidos com o intuito de articular a teoria Neo-funcionalista e as referidas teorias partidárias à institucionalidade dos sistemas partidários almejando uma operacionalização adequada para levar a cabo a presente investigação.

A escolha da teoria Neo-funcionalista em primeiro lugar, permite estudar os partidos políticos como um ator necessário no momento de concretização do processo de integração. Em segundo lugar, permite realizar um estudo dos partidos a partir da ação individual em relação ao Mercosul e também como

coletivo, interagindo com os outros partidos políticos no movimento da integração regional.

Capítulo 2 – Sistemas e partidos políticos

2.1. Os Partidos Políticos como atores da integração

Tal como apresentam os principais enfoques teóricos sobre a integração, os partidos políticos são atores com um papel a desenvolver no processo de integração. Tendo como marco teórico a teoria Neo-funcionalista, toma-se a ação dos partidos políticos em duas esferas de ação. A primeira, ao nível interno, como sustentação do governo e suas políticas aprovando ou recusando leis e a segunda, ao nível externo, mediante a interação entre os partidos de diferentes países. Neste segundo nível, a ação dos partidos dos diferentes países consiste, em seu maior grau, na geração de uniões a partir de similaridades ideológicas, procurando uma maior articulação até as políticas de integração. Os graus de interação teriam uma grande importância, na medida em que, por sua própria presença aumentaria a consciência da integração como política a ser realizada. Esta consciência, produto da interação teria também um reflexo no nível interno, na medida em que os partidos atuariam neste nível com essa influência.

Os partidos políticos possuem uma situação diferente com respeito aos demais grupos sociais, empresariais e econômicos, pois partidos para além de exercerem pressão e suporte para o governo têm a capacidade de serem atores reais na tomada de decisões, pois, várias normativas da integração precisam ser votadas nos respectivos parlamentos. Esta situação faz dos partidos políticos atores particulares porque integram várias esferas de ação.

Levando em conta que o presente trabalho será realizado utilizando o marco teórico Neo-funcionalista, como se apresentou anteriormente, objetiva-se demonstrar como as características, padrões e nível de institucionalidade dos partidos políticos e os próprios sistemas de partidos de cada país obtêm uma maior relevância como condição necessária para um funcionamento efetivo destes

em favor da integração. Para isso, responderemos as seguintes perguntas: Que tipo de presença e influência têm os partidos políticos no nível nacional e internacional no Mercosul de hoje?; Quais são os níveis de institucionalização dos sistemas de partidos nos países que conformam o Mercosul?; Que incidência podem ter os diferentes níveis de institucionalização no acionar dos partidos para com a criação de vínculos internacionais e políticas em favor do Mercosul?; Como a institucionalidade do Mercosul incide no vínculo deste com os partidos?. Estas são as perguntas consideradas relevantes para procurar compreender características e conseqüências da ação dos partidos políticos têm com respeito à integração regional. As respostas a essas questões procurarão mostrar os níveis de *scope* (número de grupos presentes e a importância destes) e o *level* (compromisso dos atores e a metodologia adotada), que a teoria Neo-funcionalista coloca como relevantes na hora de analisar as possibilidades de concretização dos conceitos de *Automaticity* e *Spillover*.

No seu primeiro trabalho, Haas (1966) colocava a importância de correspondência ideológica dos partidos como fator necessário para realizar a interação entre os diferentes partidos dos países membros. De igual maneira, para conseguir os graus mínimos de relacionamento e união entre as partes é necessário um mínimo de estabilidade e permanência. Partidos políticos que aparecem e desaparecem geram incertezas muito grandes para conformar uniões. Como também volatilidades eleitorais muito fortes podem gerar algum tipo de ceticismo na hora de formar alianças. O Neo-funcionalismo, como já foi explicitado, surgiu como marco referente ao processo europeu. Um processo com características próprias tanto sob o aspecto físico-territorial, como em suas próprias “culturas políticas” e produto também de um tempo histórico específico. Assim, esta situação não minimiza a importância dos partidos políticos no nível regional em outras realidades e tempos.

A situação partidária no contexto sul-americano e concretamente no Mercosul tem suas características próprias. Os quatro países membros, Argentina,

Brasil, Paraguai e Uruguai, no momento do início do Mercosul passavam por um período de transição e consolidação de seus regimes democráticos.

Por sua vez, esses países tiveram diferenças substanciais tanto nas características de seus regimes autoritários anteriores ao retorno democrático, como ainda na forma que levaram a cabo sua transição e consolidação democrática. Estas características tiveram seu impacto no sistema partidário de cada país e influenciaram a capacidade da ação dos partidos no âmbito do Mercosul. Devido a esta situação é que se apresenta relevante o estudo e caracterização dos sistemas partidários e seus graus de institucionalização.

A institucionalização de um sistema de partidos oferece dados de estabilidade, enraizamento na sociedade, governabilidade e tipo de estrutura partidária, por isso, tais fatores são fundamentais para estudar as possibilidades reais dos partidos serem agentes importantes do processo de integração.

2.1.1. Partidos Políticos, Sistemas de Partidos e institucionalização

A implementação do sistema democrático de governo, no século XX, outorgando maiores direitos civis, políticos e sociais para a população fez dos partidos uma das instituições mais importantes para efetuar a representação, articulação de interesses, instrução cívica, geração de quadros dirigentes, etc. A partir disso, os partidos têm sido pesquisados desde diversas óticas procurando entender sua dimensão organizativa, junto ao seu impacto na sociedade e nos governos. A primeira metade do século XX é marcada pela abordagem dos partidos de massas, que possuem um alto componente ideológico, são fortemente organizados e se agrupam, geralmente, em torno de clivagens, tanto de classe, territoriais, religiosos ou de outra natureza (DUVERGER, 1970 e LIPSET & ROKKAN, 1967). Maurice Duverger diferencia “os partidos de massas” dos que

ele chama de “partidos de quadros” que se caracterizam por ser mais personalizados que estruturados e com uma maior flexibilidade ideológica.

A segunda etapa dos estudos sobre os partidos introduz o conceito de *Catch-all parties* (KIRCHHEIMER, 1966), produto das mudanças ocorridas na sociedade industrial e nos sistemas eleitorais. A característica destes partidos se encontra em uma maior flexibilidade ideológica, uma progressiva burocratização, alcançando graus de profissionalização (PANEBIANCO, 1990). A profissionalização extrema pode levar aos partidos a serem cada vez mais um instrumento de ganhar eleições do que instituições de mobilização política.

Uma última etapa poderia ser caracterizada através do trabalho de Katz e Mair (1995) com o conceito denominado “*Cartel Party*”, a qual a maior modificação seria a mudança de colocação no espaço social e a aproximação ao Estado, se colocando em algumas situações dentro dele. A nova modificação surgiria de uma adaptação dos próprios tempos, dentro de um contexto de perda de prestígio, desideologização do eleitorado, necessidade de maior financiamento e visibilidade. Cabe notar que os modelos apresentados pelos autores tratam de tipos ideais, nenhum partido político em nenhum período foi representante absoluto de todas as características esboçadas para cada tipo.

2.1.2 Sistemas de Partidos

Diferentemente dos partidos, os sistemas de partidos têm tido menor presença nos estudos da Ciência Política, dado em maior medida, pelo interesse bastante posterior ao estudo dos partidos como objetos individuais. Retomando a definição de sistema de partidos e de institucionalização de Mainwaring e Torcal (2005):

Um sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas. (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 252).

Institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível. Em política, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras e estáveis em relação ao comportamento dos outros atores. (...) Desse modo, um sistema partidário institucionalizado é aquele em que os atores desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível. Num sistema partidário institucionalizado, os principais partidos e seu comportamento serão estáveis. A noção de institucionalização não deve ser teleológica, nem o processo é linear; não há progressão necessária de uma institucionalização fraca para uma maior. (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 254).

Os primeiros critérios utilizados para a medição dos níveis de institucionalização (MAINWARING & SCULLY, 1995; e MAINWARING, 2001) foram a través dos seguintes indicadores: a) a volatilidade eleitoral, b) o desenvolvimento de raízes relativamente estáveis, c) legitimação parte da sociedade e outros atores políticos, e d) forte organização, o que permite que os

partidos não se subordinem a interesses de poucos líderes, gerando maiores níveis de disciplina e maior presença no nível nacional.

Posteriormente pesquisas (MAINWARING & TORCAL, 2005 e MAINWARING & ZOCO, 2007) outorgam uma forte influência ao momento histórico no qual a democracia e o sistema de partidos se consolidaram. As democracias que se desenvolveram depois da terceira onda⁹ possuem uma maior variação eleitoral, independente do número de anos de consolidação. O papel cumprido pelos partidos políticos nas democracias mais antigas, na forma de canais de inclusão e geradores de cidadania política, gerou vínculos mais fortes entre estes e a sociedade. O desenvolvimento de partidos, nas democracias da terceira onda pós-1978, também tem a particularidade de acontecer dentro do desenvolvimento da televisão como meio massivo de comunicação. A nova tecnologia mudou a forma de organização dos partidos, suplantando fortes estruturas de militâncias. Esta nova situação, que facilitou o acesso da propaganda e as mensagens políticas aos eleitores, tem deixado os partidos políticos expostos a maiores taxas de volatilidades e, portanto, maiores riscos de instabilidade.

Especificamente a institucionalização do sistema de partidos tem várias consequências (MAINWARING & SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; MAINWARING & TORCAL, 2005; e MAINWARING & ZOCO, 2007). Primeiramente, um sistema mais institucionalizado promove a estabilidade das organizações, dificultando a aparição e desaparecimento de partidos políticos em sucessivas eleições, e estabilizando os padrões de competição. Desta forma beneficia-se também a percepção e visualização dos eleitores de que os partidos defendem uma ideologia e uma continuidade. A estabilidade dos partidos demonstra a efetividade destes de representar e cumprir de forma efetiva com os diferentes interesses e sectores sociais que apóiam. Em segundo lugar, baixos níveis de volatilidade geram menos probabilidades de que candidatos *outsiders*,

⁹ A terceira Onda se reconhece como o período de tempo no qual, vários países realizam uma transição desde regimes autoritários até democráticos. O início do dito período é marcado a partir de 1978. (HUNTINGTON, 1994).

com possíveis discursos anti-partidos surjam. Ao mesmo tempo, a institucionalidade do sistema gera maiores níveis de certeza no acionar democrático de seus atores. Em terceiro lugar, um sistema institucionalizado em geral acompanha-se de graus altos de legitimação por parte de uma sociedade e elites políticas. Em quarto lugar, em sistemas institucionalizados os partidos políticos se fortalecem quando consolidam seu nível de organização. Isto gera maiores níveis de independência dos partidos com interesses setoriais, ou que também aumenta os níveis de nacionalização dos partidos¹⁰.

Desta maneira, observando a importância e as conseqüências da institucionalização nos partidos políticos, supõe-se que os diferentes graus teriam certa incidência na capacidade de desempenho dos partidos nas políticas de integração regional. Tomando como característica própria da integração regional a necessidade de sustentar e desenvolver um processo de longo prazo. A estabilidade dos partidos políticos para apoiar e levar a cabo estas ações pode-se converter em uma causa importante da capacidade de sucesso da própria integração. Partidos mais institucionalizados possuem maior capacidade de estabilidade, oscilações eleitorais menores, um maior vínculo com a sociedade dado por um maior enraizamento social e maiores graus de compromisso ideológico. Sendo assim, tais características “ideais” produziriam o melhor cenário para sustentar uma política de integração regional.

2.2. Justificativa e opções metodológicas

O estudo dos partidos políticos a partir de um enfoque Neo-Funcionalista leva a separar o estudo em duas esferas. Uma primeira esfera seria ao nível

¹⁰ A nacionalização dos partidos é um conceito utilizado por Mainwaring y Zoco, e consiste em verificar as variações de votos de cada partido em cada circunscrição eleitoral para cada eleição (JONES & MAINWARING, 2007). Se um partido se encontra fortemente nacionalizado este obterá porcentagens similares em todas as circunscrições eleitorais. Baixos níveis de fragmentação partem de altos graus de fragmentação, os quais incidem em maiores níveis de volatilidade.

nacional, compreendendo o movimento dos partidos com relação aos estados e com os diferentes grupos sociais e econômicos relevantes, como as próprias políticas levadas nos âmbitos dos parlamentos nacionais. A segunda esfera compreende o nível supranacional regional, no qual ressaltaria a dinâmica dos partidos quanto aos vínculos com outros partidos da região (Mercosul) e também em âmbitos próprios da integração, como a antiga Comissão Parlamentária Conjunta e, principalmente, no Parlamento do Mercosul. O tratamento do movimento dos partidos em duas esferas separadas, não significa que não se leve em conta a repercussão que a ação efetuada em uma dada esfera possa ter na outra, ao contrário, as duas esferas estão totalmente relacionadas. As funções que os partidos deveriam cumprir em ambas se encontram diretamente afetadas às capacidades próprias destes.

No nível nacional, os partidos políticos cumprem três funções relacionadas com a integração regional:

- a) Os partidos incidem no grau de estabilidade dos governos o que gera melhores cenários de cooperação. Democracias com partidos institucionalizados possuem atributos de certeza, estabilidade e maiores respaldos para com o Executivo. Esta situação beneficiaria a cooperação entre os países pela simples ausência dos cenários de instabilidade;
- b) Quanto maior a estabilidade dos partidos, maior incidência sobre os Executivos e os Parlamentos possuem. Isto gera, em primeira instância, uma maior capacidade de apoio, tanto na função do partido quanto na maioria da Câmara, ou mesmo, como parte de uma coalizão. Em negociações de dois níveis, onde se encontram os governos e os atores nacionais, se realizariam condutas mais coerentes em ambos os níveis. Esta situação poderia gerar uma maior sintonia entre o que é aprovado no

nível de negociação por parte dos executivos e o que, posteriormente, precisa ser integrado na forma de lei, resolução ou decreto nos países membros;

- c) Os partidos mais organizados e com menores níveis de volatilidade podem fomentar e construir a longo prazo, uma política pró-integração, gerando consciência cidadã, atores econômicos, sociais e políticos, mostrando-se, ao mesmo tempo, como representantes estáveis dessa linha política.

No nível supranacional os partidos políticos podem gerar vínculos com outros partidos dos países membros, como propõe a teoria Neo-funcionalista. Estas articulações ou interações gerariam duas ações:

- a) A própria interação entre os partidos aumentaria os graus na linha de uma política pro integração. Para isso, são necessários altos graus de estabilidade e coerência ideológica. O caso da UE demonstrou que os partidos políticos se uniram a partir dos vínculos ideológicos. Altos graus de volatilidade podem fazer desaparecer e aparecer partidos inteiros, o que dificulta a estabilidade de uma formação e a construção de pensamentos e políticas conjuntas;
- b) A articulação dos partidos pode gerar a construção de estruturas próprias objetivando levar adiante posições com relação ao processo de integração. Esta situação da forma como permite aumentar a consciência pró- integração poderia gerar também maior conhecimento das classes políticas dos países membros e menores graus de desconfiança. Isto favoreceria uma paulatina delegação de soberania para com as instituições supranacionais, gerando efeitos de *spillover* para outros setores. A interação partidária ajudaria a

eliminar o cenário de percepção dos outros como um estranho e guardião de seus interesses nacionais, aumentando as possibilidades de construção de uma política de delegação de soberania sobre instituições supranacionais. Para isto, é necessário maiores graus de estabilidade e coerência ideológica que no ponto (a) e, preferencialmente, estruturas de inter-relações pré-existentes.

É no âmbito das duas esferas de participação dos partidos para uma política de integração, que se articulam os indicadores produzidos pela teoria da institucionalização dos sistemas de partidos. O grau de institucionalização permite observar e comparar a capacidade, possibilidade e incidência de ação que os partidos e sistemas de partidos têm sobre o processo de integração. Para isso foram tomados três dos países membros do Mercosul, Argentina, Brasil e Uruguai, utilizando também de referência as circunstâncias que aconteceram nos primeiros anos da União Européia. O estudo do sistema partidário do Paraguai não foi possível de ser realizado pela dificuldade de acesso a dados e bibliografias que permitissem realizar uma análise comparada rigorosa. Nos casos que correspondem ao Mercosul foram utilizados dados sobre Paraguai, já que de maneira geral, todos os dados provêm de fontes únicas, o que permite que a análise seja mais facilmente comparada.

Desta maneira, foi realizada uma análise dos partidos e sistemas de partidos de Argentina, Brasil e Uruguai nas duas dimensões já mencionadas (interno, no nível nacional e externo, no nível supranacional). No nível interno foram pesquisadas as características dos sistemas de partidos e, em segundo lugar, a atuação destes nos congressos nacionais no respectivo à internacionalização de normas do Mercosul.

O primeiro estudo de nível interno se realizou mediante a comparação dos níveis de institucionalização dos sistemas de partidos dos países do Mercosul e tomando como referência quatro dos países mais importantes da UE; França, Alemanha, Inglaterra e Itália para o período que abarca 1957-1979, marcando o

começo da UE com o Tratado de Roma até o ano da primeira eleição direta do Parlamento Europeu. Para o Mercosul foram estudados os sistemas de partidos na Argentina, Brasil e Uruguai desde o começo do Mercosul com o tratado de Assunção, até 2008. De maneira mais específica, foram analisados os índices de volatilidade, o número efetivo de partidos e a fragmentação partidária.

Para o estudo comparado da institucionalidade dos sistemas de partidos foi levado em conta o problema da qualidade e heterogeneidade de dados. Para manter uma maior rigidez na comparação foi analisada a volatilidade como indicador quantitativo de estabilidade e institucionalidade. Sabendo que a volatilidade mede de forma parcial os níveis de estabilidade e institucionalidade, ela conforma um indicador homogêneo nos dois itens mais importantes para as análises da integração. A volatilidade permite apreciar a estabilidade de padrões de competição gerando previsibilidade na competição partidária, e num segundo momento, permite apreciar de forma indireta os níveis de enraizamento dos partidos na sociedade e, portanto, os níveis de compromisso ideológicos. Para complementar as características de cada sistema de partidos foram estudadas a fracionalização partidária e o número de partidos.

Como segundo indicador, dentro do nível interno, foi pesquisada a internalização das normas emanadas pelos organismos do Mercosul por parte dos países membros e ratificadas ou não, nos parlamentos nacionais. Este estudo permitiria apreciar níveis de compromissos com o projeto do Mercosul, como, por exemplo, os níveis de coordenação tanto a nível dos governos dos países membros entre si, como a relação executivo-legislativo em cada país selecionado em torno do Mercosul.

Sobre a segunda dimensão, em nível externo, foi investigada a ação dos partidos dentro dos Parlamentos do Mercosul. Para isso, analisou-se a composição do Parlamento do Mercosul, relevando a filiação política dos parlamentares e sua condição em relação ao seu país de origem. Esta análise permitiria ter um mapeamento político e partidário da composição do Parlamento

do Mercosul de interesses regionais de cada país e os níveis de compromisso das elites político-partidárias. Posteriormente, foram estudados os atos aprovados pelo Parlamento do Mercosul, tomando como referência sua capacidade de impacto e os vínculos entre as diferentes instituições envolvidas, considerando as instituições do Mercosul e os Parlamentos Nacionais. Em segundo lugar, foram relevadas as atas e votações do Parlamento do Mercosul para verificar quais níveis de cooperação e possíveis clivagens poderiam existir com relação a representação mercosuriana. Foram analisados, os debates realizados nas Sessões, na busca de conflitos entre dois ou mais representantes mercosurianos, entendendo conflito como uma divergência sobre um mesmo tema e sua resolução.

Capítulo 3 – Nível Interno: integração, institucionalização e Partidos Políticos.

3.1. Sistema de partidos, níveis de institucionalismo e integração.

Ao estudar, brevemente, a situação dos partidos políticos com relação à integração europeia pode-se afirmar que estes tem tido uma maior participação que no bloco sudamericano, sobretudo, aqueles partidos que se agruparam em torno dos grupos Socialistas, Democrata-cristãos e Liberais. Numa primeira instância, desde a criação da CECA e da CEE abarcando o período de 1959 até 1971, os partidos europeus procuraram incidir na construção institucional europeia. É certo que os níveis de influência têm sido flutuantes, em grande parte por um ceticismo latente sobre o que poderia se chamar identidade europeia. A isso, somava-se uma repulsão por parte dos partidos mais à esquerda, que naquele momento histórico, obtinham uma representação importante e visualizavam o projeto da CEE como contrário aos seus princípios ideológicos. A procura de incidir dentro de uma política europeia, tanto em nível nacional como em nível supranacional, com novas instituições que estavam se formando ou se desenhando, foi uma constante. As duas “famílias ideológicas” mais presentes desde o começo foram a Democracia Cristã e os Socialistas, se apoiando nas organizações pre-existentes, como as federações transnacionais no nível europeu, para coordenar propostas para a nova política da integração (HIX & LESSE, 2002; e KAISER, 2007).

Os partidos dos países membros da CEE e que também integravam a Internacional Socialista formaram o chamado *Liason Bureau of the Socialist Parties of the European Community*. O propósito deste novo âmbito de

coordenação procurava gerar propostas comuns para com a integração europeia, de forma de ter uma maior influência. A aprovação do programa do IV Congresso dos partidos socialistas da CEE realizado em 1960 demonstra a mobilização e interesse sobre o desenvolvimento europeu:

The socialist parties of the member countries of the European Communities consider that in the present stage of European integration, it is necessary that the socialist parties...work out a common European programme; that this programme should define the principles that must serve as a guiding line to the socialist parties and to the Socialist Group in the European Parliamentary Assembly in the formulation of their opinions regarding the problems of European integration. (HIX & LESSE , 2002, p. 13).

É importante ressaltar, também, que neste congresso se propôs a eleição direta e universal dos representantes da Assembléia Parlamentar Europeia (a instituição antecessora ao Parlamento Europeu), e em 1979 com a primeira eleição direta ao Parlamento Europeu, as principais “famílias ideológicas” europeias conformaram “confederações” de Partidos Transnacionais. Os socialistas como já se especificou, a partir da Internacional Socialista e a criação do *Laison Bureau*, conformaram em 1973 o Partido Socialista Europeu. Os Democrata-cristão, por sua parte, se apoiaram na *European Union of Christian Democrats*, formando em 1976 o Partido Popular Europeu. Os últimos dos grupos surgidos nesse momento provêm da matriz liberal formando a *Federation of European Liberals na Democrats* em 1978.

A formação de Federações Transnacionais que, posteriormente, definiram os chamados Euro-Partidos, tiveram sua adaptação na década dos oitenta, para logo consolidar-se e obter um rol mais ativo a partir do Tratado de Maastricht (TM). A conformação dos Euro-Partidos sustentou-se em uma tríade composta pelos partidos nacionais, as federações transnacionais e os próprios Euro-Partidos (HIX, 1996). Mas ainda os partidos nacionais são o fator mais importante desta

conformação, se convertendo no seu principal sustento, tanto no nível de estrutura eleitoral com no nível de *staff* (BARDI, 1994). Isso se deveu em parte a que a identidade cidadã e civil européia era ainda muito fraca, existindo certo divórcio entre a opinião pública e os Euro-partidos (LAADRECH, 1996). As eleições ao Parlamento Europeu centram-se, quase a totalidade das vezes, mais em temáticas domésticas do que em questões européias, produto da baixa identificação cidadã e cooptação do debate pelos partidos nacionais. A esfera supranacional ainda se mantém sobre interesses mais elitista-burocráticos do que cidadãos (SMITH, 1996; e GAFFNEY, 1996). No entanto, os Euro-partidos jogam um papel importante na integração e a partir do TM têm incrementado os níveis de supranacionalidade, como também a representação, identidade e democracia nos níveis europeus. Os Euro-partidos tiveram uma participação importante nas negociações de Maastricht, marcando agenda e levando o debate ao âmbito nacional. A partir dessas situações, junto com a maior transcendência destes depois da aprovação do tratado, os Euro-partidos têm mudado paulatinamente o eixo do debate europeu. A mudança tem se realizado desde a clivagem nacionalista versus pró-europeu, para o clássico posicionamento esquerda-direita (HIX, 1996).

Diferente tem sido a situação no Mercosul no que diz respeito ao interesse dos partidos políticos ao projeto de integração. A atuação dos partidos tem sido sempre a partir de um segundo plano, subordinado aos Executivos e em alguns casos sem interesse próprio por parte dos partidos. Alguns autores que têm tratado o estudo do Mercosul por diferentes ângulos colocam sempre a “ausência” dos partidos na incidência do seu desenvolvimento. Esta ausência é marcada basicamente devido a dois fatores: a) O papel central dos Executivos, que é respaldado pelos próprios partidos na medida em que delegam a política exterior como um assunto das Chancelarias, junto com o próprio desenho da institucionalidade do Mercosul que não incentiva a participação partidária; b) Características da instabilidade e crise historicamente comuns aos países membros.

Os trabalhos que se centram no primeiro item colocam a importância da concentração e até hipertrofia, desejada e mantida, dos Executivos representados pelos Governos e Chancelarias, principalmente de Argentina e Brasil (COSTA VAZ, 2002 e PASQUARIELLO, 2001). Somado a isto um desinteresse histórico dos partidos na área da política exterior, o que faz que estes deleguem e tenham pouca incidência nas Chancelarias respectivas. Por outro lado, as características de instabilidade e crises dos partidos, associados aos problemas da redemocratização se colocam como causas da sua ausência no âmbito do Mercosul (CAETANO, 2006). Além disso, há a falta de vínculos transnacionais e particularidades próprias de cada sistema de partidos, que não sustentariam a capacidade de gerar vínculos nem a capacidade de interagir no nível transnacional (HIRST, 1996). Por último, num trabalho focado principalmente no Brasil, se encontram como causas da ausência dos partidos, as características próprias do sistema partidário com certos graus de instabilidade somado à própria institucionalidade do Mercosul, que não ajudaria a gerar os incentivos necessários para a participação partidária. Desta maneira, os partidos teriam uma relação mais de reação, quando alguns dos interesses próprios são atingidos, ao contrário de uma política pró-ativa para com a integração (OLIVEIRA, 2003).

Para continuar o estudo sobre os sistemas partidários, inicialmente é realizado um resgate das principais bibliografias de cada um dos países escolhidos. Esta situação permite, num primeiro momento, situar em perspectiva o principal objeto de estudo desta pesquisa - os partidos políticos -; e, seguidamente, complementar a análise quantitativa dos indicadores escolhidos para medir os graus de institucionalidade.

3.1.1. Argentina

A República Argentina na segunda metade do século vinte se caracteriza por uma alternância entre governos democráticos, golpes militares e restrições

políticas, sobretudo, em relação ao Partido Justicialista e a figura do general Juan Domingo Perón. De 1950 até 1982 se realizaram quatro golpes militares, 1955, 1962, 1966 e 1976 gerando que dos 32 anos transcorridos desde 1950 até 1982 vinte e dois foram sobre governos cívico-militares e nunca com mais de três anos seguidos de liberdades políticas plenas. Neste período a UCR e o PJ formaram um sistema bipartidarista, no qual a instabilidade e falta de continuidade dos governos, seja por golpe militar, adiantamento da eleição ou abandono de cargo, caracterizou os governos argentinos. Esta constante instabilidade e falta de períodos contínuos debilitou aos partidos e impediu que estes pudessem gerar um processo de enraizamento efetivo na sociedade (CAVAROZZI, 1989). A transição pós-ditadura encontrou a UCR como vencedora nas eleições de 1983, contra o favoritismo do PJ. Para este período, o governo Radical teve que enfrentar a redemocratização, as denúncias contra crimes de Direitos Humanos e altos índices de inflação. Este último fator tomava dimensões de hiper-inflação incidindo negativamente numa já frágil imagem de um governo que, decidiria posteriormente, adiantar a posse presidencial antes do estipulado pela Constituição.

Desta maneira, o presidente Raúl Alfonsín entregou o poder sete meses antes ao candidato eleito pelo PJ, Carlos Menem. A chegada do peronismo ao poder suscitou uma forte disputa interna sobre modelos antagônicos convivendo dentro do mesmo partido. Com a vitória de Menem em 1989, os setores mais progressistas, de esquerda e centro-esquerda foram perdendo cada vez mais capacidade dentro do partido. Com uma política cada vez mais liberal e ortodoxa aplicada pelo governo Justicialista, alguns políticos saíam do PJ para logo formar outros partidos. O Frente Grande primeiro e logo o FREPASO, foi formado por alguns destes políticos que deixaram o PJ como Chacho Álvarez, Juan Pablo Cafiero e José Octávio Bordón. Este novo partido que compareceria na eleição de 1995, ocupou uma vaga vazia no centro-esquerda do espectro político, deixado pela virada neo-liberal do Peronismo e a crise da UCR (JOZAMI, 2004).

Passada a transição democrática e certa crise interna dentro do PJ, a década de noventa presenciara várias mudanças para o partido. O governo menemista, a partir de suas opções econômicas e alianças políticas, fortaleceria o PJ desde um ponto de vista mais instrumental que institucional. Neste período, a passagem do PJ de movimento para um partido burocrático se acentua mais (PALERMO & NOVAR, 1996). Apesar disto, o PJ e os partidos em geral não saíram fortalecidos neste período. Os altos índices de aprovação de Menem em seu período, uma forte imposição das vontades do Executivo sobre o legislativo, aumentadas a partir da reforma constitucional de 1994, e um poder judicial dominado através da Suprema Corte de Justiça onde o oficialismo tinha uma maioria de juízes afins a ele, fortaleceram os poderes do Executivo a graus do Hiper-presidencialismo (FERREIRA & GORETTI, 1996; BOTANA, 1995; e PORTANTIERO, 2000) desgastando os controles do Poder Legislativo e os partidos político. A isto, é somada uma ampla capacidade de recursos por parte do executivo nacional, conseqüências das vendas de empresas estatais que ajudaram a gerar uma política de prêmio e castigo com o fim de alinhar possíveis oposições dentro do PJ. Dessa maneira, a figura de Menem sobressaía amplamente sobre qualquer outro líder do partido, fosse governador ou parlamentar.

Em termos ideológicos e de apoios sociais, o governo Menemista realizaria mudanças com respeito às anteriores experiências peronistas. Uma forte concepção neo-liberal no campo econômico e no campo estatal, apoiando-se nos mercados, organismos multilaterais e o empresariado transnacional. Diferenciou-se a experiência Peronista de 1946-1955, que valorizava o aparelho Estatal e sua burocracia, e ao empresariado nacional. O vínculo com o sindicalismo se manteve como nas duas experiências anteriores, com a diferença do peso e papel que o Governo lhe outorgava para a mobilização. A desregulação do trabalho e a reforma do Estado retiraram a capacidade de mobilização do sindicalismo, o que levou ao Governo a se vincular de forma mais direta com a sociedade (SINDICARO, 2002).

Em 1997 o FREPASO e a UCR conformam a Aliança pelo trabalho, a Justiça e a Educação (Aliança), ganhando as eleições em 1999. O governo da Aliança enfrentou uma forte crise econômica e política que levaram a viradas radicais na matriz ideológica originária dos partidos que a compunham, o FREPASO e a UCR. A manutenção do tipo de mudança fixa do dólar com relação ao peso argentino, políticas de flexibilização do trabalho e designações de figuras políticas contrárias à base de apoio que havia votado pela Alianza, levaram a uma crescente impopularidade e falta de apoio ao governo de la Rúa. Em um governo assediado pela crise econômica, com alta recusa popular, falta de apoio político, a renúncia do Presidente De la Rúa acabou de fato com a Alianza, submergindo ao país numa das maiores crises políticas (JOZAMI, 2004).

Depois da crise de 2001, quando a Argentina teve quatro Presidentes em 13 dias, o peronista Eduardo Duhalde conseguiu estabilizar a governabilidade e chamar a eleições em abril de 2003 outorgando apoio ao futuro vencedor Néstor Kirchner. A crise de 2001 daria a tacada final ao clássico bipartidarismo, já bastante afetado entre a UCR e o PJ. Os sucessivos acontecimentos depois de 2003 não se encaminharam até o fortalecimento de um novo sistema de partidos. A crise dentro do peronismo tomou novas características a partir dos governos de Néstor e Cristina Kirchner, com fortes críticas a antigos aliados, Duhalde, e outros grupos peronistas que apoiavam ao ex-presidente Menem. Para as eleições de 2007 diferentes figuras do PJ voltam a competir nas eleições, dividindo o partido entre o FPV do matrimônio Kirchner e os Peronistas Dissidentes ou Ortodoxos.

A crise política partidária argentina ainda se mantém com o PJ dividido, um forte apoio popular ao setor do FPV e uma oposição que não consegue consolidar uma estrutura partidária forte.

3.1.2. Brasil

O sistema de partidos brasileiro tem se caracterizado por uma construção e ruptura em diferentes períodos, mostrando, assim, certa incapacidade de consolidação duradora. Realizando uma breve revisão dos períodos se pode marcar cinco etapas anteriores ao atual (FLEISCHER, 2007).

A primeira etapa corresponde ao período 1837-1889, onde o conflito político se dá entre Liberais e Conservadores, mas sempre sobre o poder tutelar monárquico da época. A segunda etapa com a instauração da Primeira República 1889-1930, o sistema centra-se em dois partidos e dois estados, o chamado sistema “café com leite” (SOUZA, 1985), onde o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista dominavam o trabalho no Congresso Nacional. A terceira etapa começa a partir da Revolução de 1930, com um período de atividade política partidária bastante restrita, com uma fase de atividade entre 1933-1937, e que termina definitivamente em 1945. A partir da Constituição de 1946, o Brasil vive o maior período de atividade e proliferação partidária até esse momento, chegando a ter em alguns anos até 13 partidos no Congresso. O sistema neste período sustentava-se basicamente em três partidos com cobertura nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Democrata e a União Democrática Nacional, dos partidos médios, o Partido Democrata Cristão e o Partido Social Progressista. O resto do espectro político era composto por os partidos ideológicos de esquerda e por pequenos partidos estaduais.

O período termina com o golpe militar de 1964 que, posteriormente, instauraria um sistema restringido de dois partidos. As falências do período 45-64 deviam-se em alguma medida na falta de adequação de uma estrutura partidária que não soube acompanhar as mudanças que estavam acontecendo na sociedade brasileira. O crescimento acelerado da economia com mudanças na composição urbana junto a uma forte desaceleração no final do período evidenciaram alguns problemas históricos. Problemas como a falta de partidos

independentes ao Estado, a centralidade deste na economia junto a preponderância do executivo sobre o legislativo, somado a uma legislação permissiva de alianças partidárias, geraram pouca capacidade de enraizamento político, e ao contrário, incentivaram partidos de caráter mais estadual e personalista, características que numa sociedade de novas demandas mostraram-se ineficaz para administrar o conflito (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986).

A partir da transição democrática, o sistema partidário retorna ao modelo pluripartidista. Dividido em fases, a primeira denominada de pluralismo moderado, 1980-85, caracteriza-se pela transição e pela excisão dos dois antigos partidos, Arena e MDB, em vários partidos junto com a formação de um partido de origem sindical, o Partido dos Trabalhadores (PT). Depois de 1985 aumenta consideravelmente a quantidade de partidos políticos, marcando a fase de 1985-1997 de pluralismo exacerbado (FLEISCHER, 2007). Quanto ao sistema partidário não aconteceram grandes mudanças desde 1997 até a atualidade.

A interrogante pertinente para o estudo do sistema partidário brasileiro no período de formação do Mercosul consiste em caracterizar os graus de estabilidade como causa necessária para poder integrar aos partidos ao projeto de integração. A pergunta é válida na medida em que os partidos brasileiros têm mostrado uma dificuldade histórica para consolidar uma estabilidade duradoura. É assim que será importante ver quais características mudaram e quais permaneceram na atualidade. Por isso, é confrontada as duas visões imperantes na atualidade sobre o sistema brasileiro, uma denominada de “negativa” e outra de mais “positiva” (MARTINS RODRIGUES, 2002).

Primeiramente, é verificada que a visão mais “negativa” tem alguns matizes de graus, constatando como a mais negativa a efetuada por Sartori (1996) e sua afirmação de “partidos de aluguel” como característica do sistema em seu conjunto. O sistema analisando por Sartori da conta de estruturas partidárias muito fracas, nas quais os políticos as utilizam por puros interesses pessoais. A falta de

disciplina junto à mudança de políticos entre partidos fazem de Brasil uns dos países mais avessos aos partidos.

Em posteriores trabalhos Scott Mainwaring (1995 e 2001) analisa o sistema partidário brasileiro e sua institucionalidade. O autor realiza um estudo profundo do caso brasileiro onde acha diferentes situações que conspiram para gerar altos níveis de institucionalidade. Marcam-se cinco como os principais: a) Alta volatilidade, o que não permite gerar uma estabilidade de competição interpartidária; b) Falta de enraizamento dos partidos com o eleitorado o que seria fator e causa de uma baixa ideologização partidária; c) A legitimidade dos partidos, que é questionada pela própria sociedade e pela influência de outros grupos sociais e econômicos no governo; e d) a baixa lealdade dos políticos para seus partidos, os quais mudam de partido facilmente priorizando também o voto pessoal antes que a disciplina partidária. Algumas das causas que teria maior influência para o autor seriam heranças e continuidades do período 45-64. A centralidade do Estado junto ao sistema federativo de governo, uma concepção de elites política-personalistas e patrimonialistas somada às leis eleitorais permissivas fazem dos partidos brasileiros, instituições frágeis, com pouco valor ideológico, pouco organizadas e geradoras de desconfiança para a população.

Para o autor, o único dos partidos que sai deste padrão seria o PT, pela sua formação a partir da sociedade e não do Estado junto com uma maior organização e lealdade de seus membros. Sendo assim, a situação do PT é tratada pelo autor mais como uma singularidade do sistema que como um sinal de fortalecimento. Em uma mesma linha são encontradas as conclusões de Maria D'Alva (precisa do nome inteiro?) Kinzo (2005), que acham uma lealdade bastante instável dos eleitores para com partidos. Esta situação é explicada pelos incentivos do regime eleitoral que não ajudam a uma visualização clara dos partidos e suas ações, junto aos poucos recursos organizativos dos mesmos. Para a autora, o PT novamente foge desse padrão.

Após este panorama, diferentes autores analisaram o comportamento dos partidos chegando a conclusões mais “positivas”. Dois trabalhos centram-se no pouco valor ideológico dos partidos (LIMONGI & FIGUEIREDO, 1995; e MARTINS RODRIGUES, 2002). Ambos encontram uma maior coerência ideológica tanto como preditor das ações dos partidos no congresso (LIMONGI & FIGUEIREDO, 1995), como também nas composições sociais das bancadas partidárias (MARTINS RODRIGUES, 2002). Os autores mostram que existe uma maior coerência por parte dos partidos no que tem a ver nas votações, alianças, composição social e coesão interna. Na mesma linha, outro estudo sobre as coligações partidárias como sustento dos governos para o período (MENEQUELLO, 1998), conclui o papel central dos partidos como sustento dos respectivos governos. O sustento partidário se realiza pela formação de coligações partidárias com certa coerência ideológica, o que demonstra estabilidade partidária e centralidade dos partidos na vida política do país.

Observando as duas visões verifica-se certa relativização dos problemas do sistema partidário brasileiro, sem deixar de levar em conta dados e características que atingem os níveis de institucionalidade, estabilidade e coerência ideológica. Nesse sentido, conclui-se que o sistema brasileiro tem obtido progressivamente maiores níveis de institucionalidade, conformando na atualidade um conjunto de partidos relativamente estáveis e previsíveis no eleitorado. Mas, uma alta fracionalização, o peso do Estado no nível nacional e a personificação dos candidatos devido ao sistema eleitoral, podem ser fatores que atuam de forma negativa para o desempenho dos partidos no Mercosul.

3.1.3. Uruguai

O caso do sistema partidário uruguaio possui diferentes características quando é comparado aos sistemas argentino e brasileiro, pois caracteriza-se por um bipartidarismo histórico, formado pelo Partido Nacional e o Partido Colorado,

assim permanecendo por todo o século XIX e até a segunda metade do século XX. Nesse contexto, as diferenças entre ambos partidos no século XIX eram resolvidas principalmente através de enfrentamentos bélicos até a Constituição de 1918, a qual instauraria a democracia plena junto com os traços mais importantes do sistema eleitoral até o final do século XX (BUQUET & CHASQUETTI, 2004).

Neste período, inclusive anterior à Constituição, foi o momento que modelou o sistema de partidos (CAETANO & RILLA, 1984) até a irrupção do partido Frente Ampla (FA). Em 1971 os partidos comunistas e socialistas junto com separações de grupos dos partidos colorados e nacional formam a Frente Ampla. O novo partido surge como um partido de esquerda, principalmente urbano e capitalino, buscando desafiar o bipartidarismo existente. Com 18% em sua primeira eleição em 1971 e 21% na eleição depois do governo militar em 1984, a FA continuou crescendo progressivamente. A quebra fundamental do bipartidarismo se efetuou em 1994 quando os três partidos obtiveram aproximadamente um terço do eleitorado cada um. A reforma constitucional de 1994 impediu que o FA, com maioria simples com 40% nas eleições de 1999, obtivesse a presidência. De igual maneira, o crescimento sustentado desde 1984, geraria o fato histórico de consagrar o primeiro governo de esquerda na eleição de 2004. A obtenção do governo por parte da esquerda se sustenta principalmente em dois pilares que o FA soube trabalhar e cuidar de forma paciente. O primeiro se baseia em apoio demográfico concentrado nos setores mais jovens da sociedade, mais urbanos e mais modernos, gerando que o eleitorado FA se incrementasse em cada eleição com base na renovação do eleitorado total. O segundo fator se deu por conta de uma moderação do discurso buscando captar e ocupar o eleitorado e a posição do centro no espectro político, sem que isto representasse uma quebra no eleitorado mais de esquerda (GONZÁLEZ & QUEIROLO, 2000; BUQUET & DE ARMAS, 2004; e, LANZARO, 2004).

É importante destacar que em comparação com os dois casos anteriores, o Uruguai representa uma maior continuidade e estabilidade em seu sistema partidário. A democracia uruguaia se centra em seus partidos políticos, os quais

possuem uma legitimidade e imagem bastante sólida para sua sociedade (BUQUET & CHASQUETTI, 2004). Somado a isto, é ressaltada a capacidade dos partidos para assimilar crises, realizar mudanças e *aggiornamientos* sem conseqüências de quebras no próprio sistema.

3.1.4. Volatilidade eleitoral

Como já foi mencionado no capítulo anterior, o grau de institucionalização dos partidos e os sistemas de partidos é um fator importante para observar as capacidades atuais e potencialidades.

O cálculo da volatilidade (Tabela 1) é um dos indicadores principais para mensurar a institucionalidade do sistema de partidos, e realiza-se a partir do índice de Pedersen¹¹, calculando a variação porcentual do eleitorado de uma eleição a outra. Para o cálculo específico da volatilidade se utilizaram dados secundários e fontes especializadas. Para os países europeus foram selecionadas as eleições que compreendem o período do começo da UE com o tratado de Roma em 1957 e o ano da primeira eleição direta ao Parlamento Europeu, 1979. Para os países do Mercosul o período se realiza a partir de 1991 até o ano 2008 (para alguns países se utilizaram eleições imediatamente anteriores ou posteriores dos períodos utilizados, devido a que era necessário abarcar de melhor maneira o período de tempo selecionado, conferir ANEXO)

A comparação da volatilidade média para os países europeus em relação aos sul-americanos é bastante significativa, mais do dobro (Tabela 1). Para as democracias sul-americanas quase um quarto do eleitorado modificou suas preferências de uma eleição a outra. Esta situação pode gerar grandes variações

¹¹ O índice de volatilidade de Pedersen (PEDERSEN, 1979) se realiza a partir da somatória das variações de uma eleição em relação à anterior para os períodos escolhidos:
$$\frac{\sum (P_{it} - P_{it-1})}{2}$$

em partidos de magnitudes importantes. No caso do Uruguai, um dos países considerados estáveis no que refere a sistema partidário no contexto sul-americano, o país mostra uma média superior a qualquer um dos países europeus selecionados. Desta maneira, é apreciada uma menor volatilidade dos sistemas partidários europeus no período de construção da UE em relação aos países sul-americanos escolhidos.

Tabela 1

**Média da Volatilidade eleitoral em porcentagens dos países membros
do Mercosul e da União Européia
para os períodos indicados**

	1957-1979		1983-2008
Alemanha¹	7.0	Argentina²	24.5
França¹	13.2	Brasil³	22,2
Inglaterra¹	6.7	Uruguai⁴	14.1
Itália¹	6.9	---	---
MÉDIA	8.4	MÉDIA	20.3

(1) Fonte: BARTOLINI & MAIR, 2007. Para o caso de Inglaterra se manteve o mesmo período que nos outros países europeus a pesar que seu ingresso formalmente na UE foi no ano 1973 junto com Dinamarca e Irlanda. A justificação se baseia para manter a comparação e apreciar a estabilidade de Inglaterra como sistema de partido para o mesmo período.

(2)Fonte: Atlas Eleitoral de Andy Tow

(3)Fonte: Jairo Nicolau-IUPERJ.

(4)Fonte: ICP-FCS-UdelaR e BUQUET (2005).

É importante sublinhar alguns aspectos do cálculo deste indicador realizando uma análise mais rigorosa na construção das séries eleitorais para os

países do Mercosul. O caso da Argentina é o mais complexo de analisar e uma das formas de trabalhar com os dados foi separando a série eleitoral em duas. A primeira estaria formada por uma série “conservadora”, na qual se mantém ao Partido Justicialista (PJ) como um partido unitário nas eleições de 2007 com respeito ao ano de 2003. A segunda série, a “alternativa” e a escolhida para fazer as análises, seria considerar a agrupação Frente Para la Victoria (FPV) que comanda o matrimônio Kirchner, como uma cisão do PJ para as eleições de 2007¹². A utilização da série “alternativa” eleva a volatilidade do ano 2007 de um 20,6% a 61% e a média geral de um 17,7% a um 24,5%. De igual forma, esta escolha de séries não modifica uma tendência anterior de progressivo aumento dos níveis de volatilidade. Comparando a volatilidade para o período 1983-1995, a volatilidade média situa-se em 10,7%. Para o período 1995-2003 a volatilidade atinge os 26,5%, sem considerar a eleição de 2007 a qual divide a série. Na série “conservadora” a média para o período 1995-2007 da 24,5% e na série “alternativa” a média eleva-se para um 38,1%. (cf. ANEXO)

O importante desta análise é mostrar uma mudança substancial na estabilidade do sistema de partidos argentino. Depois de finalizado o período ditatorial, o antigo binômio, composto pela União Cívica Radical (UCR) e o PJ se mantêm, formando um sistema bi-partidista até a eleição de 1995. Depois de 1995 três fatores alteraram o sistema de partidos: em primeiro lugar, surge a incapacidade da UCR de manter porcentagens elevadas do eleitorado para alcançar a presidência, ou que leva à criação de alianças eleitorais em 1999 com o recém criado FREPASO, formando a ALIANZA. Depois da eleição de 2003 a ALIANZA deixa de existir e a UCR sofre fortes perdas nas eleições seguintes. O

¹² A agrupação Frente Para la Victoria se compõe principalmente pelo Partido Para la Victoria junto com pequenos partidos estaduais. Responde à denominada corrente *Kirchnerista*. Para a eleição de 2003 o PJ como resultado de que os três candidatos (Kirchner, Menem y Rodríguez Sá) apresentavam programas diferentes, decidiu não realizar uma eleição interna. Esta decisão histórica permitia que os três candidatos se apresentassem de forma independente deixando a utilização de símbolos partidários de forma aberta. Para a eleição de 2005 houve um novo rompimento, agora entre antigos aliados, as correntes *Duhaldistas* e *Kirchneristas*. Com a ascensão de Nestor Kirchner a asa *Menemista* do PJ conforma um grupo heterogêneo de alianças, denominada o PJ dissidente ou opositor.

segundo fator é a proliferação de partidos pequenos e estaduais a partir da eleição de 2003. Nas eleições de 2003 e 2007 o resto dos partidos que não representam a UCR, o PJ e/ou o FPV conseguiam 28% dos deputados nacionais, aumentando a fragmentação partidária. Como terceiro fator constata-se a confrontação interna dentro do PJ. Para a eleição de 2003 depois de Argentina sofresse uma crise economia com fortes seqüelas políticas que derivaram na renúncia do Presidente De la Rúa. O PJ coloca como candidato ao governador Néstor Kirchner com o apoio do Presidente provisório saliente, Eduardo Duhalde. Para a eleição de 2003 os líderes justicialistas confrontavam com o ex Presidente Carlos Menem. Depois da eleição a confrontação se manteve, agregando um novo conflito entre os antigos aliados Duhalde e Kirchner, o que levaria a ter candidaturas diferentes para 2005 e 2007. A modificação do sistema bipartidista formado pelo PJ e pela UCR, produto da emergência de novos partidos e de problemas internos de cada um destes partidos, não tem levado a consolidar outros sistemas partidários. A criação e o desaparecimento de novos partidos têm se repetido nestas últimas eleições, somado a isto, a aparição de problemas internos sem resolver nos dois partidos mais importantes.

O caso do Brasil é relativamente oposto ao argentino em termos de volatilidade e composição pós-ditadura. Na saída do período ditatorial emerge um novo sistema de partidos, com vários partidos e altos níveis de fragmentação. A volatilidade da eleição de 1994 com respeito a 1990 é alta, conformando quase 30%, diminuindo nas eleições seguintes chegando a ter porcentagens perto de 15% em 2002 com um leve aumento em 2006 (19,8%). Conforma-se assim uma média para o período 1990-2006 de um 22,2%. Em matéria de crise, o sistema partidário brasileiro sofre no começo do período a renúncia do presidente Fernando Collor junto com o desaparecimento de seu partido, o Partido da Reconstrução Nacional. Posteriormente, da renúncia e do *impeachment*, o sistema partidário se manteve sem maiores alterações, diminuindo a volatilidade. Desta maneira, foram consolidados três blocos com seis partidos (PDT, PT, PSDB,

PMDB, PTB, PFJ e PDS/PPR) acumulando 70% dos deputados no período estudado.

O caso de Uruguai é diferente dos anteriores. Considerado um dos sistemas mais estáveis da América Latina, o sistema de partidos uruguaio se manteve inalterado depois do governo ditatorial. Tanto foi assim, que os partidos tradicionais (Partidos Colorado e Partido Nacional) juntamente com a Frente Ampla (FA) obtiveram na eleição seguinte à ditadura (1984), quase idênticas porcentagens, quando comparada à eleição anterior ao golpe militar (1971). No período democrático os níveis de volatilidade se mantiveram estáveis em 10% até 2004, onde se realiza um salto importante com uma volatilidade de 24%. Esta variação brusca se deve, em grande medida, pela baixa eleitoral do partido de governo (Partido Colorado em 1999-2004) produto da crise econômica que afetou o país em 2002. A diferença com Argentina são as conseqüências políticas no nível da estabilidade que foram muito diferentes. O sistema de partidos uruguaio consegue “absorver” o efeito da crise sem as rupturas que aconteceram no sistema partidário argentino.

Verifica-se, portanto, na comparação com os países europeus que a volatilidade é bastante menor que nos países da América Latina, inclusive, se denota que o país com maior porcentagem de volatilidade européia, França, com 13,2%, é inferior que o país Sul-americano com menor volatilidade, Uruguai, com 14,1%. Essas porcentagens demonstram uma realidade bem diferente nos sistemas de partidos de cada processo de integração como característica de estabilidade.

3.1.5. Fragmentação eleitoral

A Fragmentação eleitoral permite apreciar a dispersão partidária em um Parlamento, mede especificamente qual é porcentagem de escolher dois

parlamentares aleatoriamente e que estes sejam de partidos diferentes¹³. Quanto maior é a percentagem maior será a fragmentação, o que quer dizer que mais partidos com similares proporções compõem a Câmara.

Tabela 2
Média da percentagem de Fragmentação dos países membros
do MERCOSUL e da União Européia
para os períodos indicados

	1957-1979		1983-2008
Alemanha¹	0.61	Argentina²	0,64
França¹	0.80	Brasil³	0,88
Inglaterra¹	0.62	Uruguai⁴	0,66
Itália¹	0.74	---	---
MÉDIA	0.69	MÉDIA	0.72

(1) Fonte: BARTOLINI & MAIR (2007)

(2) Fonte: Fonte: Atlas Electoral de Andy Tow

(3) Fonte: Jairo Nicolau-IUPERJ.

(4) Fonte: ICP-FCS-UdelaR e BUQUET (2005).

Comparando estes indicadores constata-se que a média para os países europeus e sul-americanos é quase idêntica. Inclusive é similar a distribuição entre os países comparados. Em ambos os grupos se encontra um dos países com uma fraccionalização acima de 80%, bastante superior ao resto, França e Brasil, e o resto dos países situasse no redor de 60%. Todavia, analisando o interior dos

¹³ A fraccionalização partidária é calculada a partir da seguinte formula, $1 - (\sum p_i^2)$.

países sul-americanos vemos que Brasil mantém níveis altos e constantes sempre por volta de 80%.

Diferente é o caso da Argentina que possui uma tendência crescente de fracionalização chegando a 69% na última eleição. Tomando os níveis da eleição de 1983 a fracionalização se coloca em 55%, mostrando a realidade bipartidária do momento. A tendência crescente de fracionalização partidária mostra a mudança política da Argentina onde a partir da década dos noventa a UCR, em maior medida, mas também o PJ perde porcentagem eleitoral e surge uma variedade de partidos muito flutuantes.

O caso do Uruguai é contrário ao argentino, pois marca uma porcentagem de fracionalização de 70% em 1989, para logo em seguida, consolidar uma tendência decrescente se colocando em 60% para 2004. Esta situação é devida ao crescimento ininterrupto da esquerda no período, o que foi mudando a característica do bipartidismo do Partido Colorado e Blanco, conformando um sistema tri-partidário. Para a eleição de 2004 com a diminuição eleitoral do Partido Colorado, o cenário atual encontra-se num bipartidarismo clássico, com o Frente Ampla e o Partido Nacional com mais de 80% dos votos somados.

3.1.6. Número Efetivo de Partidos

Com respeito ao número Efetivo de Partidos (NEP), denota-se que este é calculado a partir da fórmula de Laakso & Taagepera (1979). O NEP ajuda a perceber a quantidade de partidos que convivem em um mesmo período eleitoral. Este índice tem uma clara complementariedade com os níveis de fracionalização e, em menor medida, possui certa incidência nos níveis de volatilidade.

Tabela 3

**Média do Número efetivo de partidos dos países membros
do MERCOSUL e da União Européia
para os períodos indicados**

	1957-1979		1983-2008
Alemanha¹	3,7	Argentina²	2,9
França¹	7,0	Brasil³	8,3
Inglaterra¹	3,3	Uruguai⁴	3,1
Itália¹	6,8	---	---
MÉDIA	5.2	MÉDIA	4.7

(1) Fonte: BARTOLINI & MAIR (2007)

(2) Fonte: Atlas Electoral de Andy Tow

(3) Fonte: Jairo Nicolau-IUPERJ.

(4) Fonte: ICP-FCS-UdelaR e BUQUET (2005).

Efetuada a comparação com os países europeus, este é o único dos três indicadores calculados no qual os países sul-americanos obtêm em média, valores inferiores. Analisando as séries de cada país é possível apreciar uma tendência do incremento no sistema argentino, produto de uma passagem de um sistema bipartidarismo a outro pluripartidário. De igual maneira, o NEP argentino não é elevado como demonstra o peso considerável que tem a UCR e PJ no período. A

mudança tem acontecido com o ingresso de vários pequenos partidos nas últimas eleições. O caso de Brasil é bem diferente já, que se trata de um sistema com um número elevado de partidos, mantido em torno de oito passando a nove na última eleição. Nenhum partido no período escolhido tem superado 30% de composição na Câmara de Deputados, fazendo do Brasil, um dos sistemas partidários com maior número de partidos. Para o caso do Uruguai podemos verificar a composição de um sistema tripartidário na década dos noventa com uma mudança para um sistema de dois partidos dominantes e um terceiro de menor dimensão.

Para complementar a análise dos dados obtidos é importante saber como estes sistemas de partidos se comportam apesar destas características e avaliar quais têm sido as conseqüências ou causas que mostram os dados analisados mais acima. Para isso, é importante complementar a análise quantitativa com pesquisas de caráter mais qualitativo, analisando as principais bibliografias sobre os países estudados acima.

3.2. Interiorização das Normas

Como segunda abordagem dentro da dimensão interna se estudará a internalização de normas emanadas pelos organismos do Mercosul. Realizada uma breve comparação entre os mecanismos utilizados na União Européia (UE) e os do Mercosul, realiza-se uma detalhada análise sobre o grau de interiorização das normas, tanto em sua totalidade como também discriminada por tipo de norma e país. A importância desta análise está no fato de que se trata da única situação institucional onde os partidos políticos, no âmbito do congresso, podem ter incidência sobre a política do Mercosul. Nesse sentido, a estrutura própria do Mercosul, de caráter inter-governamental, faz dos congressos nacionais o último estágio para a aprovação de normas emanadas das instituições regionais. Depois de aprovadas as normas no nível do Mercosul, pelos executivos dos países

membros, estas devem ser interiorizadas a partir da aprovação de leis em cada um dos países.

3.2.1. O Modelo Europeu

O Mercosul se diferencia da UE como projeto de integração, pois, baseia-se em uma estrutura institucional de forma inter-governamental e sem nenhum tipo de instituição de caráter supranacional. A comunidade Econômica Européia (CEE) instaurou seus princípios de institucionalidade e decisão a partir da assinatura do tratado de Roma em 1957¹⁴. No dito tratado foi instaurada a Comissão Européia (CE), o Conselho Europeu (ConE), a Assembléia Européia (órgão predecessor do Parlamento Europeu), o Tribunal de Justiça Europeu (TJE) e o Comitê Econômico e Social.

A CE, ao longo de seu desenvolvimento, tem sofrido diferentes modificações em sua composição e poderes, mantendo, de igual maneira, o princípio do órgão executivo. Composta pelos “comissários europeus”, um por cada país membro, a CE é a autoridade que tem a iniciativa exclusiva de quase toda a legislação européia, a qual, inicialmente, foi baseada em uma forma de tomada de decisões através da unanimidade, concedendo um voto por representante de cada país. Da mesma forma, tem funcionado o Conselho Europeu (ConE) composto dos ministros de cada um dos governos que conformam a UE e tendo entre outros poderes, aprovar as leis européias. Posteriormente, a UE, a partir da década dos 80 e 90, veio sendo reformada¹⁵ quanto a tomada de decisões até chegar a um complexo sistema em que participam fundamentalmente a CE, o ConE e o Parlamento Europeu (PE). Também tem se modificado paulatinamente a tomada de decisões dentro da CE e

¹⁴ Tratado constitutivo da Comunidade Européia firmado em 27 de março de 1957.

¹⁵ Ato Único Europeu, firmada em 28 de fevereiro de 1986; Tratado da União Européia (Maastricht) firmado em 7 de fevereiro de 1992.

do ConE, deixando de lado a unanimidade pela maioria qualificada. Em ambas instituições, cada país possui uma quantidade de votos se baseando em uma representação proporcional atenuada, tomando decisões a partir de uma maioria qualificada que oscila entre o 60% e 75% dos votos, dependendo da instituição e temática a ser tratada.

Quase na maioria das decisões na UE, a CE tem o poder de iniciativa, reservando a capacidade de aprovação ou recusa ao ConE, em maior medida e, ao PE, em outras situações. Antigamente, a tomada de decisões dentro da UE passava exclusivamente pela CE e ConE, deixando ao PE uma tarefa consultiva. A partir das eleições diretas em 1979, o PE tem ganhado maiores poderes nos sucessivos tratados até converter-se hoje em uma instituição com amplas faculdades. Atualmente, o PE realiza três funções a) aprovar normativa europeia; b) controlar a CE, na medida em que tem o poder de aprovar os comissários e o direito de censurar a Comissão inteira; c) compartilhar com o ConE a capacidade de aprovar os gastos da UE.

A UE possui vários mecanismos e formas para produzir seu Direito Comunitário, destacando-se dois: as Diretivas e o Regulamento Comunitário. Ambas possuem similares procedimentos de aprovação através da CE, como iniciativa, e de aprovação entre o ConE e o PE. A diferença substancial está na eficácia posterior a serem aprovadas para com os cidadãos, países, instituições, etc da UE. O Regulamento Comunitário possui uma ação direta e imediata nos países membros acima da legislação nacional. Por sua parte, as Diretivas não possuem uma eficácia direta nos países membros. A UE deixa a eleição de cada país à forma e ao meio que melhor se adeque a cada legislação nacional para a incorporação das Decisões em um prazo determinado e obrigatório. Se um país membro não incorpora as Decisões no tempo adequado, corre o risco de que qualquer cidadão ou empresa que considere que haja sofrido danos pelo não cumprimento ou omissão, apresente um recurso de reparação nos tribunais de justiça nacionais, ou no TJE dependendo da situação. Assim, pela gravidade que podem resultar as diferentes punições em termos monetários para os países

europeus, este instrumento se converte em um forte incentivo para a incorporação do Direito Europeu em cada país membro.

3.2.2. A elaboração e interiorização no Mercosul

Como foi mencionado, o Mercosul possui uma estrutura intergovernamental sobre uma base de decisão por unanimidade, composta atualmente por quatro instituições: O Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo do Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e o Parlamento do Mercosul (PM). Tanto a CMC e o GMC são originárias do Tratado de Assunção e possuem a maioria de seu corpo atual a partir do Protocolo de Ouro Preto que, por sua vez, deu origem ao CCM. Sobre o CMC, destaca-se:

[...] é o órgão superior do Mercosul ao qual se incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para alcançar a constituição final do mercado comum. (Art. 3 do Protocolo de Ouro Preto).

O CMC é integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economia, reunindo-se ao menos uma vez a cada seis meses. Elabora normativas denominadas Decisões que têm caráter obrigatório para cada um dos Estados Partes. Por sua parte, o GMC e o CCM se manifestam através de Resoluções e Diretivas que também têm um caráter obrigatório. Em 2005 foi criado o PM substituindo a antiga Comissão de Representantes Permanentes. Da mesma forma que sua predecessora o PM não tem nenhum poder para promover, aprovar ou recusar qualquer tipo de resoluções concernentes ao Mercosul. Atualmente, tem como principal objetivo ser uma instituição consultiva e um foro participativo político.

A diferença entre a UE e o Mercosul, é que o segundo não possui nenhum tipo de resolução de aplicação direta. Todas as decisões, resoluções e Diretivas devem incorporar-se aos ordenamentos jurídicos nacionais da forma que cada país considere mais adequada. Se bem que todas têm caráter obrigatório, não existe um período estipulado para a incorporação. Esta situação tem gerado problemas, dada a baixa taxa de incorporação das normativas mercosurianas no nível nacional. O próprio Mercosul tem considerado importante esta situação estudando o caso em primeiro informe semestral da Secretaria do Mercosul. Entre outras situações, o estudo constata que de janeiro de 2000 a maio de 2004 emanaram do Mercosul um total de 485 Decisões, Resoluções e Diretivas das quais 371 (76%) necessitavam a incorporação nos sistemas jurídicos nacionais. Das 371, somente foram incorporadas 32%¹⁶. Uma das causas desta baixa porcentagem de interiorização das normas se deve à falta de aprovação por parte dos legislativos nacionais das leis que permitam a efetiva adequação. Esta situação permite que os partidos no âmbito dos legislativos se convertam em atores finais do processo de integração.

3.2.3. Internalização das normas do Mercosul

Estudando o grau de internalização das normas do Mercosul, pode-se apreciar a ação dos partidos em âmbito parlamentar no nível do projeto de integração. Para o caso específico deste trabalho é estudado o nível de internalização de normas emanadas do Mercosul, especificamente, aquelas derivadas do CMC denominadas de Decisões, incluindo também alguns Tratados, Protocolos e Acordos. Nesse contexto, foram analisados os instrumentos jurídicos do Mercosul depositados na Direção dos Tratados do Paraguai¹⁷. O depósito

¹⁶ Secretaria Do Mercosul (2004), p.33.

¹⁷ A Direção de Tratados do Mercosul com sede em Asunção do Paraguai, é onde se depositam os Tratados, Acordos e Protocolos (em sua maioria com caráter de Decisão).

desses Tratados, Protocolos e Acordos (em sua maioria Decisões) por parte de cada país membro é o que permite que 30 dias depois que o último país tenha interiorizado a dita norma, esta obtenha validade para todos os países membros. A escolha de analisar a CMC foi decidida devido a seu caráter como órgão superior do Mercosul, assim como, as decisões por ele emanadas conformam importantes compromissos para a constituição do bloco.

A partir desta justificativa, a análise das decisões se realizará em três dimensões, primeiro no que concerne ao grau de aprovação de cada uma das decisões; segundo, em relação aos países e os níveis de internalização; e, por último, no concernente ao tempo transcorrido nas diferentes fases de aprovação.

Tabela 5
Quantidade de Decisões por seu *status*

	N	%
Com Aprovação	20	25,6
Com Aprovação Parcial	9	11,5
Sem Aprovação	49	62,8
TOTAL	78	100,0

Fuente: Secretaria del Mercosur e MRE de Paraguay (Dizembro 2008)

O total de decisões utilizadas no trabalho compreende um universo de 78 casos¹⁸, das quais mais da maioria não tem nenhum tipo de aprovação, 62.8%.

¹⁸ O total de Decisões emanadas da CMC depositadas na Direção dos Tratados de Paraguai são 116. Para obter um universo mais homogêneo se descartaram: As Decisões que tratam sobre a geração de instituições do Mercosul e que somente precisam a ratificação do Estado Parte onde a sede será construída; as decisões derogadas; as Decisões que incluem aos Estados Associados e que são ratificações de Decisões anteriormente tomadas pelos Estados Membros;

Aquelas que têm algum tipo de aprovação compreendem o restante 37,2% (a soma das decisões com aprovação e aprovação parcial). As decisões que tem aprovação são aquelas que foram aprovadas por todos seus membros. Por outro lado, as decisões com aprovação parcial, são aquelas que foram aprovadas por um ou mais países e que possuem a condição de entrar em vigência nos países que fazem a interiorização, sem necessidade de que o resto já tenha feito. Existem decisões que por mandato expresso devem ser interiorizadas por todos os países para poder obter o status de aprovada, este tipo de decisões obtém o status de não aprovadas independente de quantos países tenham já interiorizado a dita normativa. Como demonstra a tabela 5, o número importante de decisões sem aprovação até o final de 2008 é importante (62,8%) e até certo ponto chamativo, pois são os executivos de cada país quem firmam as ditas Decisões. Sendo assim, pode-se verificar uma grande diferença entre o que os executivos de cada país decidem e como depois conseguem internalizar no nível doméstico as decisões.

Tabela 6
Porcentagem de Decisões ratificadas e pendentes
por países membros

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Ratificadas	50,6	50,6	59,5	44,3
Pendientes	49,4	49,4	40,5	55,7
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Secretaria do Mercosul e MRE do Paraguai (Dezembro 2008)

Se os mesmos dados foram discriminados por países, pode-se verificar que todos os Estados Membros têm porcentagens superiores ao total das Decisões que têm algum tipo de vigor. Isto demonstra que cada um dos países considera positivo interiorizar mais Decisões do que o conjunto avalia necessário. No nível individual também são verificadas leves diferenças quanto à porcentagem de Decisões que cada membro tem ratificado.

Tabela 7
Número absoluto e porcentagens de ratificação de Decisões
por países de forma isolada e conjunto de países

	Ratificadas	%
Argentina	6	7,7
Brasil	4	5,1
Paraguai	7	9,0
Uruguai	3	3,8
Arg-Bra	1	1,3
Uru-Par	3	3,8
Arg-Uru	1	1,3
Arg-Par	3	3,8
Bra-Par	5	6,4
Bra-Uru	0	0,0
Arg-Bra-Par	3	3,8
Arg-Bra-Uru	3	3,8
Arg-Par-Uru	2	2,6
Bra-Par-Uru	3	3,8
Arg-Bra-Par-Uru	20	25,6
Nenhum País	14	17,9
TOTAL	78	100,0

Fonte: Secretaria do Mercosul e Ministério de Relações

Exteriores do Paraguai (Dezembro 2008)

Discriminando as Decisões segundo países que ratificaram cada uma delas podemos verificar, primeiramente que aquelas que não têm nenhum tipo de ratificação, porque nenhum dos Estados Membros fez a interiorização, é a terceira parte das decisões que não têm aprovação. Do 62% das Decisões sem aprovação (Tabela 5), se compõe por um 17,9% (Tabela 7) que não foram aprovadas por nenhum dos estados. Em segundo lugar também, se pode verificar que nenhuma das porcentagens de Decisões ratificadas por um ou vários países é significativamente maior, o que reflete que, neste aspecto nenhum dos países membros lidera o processo de integração, ao contrário, todos parecem manter um ritmo similar.

Tabela 8

**Media de tempo percorrido entre os diferentes processos
para a validação das Decisões em anos¹**

	Assinatura do tratado e primer país em ratif
Decisões com aprovação parcial²	2,4
Decisões com aprovação total para cada país³	1,7

(1) O cálculo do tempo transcorrido se realizou a partir da média da somatória de dias que representou cada período escolhido para cada Decisão. O resultado foi dividido por 365, o que representa o valor em anos numa base decimal até 2008.

(2) Trata-se de aquelas Decisões que por condição específica pode ter aprovação nos países que as ratifiquem, sem necessidade que a totalidade dos membros também o façam.

(3) São aquelas Decisões que têm sido ratificadas por todos os membros e têm valor de aprovação para a totalidade do bloco.

A Tabela 8 demonstra o tempo de duração, medido em anos, para as Decisões com algum tipo de aprovação. Em todas elas pode-se afirmar que o prazo entre a assinatura do convênio e o último país em ratificar, supera os períodos de governo estipulados nas constituições de cada um dos países membros. Esta situação pode levar, que muitas das normas aprovadas no âmbito

do Mercosul por executivos e coalizões parlamentares específicas, no momento em que o parlamento tem que discutir a norma para votar a interiorização, seja num contexto de outro executivos e com coalizões partidárias nos congressos diferentes, pelos simples fato de que novas eleições foram realizadas. Desta forma, o que um executivo pode ter considerado importante e aprovado no âmbito do Mercosul, um novo executivo e sua coalizão partidária no congresso pode considerar não relevante e não aprovar. Desta forma, é importante que num primeiro momento, os executivos considerem a capacidade do congresso e dos partidos de interiorizar as normas aprovadas no Mercosul, e em segundo lugar, encaminhar com certa prontidão as ditas normas. Dadas as quantidades de normas não interiorizadas e o tempo que leva o tratamento de cada uma delas, nenhum dos passos marcados pareceria estar se cumprindo.

A diferença entre o aprovado ao nível do Mercosul e a posterior incorporação no nível nacional é importante (SECRETARIA DO MERCOSUL, 2004). No nível das Decisões, como foi observado, o cenário não mudou e levando em conta que esta situação contem a ação dos Executivos e Legislativos para o sucesso dos processos, a vinculação entre os dois poderes pareceria ser importante. Qual ou quais seriam as explicações para que esta vinculação não tenha sido exitosa?

Para tentar responder esta questão foram analisadas as Decisões anteriormente utilizadas, separando elas em seis áreas temáticas. A separação por área temática permite ver se existe um padrão único de comportamento para corroborar as hipóteses apresentadas.

As áreas temáticas são:

- 1- Acordos Internacionais: compreende tratados de caráter comercial efetuados entre o Mercosul e terceiros países ou blocos regionais.
- 2- Cidadania: compreende as Decisões que pretendem homogeneizar o tratamento civil dos cidadãos do Mercosul e tudo o que concerne a uma maior liberdade de movimento e permanência nos países.
- 3- Jurídico e Civil: corresponde a Decisões nas áreas jurídicas sobretudo civis, penais, de segurança social e meio ambiente.
- 4- Cultural e Educação: Corresponde às Decisões sobre relacionamento cultural, unificação de leis, intercâmbio, homologação de títulos, etc.
- 5- Econômica: compreende temas relacionados ao comércio, indústria e leis econômicas.
- 6- Institucional: corresponde principalmente aos acordos e protocolos que criam ou modificam as instituições do Mercosul.

Tabela 9

Número absoluto e tempo percorrido em anos* entre os diferentes processos

para a aprovação das Decisões, agrupadas

por área temática

Tipo de Decisão	N	Aprovados	Não Aprovados	Aprovado de forma Parcial	Assinatura do tratado e primeiro país a ratificar	Assinatura do tratado e último país a ratificar	Tempo entre o primeiro país a ratificar e último
Acordo Internacionais	14	1	14	0	1,1	3,1	1,9
Cidadania	6	1	5	0	2,7	4,6	2,0
Civil	26	7	15	4	3,0	5,2	3,1
Educação e cultura	12	5	7	1	2,4	3,5	2,0
Econômica	13	1	8	4	2,0	6,4	4,3
Institucional	7	5	2	0	0,7	1,5	0,8
TOTAL e Média	78	20	49	9	1,9	4,0	2,4

(*) O cálculo do tempo transcorrido se realizou a partir da média da somatória de dias que representou cada período escolhido para cada Decisão. O resultado foi dividido por 365, o que representa o valor em anos numa base decimal até 2008.

Fonte: Ministério de Relações Exteriores da República do Paraguai <http://www.mre.gov.py> (Dezembro 2008)

Separando as Decisões por áreas temáticas (Tabela 9) verifica-se várias diferenças. Todas as áreas exceto a Institucional têm menos de 50% das decisões

aprovadas inclusive, existem áreas com níveis de aprovação muito baixos. Na área de Acordos Internacionais, somente foi aprovado o “Acordo Marco Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e seus Estados Membros por uma parte, o Mercado Comum do Sul e seus Estados Partes por outra”. O acordo foi firmado em 15 de dezembro em Madrid e o último país a interiorizar o acordo foi o Paraguai em 12 de agosto de 1999.

A Decisão aprovada se inscreve dentro do “Acordo Marco”, conformando as bases de negociação para possíveis futuros acordos. A negociação com outros blocos, especialmente o europeu, tem sido uma aspiração importante do Mercosul chegada a âmbitos de reuniões e propostas. Atualmente as negociações se encontram paradas já que ambas partes não conseguem chegar a um acordo. A UE coloca como principal problema para avançar nas negociações, a realidade do Mercosul, onde se tem uma união afluente imperfeita, o que faz que vários produtos uma vez introduzidos no bloco sul-americano não tenha uma livre circulação¹⁹.

Por sua parte, o Mercosul tem considerado inaceitável a capacidade de acesso dado pela UE a seu mercado de alimentos, um dos setores mais competitivos das economias do bloco sul-americano. A aprovação e demora bastante menor (aproximadamente três anos e sete meses) para a interiorização deste acordo deve-se, em parte, à expectativa do Mercosul para ter melhor acesso ao importante mercado europeu, ainda que, paradoxalmente, as negociações encontrem-se paradas pela própria falta de acordos internos que impedem que o Mercosul se comporte como um bloco comercial sem imperfeições. O resto das Decisões não aprovadas compreende Acordos-Marcos com Índia, Egito, Marrocos, Israel, Paquistão, Jordânia, Turquia, junto a alguns acordos específicos com países da região. A magnitude da UE em comparação com o resto dos países sem dúvida coloca este acordo como prioridade. Ainda que para uma

¹⁹ O pagamento da dupla taxa alfandegária, barreiras sanitárias ou administrativas dos produtos no momento de circular dentro do bloco, é um problema sério do Mercosul, integrando o centro da incapacidade deste para considerar a si mesmo como um bloco comercial de fato.

região subdesenvolvida como a do Mercosul, ter prioridades não deveria ser causa para desconsiderar outras oportunidades de abertura de mercado.

Na área de cidadania somente uma das seis Decisões foi incorporada por todos os países (DEC. Nº 44/00). A referida Decisão concerne à exoneração da tradução de documentos migratórios para a obtenção de vistos, renovação de prazos de estada e concessão de permanência para os cidadãos dos países membros. As restantes Decisões correspondem à exoneração de vistos para profissões específicas relacionadas com a educação, cultura e deportes, a regulação de situações migratórias de cidadãos do bloco, mas que se encontram de maneira “irregular” em alguns dos países membros. E por último, um “visto do Mercosul” facilitando o ingresso e egresso para profissionais, empresários, professores, científicos, etc e exoneração de custos para os pedidos de visa.

Na área Civil é encontrado o maior número de Decisões com um total de 26, compõem-se segundo seu status da seguinte forma: as Decisões com algum tipo de aprovação são um total de 11, das quais 7 têm uma aprovação total (interiorizada em todos os países) e 4 têm aprovação parcial, (interiorizada em alguns dos países). Das Decisões com aprovação total, seis delas foram assinadas entre 1991 e 1997, sendo assinada a restante em 2001. Das Decisões sem aprovação total (composta por 4 com aprovação parcial e 15 sem aprovação), somente três foram assinadas entre 1997 e 1999, tendo estas o status de aprovação parcial, as restantes foram todas assinadas entre 2000 e 2008. O tempo transcorrido para a aprovação das Decisões com aprovação total é em média de 5 anos e dois meses aproximadamente, a segunda mais alta. Junto a isto se pode apreciar também uma correlação importante entre quantidade de anos transcorridos e aprovações. Realizando uma divisão simple por décadas, as Decisões que foram assinadas entre 1992 e 1999 foram aprovadas em um 60% (6 de 10), as assinadas entre 2000 e 2008 foram aprovadas em 6,6%.

As Decisões tomadas dentro da área de Educação e Cultura se baseiam na admissão de títulos por parte de todos os países, em todos os níveis de educação,

junto a mecanismos de cooperação, avaliação e acreditação de cursos no nível regional. Esta área é uma das que possuem porcentagens relativamente mais altas de aprovação, com 41% (5 de 12). Da mesma maneira que com as Decisões na área anterior, existe uma relação clara entre a data de assinatura do tratado e o status de aprovação. Todas as Decisões assinadas dentro do período 2000-2008, não foram aprovadas, e a média de anos para as aprovadas é de três anos e médio aproximadamente.

Sendo assim, observa-se que a situação das Decisões na área Econômica é bastante peculiar. O centro da construção do Mercosul sempre foi o eixo comercial, ainda que eventualmente áreas sociais ou culturais têm tido um desenvolvimento importante. Sobre esta perspectiva é notável a baixa porcentagem de Decisões aprovadas e com validade total nesta área, representando apenas 7,6% (1 de 13), tendo quatro das 13 um status de validade parcial. Tomando as 13 Decisões se observa que o 61% (8 em 13) não tem nenhum tipo de validade, e as que têm algum tipo de validade tiveram uma demora de aproximadamente seis anos e meio para obter esse *status*. Realizando uma comparação entre as duas áreas analisadas anteriormente (Civil e Educação e Cultura), esta área se acha mais perto de uma situação de paralisação em relação à capacidade de aprovação. As duas áreas anteriores têm um nível de aprovação maior junto a uma correlação entre momento de assinatura e aprovação também maior. Na área da Economia, o momento da assinatura não é significativo, já que predomina o *status* de aprovação parcial e não aprovação em maior medida. A área Econômica é chave no processo do Mercosul, a falta de interiorização repercute na matriz do processo de integração. Uma das Decisões mais importantes e que afeta diretamente o status do bloco é o Código Alfandegário (Dec. 25/94), assinado em 16 de Dezembro de 1994 e somente ratificado pelo Paraguai.

A área institucional compreende os Protocolos mais importantes do Mercosul, integrando o Tratado de Assunção (1991), o Protocolo de Ouro Preto (1994), o Protocolo de Ushuaia (1998), o Protocolo de Olivos (2002), o Protocolo

Constitutivo do Parlamento do Mercosul (2005), o Protocolo de Adesão de Venezuela (2006) e o Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul (2007). Como se pode constatar, esta área contém os Protocolos que criam as instituições e mecanismos de decisões do Mercosul junto com o processo de adesão de um novo membro. É interessante observar que esta área apresenta a maior taxa de internalização junto com um menor tempo de aprovação. Observando a Tabela 9, a taxa de aprovação é sensivelmente maior que o resto das áreas, com 71% de aprovação (5 de 7). Dos dois protocolos que não possuem validade, uns deles se refere ao Protocolo de Adesão de Venezuela como membro pleno do Mecosul, sem ratificação somente no Paraguai, já que foi aprovado recentemente no Senado do Brasil. A adesão de Venezuela encontra fortes conflitos nos países membros, tanto em aqueles que ainda não tem interiorizado a norma, Paraguai, como em aqueles que já a tem interiorizada, Argentina, Uruguai e agora o Brasil. No decorrer do ano 2009 no Brasil tem acontecido um intenso debate no Congresso sobre a aprovação da Venezuela com fortes declarações tanto do lado venezuelano como no brasileiro. É importante ressaltar que o caso venezuelano e seu presidente Hugo Chávez geram opiniões contrárias nas classes políticas do continente. A aprovação recente por parte do Brasil foi o resultado uma tramitação de dois anos no Congresso, sendo aprovado com uma ajustada maioria (35 votos a favor e 27 contra), com toda a oposição ao governo do Presidente Lula votando de forma contrária. Por outro lado, a adesão da Venezuela por parte do Congresso uruguaio foi possível dado que o partido governante (Frente Ampla) contava com maiorias parlamentares. De outra forma teria sido difícil, já que o restante dos partidos da oposição se manifestaram contrários à incorporação. Apesar desta situação particular referente a Venezuela, esta área especifica se comporta bem diferente das anteriores analisadas.

Por que é importante uma análise do tempo e quantidade de normas interiorizadas pelo Mercosul? Sem duvida que quanto maior o nível de incorporação das normas o processo de integração estaria mais completo.

Normativas muito importantes para o desenvolvimento da integração não tem sido aprovadas e inclusive levam vários anos sem maiores modificações, como o caso da Decisão Nº 25/94 que compreende o Código Alfandegário. Em um nível geral a baixa taxa de aprovação resulta relevante na medida em que, como se verifica, as normas do Mercosul compreendem vários âmbitos, desde o campo da cidadania até o econômico e político. Surpreendentemente estas duas áreas, a econômica e comercial que seriam o principal *leitmotiv* do Mercosul, obtêm a menor taxa de aprovação. Por outra parte, a grande demora em tempo necessário para a incorporação das normas atenta contra uma boa dinâmica do processo, gerando também expectativas e frustrações que não ajudam a consolidar uma imagem política do Mercosul para seus cidadãos, empresários, nem como status internacional.

Tomando os dados sobre o vínculo dos partidos políticos no Congresso Nacional e os Executivos Nacionais, verifica-se uma desconexão entre ambos poderes em um nível geral. Sobre o acordo para uma política mercosuriana entre os diferentes atores políticos, poderia-se afirmar que existe certo consenso positivo sobre o projeto de integração, na medida em que o Mercosul permanece apesar das diferentes crises ocorridas.

O problema se colocaria em como se estaria chegando aos acordos referentes para a manutenção, e mais importante, para avanços e superação dos problemas do próprio Mercosul. A ausência dos partidos políticos no debate, como marca a literatura, faz que a dinâmica do acordo se realize de forma quase imposta. Em uma primeira instância, os poderes executivos assessorados em grande medida pelas suas chancelarias, acordam as diferentes normativas, para logo impor ou dar como fatos consumados esses acordos no âmbito dos congressos nacionais. A falta de envolvimento dos partidos gera uma verticalidade que, como consequência, conduziria a uma demora maior e um baixo índice de aprovação, vinculado ainda à dificuldade de gerar as maiorias necessárias e à falta de prioridade do Mercosul na agenda partidária. A admissão da Venezuela é um claro exemplo desta situação. A aprovação por parte da Argentina e Uruguai

se deve a uma conjuntura específica. A Argentina aprova em seu Congresso a adesão sobre uma forte articulação do Presidente Nestor Kirchner que nesse momento tinha uma aprovação popular muito alta. Por outro lado no Uruguai, se aprova a adesão a partir da maioria parlamentar que tinha o governo sendo que toda a oposição esta contra esta proposta. No Brasil, depois de várias discussões e troca de declarações entre o Presidente Chavez e alguns congressistas, foi aprovada a adesão da Venezuela com o voto contrário de toda a oposição²⁰.

É preciso sublinhar que no âmbito da área de instituições e, especificamente, no que se refere aos Protocolos que dão forma institucional ao Mercosul, esta situação pareceria não se aplicar. O que, em certa medida, abriria uma dúvida sobre a capacidade de envolvimento dos partidos políticos. Sabendo que no nível estritamente numérico é marginal e a média total se mantém alta, a importância destes acordos demonstra que os partidos políticos podem cumprir um papel efetivo no que respeita ao processo de interiorizar as normas, tanto na quantidade, como no prazo.

Desta forma, analisando a porcentagem de interiorização das normas do Mercosul, é possível observar que existe uma baixa taxa entre o que é aprovado no âmbito do bloco, e ou que logo é efetivamente interiorizado (tem validade para todos os países). Além disso, a média de tempo transcorrido nas Decisões que têm aprovação total é de 4 anos. A falta de presença dos partidos políticos no processo do Mercosul, em suas políticas, nos âmbitos de decisões, etc, como marca a bibliografia consultada, não estaria gerando uma situação favorável para que a situação da baixa taxa de aprovações possa ser revertida. Os graus de institucionalização anteriormente pesquisados demonstram uma estabilidade menor, quando comparada aos países europeus, em similares períodos de construção do processo de integração. A presença destes na construção da UE foi mais ativa do que vem acontecendo no Mercosul. As características que geram e possuem sistemas partidários com baixos níveis de institucionalização, não

20. Para um estudo sobre o ingresso da Venezuela ao Mercosul e a repercussão política em cada uns dos países do bloco ver, (PINHEIRO, 2009)

seriam as mais adequadas para poder determinar uma presença mais ativa e efetiva dos partidos no âmbito do Mercosul.

Capítulo 4 – Parlamento do Mercosul

4.1. O presente do processo de instalação do Parlamento e sua composição

O Parlamento do Mercosul é a mais recente instituição criada pelo bloco comercial. Em nove de dezembro de 2005, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmam o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. No que diz respeito à forma de composição, o próprio Protocolo em diferentes artigos estipula diferentes etapas para a concretização do tipo e modo de representação. O processo se divide em duas etapas²¹, uma primeira etapa de transição a partir de 31 de dezembro de 2006 até 31 de dezembro de 2010 e uma segunda etapa de transição a partir de primeiro de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2014. Na primeira etapa, a integração parlamentar será composta por 18 parlamentares de cada país membro, deixando que cada parlamento nacional estabeleça as modalidades de eleição dos seus parlamentares. Na segunda etapa, a representação parlamentar deverá realizar-se através de eleições direitas, universais e secretas. Posteriormente, a proposta do Parlamento do Mercosul, o CMC estabelecerá “o dia do Mercosul cidadão” na qual se realizarão eleições para o parlamento da forma simultânea em todos os países membros²².

Esta concretização por etapas da composição e funcionamento do Parlamento tem sofrido e sofre luzes e sombras. Em primeiro lugar, a inexistência por parte dos Parlamentos Nacionais e a posterior concretização do Parlamento do Mercosul foi bastante acelerada. A assinatura do Protocolo foi realizada em dezembro de 2005 e o último país ao aprovar-lo no seu Parlamento

²¹ Art.1 e Disposições Transitórias em Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

²² Art. 6, Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Nacional foi o Brasil em Janeiro de 2007. Apesar desta celeridade, a devida instalação no dia 31 de Dezembro de 2006²³, atrasou-se até 5 de maio de 2007, quando se efetivou a primeira Sessão. Com respeito à finalização da primeira etapa e começo da segunda, a situação em Novembro de 2009, indica que não estariam dadas as condições para que todos os países possam cumpri-las. Esta situação particular demonstra vários dos problemas atuais e até crônicos do Mercosul, quanto a coordenação, falta de projeção e consenso sobre o projeto de integração.

Na sua terceira disposição transitória referente à eleição, o Protocolo Constitutivo dispõe sobre a realização de eleições diretas anteriores à primeira etapa. Antes da realização de eleições se deverão realizar acordos-chave, como a definição da “representação cidadã” o que significa especificamente a proporcionalidade de representação para cada país. Como primeira condição, Argentina, Paraguai e Uruguai colocaram a necessidade de que a pauta a discutir ocorresse a partir de uma proporcionalidade atenuada, condição aceita pelo Brasil. A dificuldade se encontrava na firme posição liderada por Paraguai e secundada por Argentina e Uruguai, na qual se sustentava que a bancada brasileira não deveria ter por si mesma uma maioria absoluta no plenário. A negociação ocorrida no mês de abril de 2009 em Assunção do Paraguai definiu que a proposta de representação parlamentar estaria composta por 75 representantes do Brasil, 43 da Argentina e em igual numero, 18, para Paraguai e Uruguai. Não obstante, para a segunda etapa, Brasil e Argentina, decidiram, pensando em ajustes orçamentários, diminuir sua representação em 37 e 26 representantes, respectivamente. Como se pode verificar, a resolução manteve as petições do que o Brasil não possuía maiorias por ele mesmo, dado que a somatória dos demais países dá uma superioridade de 79 a 75²⁴.

²³ Art. 1 Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul

²⁴ Informação recolhida a partir de diversos sítios jornalísticos e no próprio Parlamento do Mercosul <http://www.parlamentodelmercosur.org>, www.uol.com.br, www.clarin.com.

A passagem da primeira etapa para a segunda com a condição de realizar uma eleição antes do 31 de Dezembro de 2010, pareceria no poder efectivizar-se. A proposta aprovada pelo Parlamento do Mercosul, encontra alguns reparos nos governos e parlamentos nacionais. Brasil, que deve aprovar uma lei eleitoral com um ano de antelação da data a fazer o processo eleitoral. Não tem conseguido submeter, até agora, a discussão no Plenário o Projeto Legislativo 5279/2009 realizado pelo Deputado Carlos Zarattini do PT. O projeto, de caráter provisório, toma a propostas do Parlamento do Mercosul de 37 representantes, realizando a eleição simultaneamente com as eleições à presidência em outubro de 2010. Atualmente (Novembro de 2009) o projeto se encontra na Comissão de Finanças e Tributação.

Com respeito a esta situação, na XX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul foi tratada a Proposta de Declaração (105/2008/DE/SO XIII), a qual mandava a os Parlamentos Nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai, garantir a eleição de seus representantes no Parlamento do Mercosul. O debate no plenário²⁵ levou a arquivar esta proposta, alegando diferentes motivos. Alguns dos motivos se centraram numa improcedência na media que os diferentes Governos e Parlamentos Nacionais ainda estavam discutindo a aprovação para a realização das eleições (Dep. Rosinha, p. 66). Outro dos motivos foi declarado pela falta de tempo político, dito pela delegação do Uruguai, considerando necessário esperar o resultado das eleições nacionais, feitas em novembro de 2009, para depois começar as negociações no nível interno (Dep. Martínez Huelmo, pág. 69). Argumento-se também a necessidade de chegar a acordos sobre a proporcionalidade, situação que já teria sido resolvida por parte do próprio Parlamento (Sen. Viudez, p. 67-68).

Este debate no Plenário demonstra o estado em que se encontra a capacidade de cumprir a eleição direta no ano 2010. A situação, que pareceria comprometida, não estaria sendo cumprida numa primeira instância pelo Brasil, na

²⁵ Versão Taquigráfica da XX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, p. 65-71.

medida em que ainda não tem aprovada uma lei correspondente. Na Argentina a situação se encontra no nível de estúdio por parte do Parlamento Nacional. No Paraguai já foi aprovada e os 18 parlamentares atuais tem sido escolhidos mediante uma eleição direta e representam exclusivamente a seus cidadãos ante o Mercosul. No Uruguai ainda não tem se discutido devido à espera do resultado da eleição de 2009, o que levaria a discussão para a nova legislatura a partir de fevereiro de 2010.

4.2. Composição político partidária dos Parlamentares

Como foi apontada a composição do parlamento, atualmente, corresponde a 18 integrantes de cada país membro, dos quais somente os representantes do Paraguai foram sendo eleitos de forma direta e como cargo único. O estudo da composição parlamentar será realizado a partir de dois aspectos: a) a representação partidária, realizando um mapeamento das forças partidárias presentes no Parlamento, e b) a representação por área região.

Tabela 9

Composição partidária do Parlamento do MERCOSUL

ARGENTINA	BANCADAS
ARI	2
FCySdeC	1
PAFJ – PJ disidente	1
PJ – PJ disidente	1
FPV – PJ	11
UCR	2
BRASIL	

DEM	1
PC do B	1
PDT	1
PFL	2
PMDB	4
PP	1
PPS	1
PSB	1
PSDB	2
PT	2
PTB	1
PV	1
PARAGUAI	
ANR	6
MPT	1
PLRA	6
PPQ	1
UNACE	4
URUGUAI	
Frente Amplio	10
Partido Colorado	1
Partido Nacional	7

Fonte: Parlamento do Mercosul (dados de Julho de 2009)

A Tabela 1 apresenta a representação parlamentar por países e partidos políticos. Se compararmos a representação no Mercosul com a dos Parlamentos Nacionais, observamos uma distribuição similar tanto em representação como em peso político dos partidos. A única que apresenta diferenças maiores é a representação do Paraguai. Da atual base do governo, somente o MPT têm representação, ainda que o PLRA chegou a formar parte da APC por um período. O resto dos partidos, ANR antigos colorados, PPQ e UNACE, liderados pelo ex-didator Lino Oviedo, conformam a oposição no Parlamento Nacional e a maioria da delegação paraguaia do Mercosul. No restante dos países, pode-se comprovar uma similitude entre o âmbito nacional e o Parlamento do Mercosul. Na delegação

argentina nota-se uma forte presença do FPV-PJ com mais da maioria dos integrantes, seguido por partidos que representam a oposição no âmbito nacional, bastante fragmentados. No Brasil, por sua parte, podemos observar uma alta fragmentação no total da delegação, similar ao que ocorre a nível nacional. Por último, a delegação do Uruguai demonstra uma similar distribuição no nível nacional e no âmbito do Mercosul, com uma maioria do Frente Ampla, seguido pelos principais partidos da oposição a nível nacional.

A similaridade de representação e peso político entre os Parlamentos Nacionais e a representação por países no Parlamento do Mercosul, manifestada em maior medida nas delegações da Argentina, Brasil e Uruguai, deveria ser um fator para gerar uma maior agilidade, compromisso e conhecimento dos temas tratados no Mercosul no âmbito dos partidos e Parlamentos Nacionais. Mas, nos quase três anos do Parlamento do Mercosul esta situação não tem tido maiores melhoras das acontecidas com o anterior formato da Comissão Parlamentária Conjunta, a instituição predecessora do PM.

4.3. Composição territorial dos Parlamentáres

Observada a distribuição político-partidária dentro do PM, estudamos a composição territorial dos diferentes representantes. Para esta situação específica concentramos o estudo na Argentina e Brasil, realizando uma maior ênfase no segundo. A justificativa desta decisão se baseia primeiramente por se tratar das duas maiores economias e os países com maior volume de comércio. Um segundo motivo é porque se trata de dois países com modelo federativo, diferente dos casos de Paraguai e Uruguai.

Tabela 10
Composição dos Parlamentares do Mercosul segundo
região nacional que representam

	Estados ou Províncias com Fronteiras ¹		Capitais ²		Outras regiones		Total	
	Bancadas	%	Bancadas	%	Bancadas	%	Bancadas	%
Argentina	6	33,3	7	38,9	5	27,7	18	100
Brasil	9	50,0	4	22,2	5	27,7	18	100

Fonte: Parlamento do Mercosul (dados de Dezembro de 2008)

(1) Para esta classificação foram tomados os Estados ou Províncias que em algum ponto de seu território compartilhavam fronteira com algum dos países membros do Mercosul.

(2) Para o caso de Brasil foram tomados como capitais o Distrito Federal e o Estado de São Paulo, na medida que compreendem as capitais políticas e econômicas do País. A distribuição das capitais apresentou 3 bancas para São Paulo e 1 para o Distrito Federal. A Província de Buenos Aires por si mesma possui as duas características.

A Tabela 10 mostra uma concentração idêntica para os principais Estados Membros, na representação das capitais econômicas e políticas somadas aos Estados ou Províncias com fronteira, com um total de 72,2% das cadeiras. Na Argentina há uma ausência completa de representantes de Províncias do sul do país, inclusive províncias economicamente e politicamente importantes obtêm uma fraca representação, como o caso de Santa Fé, com um representante, e Córdoba, com nenhum. Por outro lado, no Brasil a maior concentração é gerada nas regiões Sul e Sudeste que compreendem 77,8% dos parlamentares. De igual maneira, é possível afirmar que o Brasil tem ampliado, ainda que de forma leve, o

interesse de outras regiões nacionais com respeito ao Mercosul no decorrer dos anos. (Tabela 11).

Tabela 11
Porcentagens da distribuição dos parlamentares por regiões para as
Comissões Parlamentares sobre o Mercosul no Congresso Nacional
Brasileiro e o Parlamento do Mercosul

Região	Comissão Parlamentária 1995-1998	Comissão Parlamentária 1999-2002	Parlamento do Mercosul
Norte	6,25	6,25	5,60
Nordeste	0,00	6,25	11,10
Centro Oeste	6,25	0,00	5,60
Sudeste	6,25	12,50	27,80
Sul	81,25	75,00	50,00
Totais	100	100	100

Fonte: VIGEVANI, MARIANO & OLIVEIRA (2000) e Parlamento do Mercosul (dados de Julho de 2009)

Comparando as comissões com a composição do Parlamento do Mercosul verifica-se um aumento da representatividade das regiões além do Sul e Sudeste. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passaram ter uma representação de 12,5% na Comissão Parlamentária de 1999-2002, tendo 22,3% no Parlamento do Mercosul. Ainda assim, é constatado que o eixo Sul-Sudeste mantém uma ampla maioria mesmo com algumas modificações em seu interior.

Tabela 12

**Distribuição dos parlamentários por Estados para as
Comissões Parlamentárias sobre o Mercosul no Congresso Nacional
Brasileiro e o Parlamento do Mercosul**

Estado	Comissão Parlamentária 95-98		Comissão Parlamentária 99-02		Parlamento do Mercosul	
	Parlam.	%	Parlam.	%	Parlam.	%
RS	5	31,25	6	37,5	6	33,3
PR	4	25,00	3	18,75	2	11,1
SC	4	25,00	3	18,75	0	0,0
SP	1	6,25	1	6,25	3	16,7
RR	1	6,25	1	6,25	0	0,0
MS	1	6,25	0	0	1	5,6
RN		0	1	6,25	0	0,0
ES		0	1	6,25	0	0,0
MG		0		0	2	11,1
CE		0		0	1	5,6
DF		0		0	1	5,6
PB		0		0	1	5,6
AC		0		0	1	5,6
Total	16	100	16	100	18	100

Fonte: VIGEVANI, MARIANO & OLIVEIRA (2000) e Parlamento do MERCOSUL

(dados de Julho de 2009)

Observando a Tabela 12 é verificada que a proporção da região sul diminui, mas ao longo dos anos, o peso proporcional do Estado do Rio Grande do Sul se mantém sendo o maior em todos os períodos acima de 30% da representação. Analisando o Parlamento do Mercosul percebe-se uma maior distribuição no nível nacional e um incremento da região Sudeste (Tabela 11), sobretudo, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais (Tabela 12). A evolução da distribuição regional nas comissões e no Parlamento é um dado positivo porque representa um maior interesse e compromisso nacional por parte do Brasil em relação ao Mercosul, mesmo que, ainda se mantenha uma predominância das regiões fronteiriças e os principais centros de poder.

A análise mostra ainda que além de uma distribuição política em nível geral, que corresponde, em certa medida, ao que sucede em nível dos parlamentos nacionais, para os casos da Argentina e mais especificamente do Brasil, o fator econômico e comercial parece ser o maior interesse na hora de eleger os representantes. Esta situação demonstra a falta de um compromisso e interesse nacional por parte dos políticos argentinos e brasileiros. Desta maneira, o projeto Mercosul, por parte dos representantes parlamentares e partidos possui um interesse mais específico reduzido aos interesses regionais e setoriais que a um projeto estratégico.

4.4. Aprovações do Parlamento do Mercosul

Como foi mencionado anteriormente, o Parlamento do Mercosul não possui a capacidade de aprovar normativas do Mercosul. Tanto as Decisões, Resoluções ou Diretivas, não precisam ser submetidas obrigatoriamente à discussão e tampouco necessitam de aprovação por parte do Parlamento, como também, não tem a faculdade de anular qualquer normativa emanada pelas instituições executivas do Mercosul, o CMC, GMC, e o CCM. Segundo o Protocolo de constituição, o Parlamento do Mercosul pode exercer sete atos: Pareceres,

Projetos de Normas, Anteprojetos de Normas, Declarações, Recomendações, Disposição e Informes.

Detalhadamente cada ato corresponde às seguintes características segundo o regulamento do Parlamento do Mercosul e o Protocolo Constitutivo. Os Pareceres são opiniões emitidas pelo Parlamento sobre normas enviadas pelo CMC antes de sua aprovação e que requerem internacionalização por parte dos Parlamentos Nacionais. Este ato é um dos mais importantes porque canaliza um trabalho bem específico do PM, o de “mediador” entre o CMC e os Parlamentos Nacionais. Ainda que as opiniões do Parlamento do Mercosul não sejam vinculantes e nem tenham algum tipo de imposição, cobram maior relevância na medida em que se realizam de forma anterior à aprovação pelo CMC. Isto geraria que os Pareceres, como vontade parlamentária seriam levados em conta na hora de ditar e aprovar uma normativa do Mercosul.

Por sua parte, os Projetos de Normas são proposições normativas que o Parlamento envia para consideração do CMC. Um caráter similar assumem os Ante-projetos de Normas com a variante que estes são dirigidos aos Parlamentos Nacionais em busca de harmonizar as legislações nos países membros. Estes dois atos possuem a importância de atuar em um dos problemas que o Mercosul tem e que já foi abordado no capítulo 3, a baixa porcentagem de Decisões Interiorizadas. Com estes dois atos o Parlamento do Mercosul interage entre as duas instituições participantes, o CMC e os Parlamentos Nacionais.

Com respeito às Declarações, informes e Disposições, estas correspondem a atos especificamente do Parlamento, sem nenhum vínculo específico com órgãos do Mercosul ou Instituições dos países membros. As declarações correspondem a manifestações sobre qualquer assunto de interesse público. Os informes são estudos realizados pelas comissões, e as Disposições são normas gerais de caráter administrativo sobre a organização do próprio Parlamento. Por último, as Recomendações se referem a um ato similar ao Projeto de Norma, mas, mais geral, as quais pelo próprio Regulamento do Parlamento as definem como

“indicações gerais dirigidas aos órgãos decisórios do Mercosul”²⁶, pode-se considerar este tipo de ato como de uma importância e força menor que o Projeto de Norma. A figura 2, mostra esquematicamente a relação de cada ato feito pelo Parlamento em relação com outros organos do Mercosul ou nacionais.

Figura 2

Relação dos Atos do Parlamento do Mercosul com os órgãos do Mercosul e as instituições dos Países Membros

Atos	<u>Próprios do Parlamento do Mercosul</u>	<u>Vinculado algum Órgão do Mercosul</u>	<u>Vinculados alguma instituição nacional</u>
Pareceres		Opiniões sobre projetos de normas enviadas pelo CMC	
Projetos de Normas		Proposições de normas enviadas pelo PM para o CMC	
Anteprojetos de Normas			Proposições orientadas para harmonização de normas do Mercosul enviadas aos Parlamentos Nacionais
Declarações	Manifestações sobre assuntos públicos		
Recomendações		Indicações gerais até órgãos do Mercosul	

²⁶ Regulamento do Parlamento do Mercosul, Artigo 99.

Informes	Informes realizados por Comissões		
Disposições	Normas gerais de caráter administrativo		

Fonte: Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul e Regulamento do Parlamento do Mercosul.

Um estudo quantitativo sobre as aprovações efetuadas pelo Plenário do Parlamento do Mercosul a partir da VII Sessão (primeira sessão onde se aprovou um ato) efetuada em 19 de novembro de 2007, até a realização da XX Sessão, realizada em 21 de Setembro de 2009, mostra que as aprovações somaram um total de 101 atos:

Tabela 13

**Quantidade e tipo de atos aprovados pelo Parlamento do Mercosul,
a partir da VII Sessão, 19/11/2007 até, XX Sessão 21/09/2009.**

	N	%
Pareceres	0	0,0
Projetos de Normas	0	0,0
Anteprojetos de Normas	1	1,0
Declarações	35	34,7
Recomendações	25	24,8
Informes	1	1,0
Disposições	39	38,6
TOTAL	101	100

Fonte: Parlamento do Mercosul

Analisando a Tabela 13 podemos ver uma disparidade notória entre Pareceres, Projetos de Normas, Anteprojetos de Normas e Informes, que obtêm uma aprovação ou nenhuma, e somados obtêm 2% do total, e por outra parte as Declarações, Recomendações e Disposições que somam 98% dos atos. Analisando os atos através da capacidade do Parlamento de atuar junto e/ou incidir em órgãos alheios a ele, no que diz respeito, especificamente, ao Mercosul (Dictámenes, Projetos de Normas, Anteprojetos de Normas e Recomendações), os atos com estas características somam 25,8% dos quais somente as Recomendações correspondem a 24,8%. Por sua vez, as Recomendações são os atos que menos comprometem outros organismos e instituições e, portanto, com menor peso, porque somente realizam “indicações gerais”. Complementando 25,8% se encontra um ato, referido a um Anteprojeto de Norma, especificamente, o número 01/2009 sobre o Estatuto de Cooperativas aprovada na XVII Sessão Ordinária.

Analisando o processo particular deste Anteprojeto de Norma (01/2009) como caso particular se podem apreciar os problemas, em certa medida já marcados anteriormente, de desconexão entre os organismo do Mercosul. Em primeira instância é importante ressaltar novamente que os Anteprojetos de Norma são um dos atos mais importantes e com maior força que o Parlamento do Mercosul com os Parlamentos Nacionais em busca de harmonizar as legislações vigentes a nível nacional.

Na XVII Sessão Ordinária, o membro informante comunica que no segundo semestre de 2008 o ato referido foi apresentado pela Secretaria do Mercosul cumprindo funções do GMC. Logo se destaca:

Es de destacar que el mencionado anteproyecto de norma es el producto de un profundo proceso de análisis y elaboración, por el cual la Reunión Especializada de Cooperativas del MERCOSUR concluyó en este instrumento legislativo que viene a dar un marco normativo a las cooperativas transfronterizas y regionales, habida cuenta que en la actualidad no existen otras formas jurídicas de

integración previstas en la legislación vigente. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XVII SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 31-32)

Asimismo, quiero expresar que desde la técnica legislativa aplicada, el Estatuto de las Cooperativas del MERCOSUR está concebido para ser incorporado a las leyes de cooperativas de cada uno de los Estados partes como un capítulo especial, Ley Nº 20.337 de 1973 de Argentina, Ley Nº 5.764 de 1971 de Brasil, Ley Nº 483 de 1994 en Paraguay, y Ley Nº 18.407 del 2008 en Uruguay; de manera que al integrar en la legislación nacional de cada uno de los países, no habría posibilidad de conflicto entre estas y el Estatuto de las Cooperativas del MERCOSUR, toda vez que éste pasaría a formar parte de aquellas. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XVII SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 32-33)

A través de la incorporación en las legislaciones nacionales de este capítulo, no se altera el régimen vigente en los Estados partes, procurando uniformidad en el tratamiento de las Cooperativas del MERCOSUR por parte de todos los países.

Por lo tanto, las Cooperativas del MERCOSUR se hallarán sujetas a las disposiciones comunes que rigen a las cooperativas de cada Estado parte, con las adecuaciones que correspondan en función de su naturaleza, especialmente en cuanto a la participación de los asociados domiciliados en otros Estados partes. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XVII SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 32)

Este ato, declarado de histórico pelo Presidente da Câmara foi aprovada pela maioria qualificada, em 27 de abril de 2009. Em 21 de setembro deste ano na XIX Sessão Ordinária o Plenário se volta para debater o dito ato. Na dita sessão a parlamentar argentina Mabel Muller expressou sua surpresa quando a delegação argentina recebe uma nota. O comunicado informa que o Anteprojeto deve voltar a estudo das delegações aguardando a que estas sejam expressas novamente, ao contrário não se procederá a comunicação do ato nem ao CMC, nem aos Parlamentos Nacionais:

En el mes de abril -si no me equivoco, 27 y 28 de abril- sesionamos en la República de Paraguay. En esa sesión este Parlamento votó su primer anteproyecto de norma;

fue el Nº 1 del Parlamento del Mercosur. Todo terminó en aplausos, alegría, felicitaciones, como era de suponer. Pero, ¡oh, sorpresa!, llegamos al mes de setiembre y la delegación argentina recibe una nota en la que le dicen que esto vuelve a estudio de las delegaciones nacionales del Parlamento del Mercosur, y que hasta que las mismas no se expidan, no se procederá a realizar las comunicaciones de dicho Acto a los Parlamentos nacionales ni al Consejo del Mercado Común. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XIX SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 50)

A parlamentar se pergunta o por quê da dita reclamação, tomando em conta que o ato já foi discutido e aprovado e que, por sua vez, o regulamento dispõe que uma vez aprovado um Anteprojeto de Norma, este é encaminhado direto até os Parlamentos Nacionais. Neste diálogo, o presidente da Câmara, Juan José Dominguez aporta:

Es muy real lo que está planteando la Parlamentaria Müller. Es evidente que no es sencillo el trabajo con nuestros organismos en cada país, y principalmente en el funcionamiento del CMC a veces no hay una coherencia, a veces falta información. En los días de reunión del CMC acá, en la sede del Mercosur, se nos pidió la nómina de Parlamentarios de la delegación argentina que habían votado ese planteo que tenían en sus manos. Obviamente, tenemos las actas de todo y se le llevó en ese momento al funcionario del CMC que lo pedía desde Argentina. No vamos a asombrarnos de las dificultades que tenemos con nuestros propios Poderes Ejecutivos, pero es un hecho que el Parlamento del Mercosur debe iniciar un camino de fortaleza, de planteos claros y directos hacia nuestros respectivos organismos, porque son los que tienen que llevar adelante estas cosas. Creo que lo vamos a lograr, pero me parece que los organismos del Mercosur no tienen muy clara todavía la existencia de este Parlamento. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XIX SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 52)

¿A qué viene este reclamo, señor Presidente? Realmente, uno escucha la dialéctica de todos los que hablan y somos muy grandilocuentes cuando decimos que queremos que

este Parlamento avance, que cada vez la región esté más unida, que seamos capaces de sacar una legislación que le llegue a nuestra gente, pero nuestra primera norma, la Nº 1, al día de hoy todavía está dando vueltas dentro de este propio Parlamento.

Señor Presidente: le ruego que se ocupe de este asunto - y perdone que le toque la tarea cuando recién asume-, pero hace ya bastante tiempo que lo venimos trabajando y no puede ser que ahora se ponga a consideración de las delegaciones para ver qué se hace. (VERSAO TAQUIGRÁFICA DA XIX SESSAO ORDINARIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL, p. 51)

A afirmação de Domínguez mostra os problemas institucionais nos vínculos entre os órgãos do Mercosul, mostrando também a desconexão do governo argentino e seus representantes no Mercosul, onde o oficialismo tem maioria na delegação com 11 dos 18 parlamentários. O tratamento do primeiro ato relevante aprovado pelo Parlamento do Mercosul evidencia dois dos problemas já demonstrados do Mercosul.

A falta de conexão entre as esferas Executivas e Legislativas, neste caso, em nível do Mercosul entre o CMC e o Parlamento e, em segundo lugar, o peso preponderante dos governos através de seus executivos no desenho e execução da política do Mercosul. Esta situação fica evidenciada quando funcionários da chancelaria argentina através do CMC pedem as votações e uma reconsideração do resolvido por sua delegação. Apesar do parlamento ser uma instituição nova, criada em substituição da CPC para melhorar esse vínculo, nos dois anos de funcionamento pleno, esta situação não tem mostrado mudanças significativas para esta situação.

A análise da totalidade dos atos aprovados pelo Parlamento nos seus dois primeiros anos mostra, uma maior preferência pelos atos que tem uma relação com o próprio parlamento (Declarações, Informes e Disposições) e aqueles que têm uma vinculação “menos forte” com outras instituições do Mercosul. Esta situação pode estar dada pelo pouco tempo de instalação do Parlamento, e o

pouco tempo de reuniões que tem os parlamentares para articular proposta. De igual maneira, a situação acontecida com o Anteprojeto de Norma demonstra as dificuldades e problemas ainda não resolvidos.

4.4.1 Sessões

Para a análise das sessões do Parlamento foi tomado o período compreendido entre a primeira sessão, em 7 de maio de 2007 e a sessão XIX, realizada em 21 de setembro de 2009. Não foram analisadas todas as sessões, dado que em algumas delas não se pode ter acesso a versão taquigráfica e, em outras, havia um conteúdo parcial sem a transcrição dos Parlamentares que falavam em português. Algumas das Sessões não foram levadas em conta porque possuíam um caráter mais protocolar. Estas se referiram especificamente às três primeiras sessões e algumas denominadas de Extraordinárias ou Especiais, em que abria a sessão para a exposição de Ministros e governantes dos países membros. De um total de 28 sessões, onde 19 correspondem a sessões ordinárias, 6 a Extraordinárias e 3 as Especiais, sendo que foram analisadas um total de 17.

A análise foi baseada através da leitura das versões taquigráficas das sessões do Parlamento na busca de situações de conflito. Para esta situação, definiu-se conflito como uma postura divergente entre dois ou mais parlamentares sobre um mesmo tema. Para a quantificação dos conflitos, em alguns casos foram tomadas as expressões de um só representante, sem a necessidade de uma resposta ou contraposição por parte de outro representante. A análise desses conflitos possui a finalidade de descobrir temas recorrentes de debate, possibilidade de clivagens ou alianças com respeito algum tema, tanto entre partidos como entre delegações. É importante destacar que a ausência ou incapacidade de obtenção das votações desmembradas por representante restringiu a análise aos resultados das votações em sua totalidade. Esta situação leva também a conhecer as vontades dos representantes unicamente através de suas participações nos debates. Representantes que não se manifestaram em debates, mas sim, o fizeram através do voto, não puderam ser levados em conta. Nesse contexto, a análise dos debates pode comprovar quando um dos

representantes fala em nome de sua delegação e quando existe dentro de algumas destas, algum tipo de divergência interna.

A quantificação da análise esta apresentada na Tabela 14 diferenciando para cada Sessão analisada, a data, sessão, conflito (realizando uma pequena descrição), participantes (colocando os representantes que manifestaram suas opiniões), resultado do conflito (abordando quando se submeteu o conflito algum tipo de votação com seus resultados ou quando este se restringiu unicamente a um intercâmbio de opiniões), e em último lugar, o total de atos aprovados.

Tabela 14

Apresentação das atas e votações nas sessões do Parlamento do Mercosul, segundo atas, sessões, conflitos, participantes, resultados e aprovações.

Data	Sessões	Conflitos	Participantes	Resultados dos conflitos	Aprovações*
26-06-2007 Montevidéu	III Ord.	1-Contra a entrada da Venezuela no Mercosul.	1 - Dep. Iturralde (PN-Ur) e Dip. Long (PN-Ur)	1 - Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Criam-se as Comissões. (Como não existia quorum na delegação do Paraguai não se pôde aprovar nenhum ato).
06-08-2007 Montevidéu	IV Ord.	1-Número de Parlamentares nacionais necessários para a formação de Grupos Políticos. 2-Incorporar ao debate o conflito sobre o corte da ponte Ur-Ag. 3-Liberdade de imprensa e democracia na Venezuela.	1- Dep. Rosinha (PT-Br) contra Dip. Gallinal (PN-Ur). 2- Dep. Cardoso (PC-Ur) e Dep. Borsari (PN-Ur) contra Dep. Ibarra (FA-Ur), e, Sen. Bar (FPV-Ar) contra Jano (UCR-Ar). 3- Dep. Iturralde (PN-Ur) contra Sen. Arruda (PcdoB-Br).	1-Aprovo-se o regulamento original que procura incentivar a criação de grupos partidários integrando vários países, apoiado por o Dep. Rosinha (PT-Br). 2- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário. 3- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no	Disposição 06-07 (Regulamento do Parlamento)

				plenário.	
3-09-2007 Montevideu	V Ord.	1 - Incorporar ao debate liberdade de imprensa em Venezuela. 2 - Incorporar ao debate conflito sobre o corte da ponte Ur-Ag. 3 - Renegociação do acordo sobre Represa de Itaipu Pr-Br	1 - Dep. Iturralde (PN-Ur) contra Dep. Murga (PSUV-Ve) 2 - Dep. Cardoso (PC-Ur), Dep. Borsari (PN-Ur), e Dip. Peña (PN-Ur) 1 e 2 - Sen. Ríos (FPV-Ar) contrário às duas posturas. 3 - Par. Guggiari (PLRA-Pr) 1 e 3 - Dep. Rosinha (PT-Br) contra Iturralde e uma leve defesa sobre Itaipu.	1 -Se vota para incorporar ao debate, não aprovada. 2 -Se vota para incorporar ao debate, não aprovada. 3 - Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Disposição 08-07 Recomendação 01-07
19-11-2007 Montevideu	VII Ord.	1 - Renegociação do acordo sobre Represa de Itaipu Pr-Br 2 - Proposta de Declaração sobre medição de Hugo Chávez para a liberação de Ingrid Bittencourt.	1 - González Nuñez (ANR-Pr) 2 - Duas propostas, uma com apoio do Sen. Rodríguez Saa (PAFJ-Ar), Dep. Iturralde (PN-Ur) e Sen. Serrano (PSDB-Br), e a segunda com apoio de Dep. Rosinha (PT-Br) e Murga (PSUV-Ve). Aprovada a segunda.	1 - Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário. 2 - Se consideram duas propostas, uma do Dep. Iturralde (PN-Ur) não aprovada e outra do Dip. Rosinha (PT-Br) aprovada (Decl. 03-07).	Declaração 03-07 Declaração 04-07
18-12-2007 Montevideu	I Ext.	1 - Proposta da Declaração sobre situação de enfrentamento na Bolívia.	1 - Três propostas, a original apresentada por Sen. Mercadante (PT-Br), uma alternativa apresentada por Dep. Rosenman (PMDB-Br) apoiada por Sem. Moraes (DEM-Br) e Sen. Duarte (FPV-Ar) e a terceira, uma de caráter intermediário as outras duas posturas apresentada por o Sen. Mercadante (PT-Br). Aprovada a terceira.	1 -Aprovação da proposta apresentada pelo Sen. Mercadante (PT-Br), (Decl 05-07).	Declaração 05-07 Declaração 06-07 Recomendação 02-07
31-03-2008 Montevideu	VIII Ord.	1 - Incorporar ao debate conflito sobre o corte da ponte Ur-Ag.	1 - A favor, Dep. Da Rosa (PN-Ur), contra Dep. Rios (FPV-Ar).	1 -Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Declaração 01-08 Declaração 02-08 Declaração 03-08 Declaração 04-08 Disposição 05-08 Disposição 06-08 Disposição 07-08 Disposição 08-08 Disposição 09-08
28-04-2008 Montevideu	IX Ord.	Sem conflitos			Disposição 13-08 Disposição 14-08 Disposição 15-08

					Disposição 16-08
27-06-2008 Tucumán	X Ord.	Sem conflitos			Declaração 10-08 Recomendação 01-08
28-07-2008 Montevideu	XI Ord.	1- Projeto de Declaração sobre liberdades democráticas na Venezuela. 2- Projeto de Declaração sobre a ativação da IV Flota por parte dos Estados Unidos.	1- Dep. Penades (PN-Ur), Dep. Borsari (PN-Ur) contra Ortega (PSUV-Ve). 2- Apresentado pelo Sen. Mercadante (PT-Br) com apoio do Sen. Arruda (PC do B, Br). O Dep. Borsari (PN-Ur), Peña (PN-Ur) e Par. Guggiari (PLRA-Pr) manifestam-se contrários.	2-Aprova-se a Declaração original elaborada pelo Sen. Mercadante (PT-Br), (Decl.13-08).	Declaração 11-08 Declaração 12-08 Declaração 13-08 Declaração 14-08 Declaração 15-08 Declaração 16-08 Disposição 22-08 Disposição 23-08 Disposição 24-08 Recomendação 02-08
28-07-2008 Montevideu	III Extr.	1- Protesto paraguaio sobre barreiras ao ingresso de pneus por parte do Brasil.	1- Protesto feito pelo Parl. Guggiari (PLRA-Pr), os Senadores Mercadante (PT-Br) e Rosenman (PMDB-Br) oferecem apoio.	1- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Sem atos aprovados
18-8-2008 Montevideu	XII Ord.	Sem conflitos			Declaração 17-08 Declaração 18-08 Declaração 19-08 Disposição 26-08 Disposição 26-08 Anexo I Disposição 27-08
15-09-2008 Montevideu	XIII Ord.	1- Critica-se por parte da Sen. Serrano (PSDB-Br), que somente foi aprovada uma Declaração sobre a IV Flota. Propõe fazer uma Declaração sobre outros episódios onde estejam envolvidas as forças armadas de países fora da região. Coloca o caso da Armada Russa na Venezuela.	1- Sen. Serrano (PSDB-Br) e Iturralde (PN-Ur).	1-Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Declaração 20-08 Declaração 21-08 Disposição 33-08 Disposição 34-08 Disposição 35-08 Recomendação 03-08 Recomendação 04-08
03-11-2008 Montevideu	XIV Ord.	1- Protesto por parte de Parlamentares paraguaios de movimentos de tropas brasileiras na fronteira sem prévio aviso.	1- Explicitaram sua preocupação pelo Paraguai Alderete (PLRA-Pr), Salum (ANR-Pr), Barchini (ANR-Pr), Canes (MPT-Pr), Guggiari (PLRA-Pr) Em tom conciliador, mas defendendo a ação brasileira,	1- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Declaração 22-08 Disposição 36-08 Disposição 37-08 Disposição 38-08 Disposição 39-08 Disposição 40-08 Recomendação 05-08 Recomendação 06-08 Recomendação 07-08 Recomendação 08-08 Recomendação 09-08

			Serrano (PSDB-Br) e Mercadante (PT-Br) como líder da bancada brasileira.		Recomendação 10-08
28-11-2008 Montevideu	XV Ord.	1-Dep. Borsari (PN-Ur) propor debater os conflitos das pontes cortadas Ur-Ar, na próxima sessão. Nesta sessão a comissão de Assuntos Internacionais decide arquivar Declaração sobre as pontes cortadas.	1- Dep. Borsari (PN-Ur)	1- Aprova-se o arquivamento de uma proposta de Declaração sobre o cortes das pontes entre Uruguai e Argentina.	Declaração 23-08 Declaração 24-08 Declaração 25-08 Disposição 43-08 Pedido de Informes 01-08 Recomendação 11-08
16-03-2009 Montevideu	XVI Ord.	1- Iturralde (PN-Ur) coloca a importância de debater o problema das cortes nas pontes Ur-Ar, a falta de democracia necessária para o ingresso da Venezuela ao Mercosul, e critica finalmente o papel do Parlamento e do próprio Mercosul.	1-Dep Iturralde (PN-Ur) e Mercadante (PT-Br) fazendo uma defesa ao Mercosul e ao Parlamento.	1-Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Declaração 01-09 Disposição 04-09 Disposição 05-09 Disposição 06-09 Disposição 07-09
27-04-2009 Assunção do Paraguai	XVII Ord. e IV Esp.	Não existe tradução das exposições dos membros brasileiros.			Declaração 03-09 Declaração 04-09 Disposições 08-09 Disposições 09-09 Disposições 10-09 Anteprojeto de Norma 01-09 Informe 01-09 Recomendação 01-09 Recomendação 02-09 Recomendação 03-09
18-05-2009 Montevideu	XVIII Ord.	1- Travas comerciais na importação de calçados do Brasil para a Argentina.	1-Araújo (PMDB-Br), Molling (PP-Br) e Albuquerque (PSB-Br) contrário às medidas impostas pela Argentina, West (FPV-Ar) a favor das medidas.	1- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	Declaração 05-09 Declaração 06-09 Disposição 11-09 Disposição 12-09 Disposição 13-09 Recomendação 04-09 Recomendação 05-09 Recomendação 06-09 Recomendação 07-09 Recomendação 08-09 Recomendação 09-09 Recomendação 10-09 Recomendação 11-09
21-09-2009 Montevideu	XIX Ord.	1-Críticas ao funcionamento do Mercosul e ao Parlamento. 2-Críticas sobre as liberdades	1-Visão negativa por partes de Iturralde (PN-Ur) do Mercosul. Dep. Rosinha (PT-Br) responde	1- Somente se manifestaram as posições dos Representantes no plenário.	

		democráticas do governo da Venezuela.	qualificando de anti Mercosul ao Dep. Iturralde. 2- Dep. Iturralde (PN-Ur)		
--	--	---------------------------------------	---	--	--

Fonte: Versões Taquigráficas e aprovações das sessões do Parlamento do Mercosul, www.parlamentodelmercosur.org

*Uma pequena descrição de cada ato aprovado pelo parlamento se encontra no ANEXO.

A análise dos conflitos mais recorrentes mostra que estes ocorreram através das seguintes problemáticas: Liberdade de imprensa-democracia na Venezuela e figura do Presidente Hugo Chávez, pontes cortadas sobre o Rio Uruguai na fronteira do Uruguai com a Argentina, represa de Itaipú e declarações contra a ativação da IV Frota pelo governo dos Estados Unidos.

A liberdade de imprensa, os valores democráticos e a figura do Presidente Chávez na Venezuela foi o conflito mais recorrentemente debatido, seis vezes, (Sessões IV, V, VII, XI, XVI e XIX). De maneira notável, este conflito não tem sido a traves dos únicos dois países que ainda não tinham aprovado até esse momento o ingresso venezuelano ao Mercosul, Brasil e Paragua. O conflito tem sido sempre a partir da delegação do Partido Nacional do Uruguai e principalmente do Deputado Pablo Iturralde. A posição de Iturralde, extremadamente dura sobre o governo venezuelano, tem encontrado pouco apoio fora dos integrantes do Partido Nacional. Duas propostas para incorporar ao debate uma proposta de Declaração contra a Venezuela obteve resultados negativos, uma na V Sessão Ordinária e outra na VII Sessão Ordinária. A recusa de proposta tem sido pouco comum no Parlamento, onde em geral tem primado o consenso. Geralmente, quando uma proposta não obtém a maioria necessária, se realiza uma nova proposta na procura de acercar as diferenças e logo ser aprovada. Em outras propostas de Declarações sobre o tema venezuelano, a Senadora pelo Brasil do PSDB Marisa Serrano tem tido uma posição crítica, mas, mais intermediária que a de Iturralde sobre os assuntos relacionados à figura de Chávez. Em relação ao conflito sobre as pontes bloqueadas nas localidades de Fray Bentos no Uruguai e Entre Rios na Argentina (o segundo mais recorrente com presença em cinco sessões, Sessão

IV, V, VIII, XV e XVII) a dinâmica tem sido a mesma. O Partido Nacional e o Partido Colorado, ambos na oposição em nível nacional tem tentado levar a discussão do dito problema encontrando pouco eco para a discussão no plenário do parlamento.

Por outro lado, a represa de Itaipú (presente em duas sessões) tem confrontado às delegações do Paraguai e do Brasil (V e VII Sessões). Toda a delegação do Paraguai foi muita crítica a respeito do contrato que impõe a relação binacional sobre a represa. A delegação brasileira, por sua parte, desde um tom conciliador, mas firme, tem mostrado a preocupação pelo tema. Outro conflito que nucleou estas duas delegações, mas esta vez desde posturas mais antagônicas se produziu a partir de movimentos de tropas do exército brasileiro na fronteira com o Paraguai (Sessão XIV).

No que diz respeito às declarações sobre a IV frota (Sessões XI e XIII), estas surgiram sempre a proposta da bancada brasileira e tendo como principal informante o Senador Aloisio Mercadante do PT. De igual maneira, acharam oposições numa Representante brasileira, Marisa Serrano do PSDB, como também do Representante Guggiari do PLRA do Paraguai, e Gustavo Borsari do Partido Nacional de Uruguai (Sessão XI).

Outros conflitos que ocorreram somente em uma sessão correspondem a dois problemas de matéria comercial, os dos derivados entraves impostos pela Argentina. O primeiro refere-se às barreiras à exportação de calçado procedente do Brasil, no qual vários legisladores do Rio Grande do Sul marcaram sua recusa aludindo que não foi respeitado o acordo e o espírito do Mercosul. Por sua parte, o representante do oficialismo da Argentina, Deputado West (PJ-FPV) defendeu as medidas tomadas pelo seu governo (Sessão XVIII). Em similares circunstâncias sucedeu uma discrepância sobre o comércio de pneus procedentes do Paraguai com origem Argentina.

Realizando uma primeira conclusão sobre o Parlamento e seus conflitos, é importante deixar claro que, em termos gerais, os níveis de conflitos são baixos.

Esta situação permite observar uma positiva visão do Mercosul nos representantes. Os conflitos referentes ao próprio Mercosul como projeto político de integração, quase não tem acontecido, e as posturas críticas ao Mercosul manifestadas nas Sessões, são sempre em referência para procurar aumentar o grau de incidência do Parlamento.

Analisando especificamente os conflitos os 22 conflitos achados, observamos que, somente 7 tiveram votação de algum tipo nas respectivas sessões. Quatro destes sete conflitos terminaram com propostas não aprovadas ou arquivadas, referentes à incorporação ao debate da situação da Venezuela e das pontes bloqueadas (Sessões V, e XV). Na Sessão VII sobre duas propostas de Declaração referente à mediação efetuada pelo Presidente Chávez para a Liberação de reféns na Colômbia, a proposta de Dr. Rosinha (PT-Br) foi aprovada, enquanto a proposta apoiada por Rodriguez Súa (PAFJ-Ar) e Iturralde (PN-Ur) não. É importante marcar que estes três conflitos foram impulsionados pelos Representantes do Partido Nacional e Colorado do Uruguai. O resto das votações referentes a temas de conflitos sempre foram aprovadas. Na I Sessão Extraordinária foram consideradas três propostas sobre a situação de enfrentamentos na Bolívia, ao existir recusa e uma proposta alternativa a original, se elaborou uma terceira como forma de conciliar as posturas que logo foi aprovada. Na Sessão XI sobre uma das Propostas de Declaração contra a ativação da IV Frota, a proposta original foi aprovada com a manifestação contrária de Representantes do PN de Uruguai e de PLRA do Paraguai.

A partir da aprovação do regulamento (Sessão IV) e a distribuição das comissões (Sessão VIII), a produtividade e os níveis de conflitos tenderam a diminuir. Esta situação se dá a partir de uma consequência prática. As Sessões parlamentares se realizam com o máximo de prazo de dois dias por mês, os quais se dividem entre as reuniões de comissões de manhã e as sessões plenárias pela tarde. O segundo dia é utilizado em geral para as exposições de Ministros e outras autoridades. Sendo as primeiras sessões com o trabalho das comissões em baixo ritmo, o tempo concedido ao debate livre era maior. Uma vez que as comissões

começaram a elaborar maior número de propostas de atos, a discussão do dito ato levou mais tempo deixando o debate livre para o final reduzindo sua duração e capacidade. Algumas das sessões foram concluídas por falta de quórum já que muitos parlamentares tinham horários de vôo marcados para o retorno aos seus países.

Apesar desta situação, verifica-se que o caráter dos principais e mais assíduos conflitos são de tipo político, vinculados a região e referentes, sobretudo, aos atos de Declaração, e não de caráter comercial ou institucional do Mercosul. Esta situação tem total concordância com o aprovado pelo Parlamento e previamente analisado. Até agora o Parlamento não tem incorrido, salvo uma ocasião, em atos que o relacionem com outros poderes do Mercosul ou os Parlamentos Nacionais.

Sobre a articulação política dentro do Parlamento, analisando as versões taquigráficas e tendo em conta que o período de estudo é relativamente curto, há como dizer que em todas as delegações, salvo a uruguaia, o posicionamento nacional prevalece quando existem projetos ou declarações conflitantes. A maioria dos conflitos analisados tem tido posturas encontradas entre delegações ou pelo menos estas não se tem manifestado de forma dividida. De toda maneira, as delegações apresentam níveis de protagonismo diversos em seu interior.

Dentro da delegação argentina se pode ver uma maior participação dos parlamentares do PJ-FPV que respondem ao governo, e isoladamente, o Senador Rodriguez Saa do PJ dissidente. Com respeito à delegação brasileira nota-se uma articulação com forte presença de temas ligados a empreendimentos sobre a fronteira Sul, somado a uma forte participação dos representantes do PT, o Senador Aloisio Mercadante e o Deputado Dr. Rosinha. Já com a delegação paraguaia constata-se um forte movimento de caráter nacional com relação aos temas vinculados ao próprio país. Por sua vez, a delegação uruguaia é a que apresenta maior particularidade, produto da visão concreta e diferente com relação à região que possuem os representantes do governo e a oposição. Por

parte da Frente Ampla se prioriza a região do Mercosul, a diferença do Partido Nacional que tem uma visão crítica da região e o caráter, que segundo eles, o Mercosul estaria tomando. Apesar desta clivagem de tipo mais nacional, é relevante afirmar que existe um apoio quase unânime à integração regional por parte dos Representantes do Parlamento. Avançar em maiores graus de supranacionalidade, tanto no Parlamento como num Tribunal Supremo de Justiça, são reivindicações que tem manifestado diferentes parlamentares nas sessões e que não tem tido nenhuma oposição.

Como mostra a importância do aspecto nacional nos representantes do Mercosul, é importante destacar que no nível regional, os vínculos partidários não são relevantes além de alguma declaração de afinidade, ou pertencimento a algum organismo internacional partidário. Não existe vínculo institucional regional entre nenhum dos partidos que compõem o Parlamento. A capacidade de conformar grupos políticos, permitida pelo regulamento do Parlamento define duas condições, a primeira, por 10% de integrantes do Parlamento se são representantes de um país, e a segunda, por cinco parlamentários pertencentes a dois ou mais países. Os Grupos Políticos até agora formados tem sido dois de caráter nacional, o Grupo Frente Ampla e o Grupo Partido Nacional de Uruguai. Existem amostras de afinidades políticas entre o partido da Frente Ampla e o Partido dos Trabalhadores marcada por alguns Representantes no Mercosul e no nível dos máximos dirigentes em cada um dos partidos. Sumado a isto, os dois partidos possuem posturas ideológicas similares, uma construção e estrutura partidária semelhantes, somada à uma visão convergente do projeto do Mercosul.

Conclusão

O objetivo desta pesquisa se baseou na realização de um estudo sobre a relação dos partidos políticos com o Mercosul. Para isso, foi decidido inter-relacionar duas teorias referentes às Relações Internacionais e à Ciência Política - o Neo-funcionalismo e a teorias de institucionalização dos sistemas partidários. A pergunta chave que guiou esta investigação segue: *“De que maneira as características particulares dos partidos políticos podem afetar o despenho e os futuros avanços do Mercosul?”*.

A opção teórica escolhida, o Neo-funcionalismo, ressalta o papel dos partidos como atores políticos com um aporte necessário para o projeto de integração regional. Desta maneira, para a realização da análise, o estudo dos partidos na relação com o Mercosul foi separado em dois níveis, um externo e outro interno.

Ressalta-se que no terceiro capítulo, foi analisado o nível interno, primeiramente, se pode observar que os níveis de institucionalidade dos sistemas partidários no Mercosul, tomando como referência os principais países europeus, é inferior em quase todos seus indicadores. Os três países pesquisados do Mercosul apresentam índices de volatilidade acima da média européia e os dois principais países do bloco sul-americano, Argentina e Brasil, apresentam porcentagens bastante elevadas nos restos dos indicadores (Fraccionalização e NEP). A leitura dos indicadores demonstram menores graus de institucionalização partidária nos países do Mercosul, ou que pode ser causas e consequência de maiores níveis de instabilidade. Esta situação não geraria as melhores condições para um adequado funcionamento dos partidos para promover a integração. Em primeiro lugar, cenários de instabilidade não são adequados para a conformação de vínculos, estruturas e perspectivas para realizar objetivos de longo prazo como requeiram uma política de integração regional. Em segundo lugar, as altas volatilidades evidenciam baixos níveis de enraizamento dos partidos políticos na

sociedade, produto e causa de baixos níveis de ideologização. Esta situação que se apresenta em maior medida na Argentina e no Brasil, todavia, tem a particularidade de ocorrer em diferentes momentos para cada um dos dois países. O período de maior estabilidade partidária na Argentina se efetiva na década de noventa, onde esse mesmo período o Brasil estava no começo da redemocratização e com uma crise institucional produto do *impeachment* do Presidente Collor. A partir de 2001 o sistema partidário argentino sofre uma forte crise com conseqüências na sua estrutura e composição, perdurando até agora. A esta situação é somada, particularmente, uma crise de identidade e fratura do PJ, que atualmente é o principal partido estando no governo desde 2003. Neste período o sistema partidário brasileiro, ainda com altos níveis de volatilidade e fragmentação, tende a estabilizar uma dinâmica própria. Sobre este fator pode-se afirmar que estes níveis de instabilidade de maneira geral e, particularmente em momentos diferentes, não ajudaram a construir cenários propícios para uma maior participação dos partidos políticos no Mercosul e para gerar vínculos entre eles.

É importante destacar, complementando os efeitos das características da institucionalização partidária, o desenvolvimento histórico que teve a importância do Estado como instituição política na região. O forte peso do Estado nas estruturas institucionais, na atualidade e nos momentos históricos de construção da cidadania política, fez com que o desenvolvimento partidário (no caso do Mercosul, esta situação é mais importante no Brasil e na Argentina) fosse organizado em volta desse perfil. Esta característica, sem dúvida, pôde se trasladar no comportamento dos partidos para com o Mercosul, onde o Estado e suas estruturas burocráticas quase que monopolizam a toma de decisões sobre a integração regional. A pouca presença dos partidos políticos nos âmbitos do Mercosul, e as dificuldades quando se acham nesses âmbitos para se relacionar com os poderes executivos, podem ser produto dessa característica histórica do relacionamento entre os partidos e o Estado.

Sobre a relação direta dos partidos políticos com o Mercosul, foi observado que esta não é muito produtiva. A relação dos Executivos através das instituições

do Mercosul na elaboração de normas e os partidos a traves dos Parlamentos na interiorização das normas, obtém para todos os países uma baixa produtividade. Considerando que a aprovação de normas depende da vontade de que todos os Executivos dos países membros estejam de acordo, os quais na maioria deles tinham ou têm maioria no congresso, ou caliões majoritárias. As normas aprovadas pelos Executivos nas instituições do Mercosul deveriam ter uma taxa de aprovação mais alta, produto das capacidades dos governos de obter maiorias nas respectivas câmaras.

A situação em que se encontra o nível de incorporação de normas as legislações nacionais, pode responder a uma condição dupla, onde os Executivos não consultam aos partidos políticos na hora de decidir a aprovação das normativas mercosurianas e os próprios partidos não tem interesse de se envolver nos debates correspondentes. Pode-se dizer que as características dos baixos níveis de institucionalidade mencionadas anteriormente, não ajudam a quebrar esta situação. Partidos instáveis, pouco estruturados, ou estruturados somente ao redor de uma liderança seriam menos propensos a elaborar políticas de longo prazo em relação à integração com estruturas que apóiem esta situação.

No nível externo, no âmbito próprio do Parlamento do Mercosul, como foi explicitado no quarto capítulo , os vínculos entre os partidos políticos são quase nulos. Diversos partidos políticos integram foros internacionais, como a Internacional Socialista, a Internacional Democrata-crista, Foro de São Paulo, etc, mas nestes grupos se discutem situações mais gerais referentes a aspectos ideológicos e a uma integração ampla da América Latina, e não ao que se refere às políticas concretas e muito menos sobre o Mercosul.

Estudando o comportamento dos representantes no Parlamento do Mercosul, constatou-se como, em grande medida, os partidos políticos respondem às características e comportamentos nacionais que os políticos têm com respeito à integração. Em primeiro lugar, quanto à integração das delegações (neste caso da Argentina e o Brasil), elas respondem mais a interesses regionais do que a um

projeto próprio de cada partido envolvendo um interesse mais nacional para com a integração. A sobre-representação das regiões sul e sudeste no Brasil, junto com uma concentração nas fronteiras e na capital Argentina, demonstram uma importância preponderante de aspectos locais contra uma visão nacional. Em segundo lugar, sobre o funcionamento do Parlamento se observa uma falta de vínculos e consulta entre as instituições executivas do Mercosul. Esta é uma situação grave, na medida em que uma das funções do Parlamento do Mercosul é de gerar vias de comunicação e vínculos entre o Mercosul e os Parlamentos Nacionais.

A análise dos atos aprovados pelo Parlamento demonstra que a sua maioria tem ação exclusiva para o próprio Parlamento, como são as Declarações, Informes e Disposições. Os atos que geram algum vínculo com outras instituições do Mercosul ou os Parlamentos Nacionais, Pareceres, Projetos de Normas, Anteprojetos de Normas e Recomendações, são a minoria e se compõem em mais de 90% de Recomendações. Esses atos têm a especificidade de serem de menor força no vínculo gerado, já que se trata de “indicações gerais” para com outras instituições do Mercosul. O outro ato que compõe este grupo se encontra travado por problemas entre os diferentes órgãos do Mercosul, como foi demonstrado no quarto capítulo.

Esta situação reflete um Parlamento que ainda não está cumprindo com todas as capacidades que possui, e que, aliás, são as mais importantes para o processo de integração. Cabe dizer, que nesta situação particular não se pode apresentar considerações conclusivas, dado o pouco tempo de criação do Parlamento, mas é possível afirmar que a falta de vínculos e canais para melhorar a produção de normas e sua interiorização não tem sofrido maiores mudanças desde a criação do Parlamento. Por último, a partir do estudo dos debates e conflitos nas Secções Plenárias, se comprova a existência de uma clivagem marcada por temas mais nacionais do que ideológica, conforme se observa quando os representantes se agrupam e tomam posturas sobre temas conflitivos. Esta situação, sem dúvida, não fomenta a geração de vínculos partidários

supranacionais necessários para gerar uma maior conscientização sobre a integração.

Um aspecto importante que surge da investigação é a capacidade de neutralizar ou favorecer a situação atual do vínculo entre Mercosul e partidos políticos, por parte das próprias instituições do Mercosul. Uma vez que as condições e características dos sistemas dos partidos não têm gerado ambientes de estabilidade necessários para a elaboração de adequadas políticas de coordenação e protagonismo dos partidos com o Mercosul. Esta situação pode repercutir nas expectativas e objetivos, gerando, assim, graus de frustrações nas partes envolvidas. Na medida em que a integração não gera âmbitos propícios para um apoio real, onde se incentive a participação dos partidos, o problema tenderia a se reproduzir. A criação do Parlamento do Mercosul, sem dúvida, é um acontecimento positivo porque ganha-se, no mínimo, um foro onde alguns representantes partidários podem interagir, gerando uma maior expectativa sobre sua evolução. Mas de igual forma, este Parlamento, pelo menos até agora, tem reproduzido os problemas já existentes sem resolver as principais questões, podendo gerar o risco de que se desenvolva o que em termos da teoria Neofuncionailsta chama-se *spyllaround*.

Levando em conta a conclusão da análise dos partidos políticos nos dois níveis analisados, há como concluir que as características próprias de cada sistema partidário analisado referentes aos membros do Mercosul, não geram ambientes adequados para um desempenho funcional ao processo de integração. Esta situação repercute em ambos níveis estudados, interno e externo, alimentando uma condição de pouco protagonismo ou que repercute na falta de possibilidades de se organizar e gerar vínculos transnacionais, não favorecendo o incremento e sustentação de uma consciência a favor da integração.

Para finalizar, há que ressaltar a existência de coisas positivas a respeito do Parlamento e os partidos políticos. Sem dúvida que a disposição de encontro entre os Representantes dos diferentes países, aumenta a capacidade de gerar vínculos

extras regionais, no entanto, tem se demonstrado insuficiente. Outro ponto positivo tem a ver com a vocação e concepção que marcaram a grande maioria dos Representantes sobre o Mercosul e sua evolução. No Plenário Parlamentar domina uma visão positiva para com o Mercosul como projeto, junto a uma crítica conforme seu funcionamento atual. A grande maioria dos Parlamentares concorda com a necessidade de mudança no caminho de obter com que os Executivos Nacionais tenham um menor peso na tomada de decisões, permitindo, assim, um maior papel do Parlamento junto ao Tribunal de Justiça, obtendo estes dois um caráter supranacional. Tudo isto a partir de um maior envolvimento dos partidos políticos no Mercosul.

Referências bibliográficas

BARDI, Luciano. Transnational Party Federation, European Parliamentary Party Groups and the Building of Europarties. In: KATZ, Richard S. & MAIR, Peter (eds.). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organization in Western Democracies*. Londres: Editora Sage, 1994.

BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter. *Identity, competition and electoral availability: the stabilisation of european electorates 1985-1985*. Essex-Inglaterra: Editora Ecpr, 2007.

BOTANA, Natalio. Las transformaciones institucionales del menemismo. *Sociedad* nº6, Abril, 1995.

BUQUET, Daniel (Org.). *Las claves del cambio: Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005*. Montevideo: Editora Banda Oriental, 2005.

BUQUET, Daniel & CHASQUETTI, Daniel. La democracia en Uruguay: Una partidocracia de consenso. *Política* nº42, outono, 2004.

BUQUET, Daniel & DE ARMAS, Gustavo. La evolución electoral de la izquierda: crecimiento demográfico y moderación ideológica. In: LANZARO, Jorge (Coord.) *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Editora. Fin de Siglo, 2004.

CAETANO, Gerardo. *Parlamento Regional y Sociedad Civil en el proceso de integración ¿Una nueva oportunidad para "otro" Mercosur?*. Montevideo: Editora FESUR, 2006.

CAETANO, Gerardo & RILLA, José. El sistema de partidos. Raíces y permanencias. *Cuadernos del Clahe* nº31, 1984.

CAPORASSO, James & KEELER, John. The European Union and Regional Integration Theory. In. RHODES, Carolyn & MAZEY, Sonia (Ed.) *The State of European Union: Building a European policy? (Vol.3)*. Colorado-Estados Unidos: Editora Lynne Rienner, 1995.

CAVAROZZI, Marcelo. El esquema partidario argentino: Partidos viejos, sistema débil. In. CAVAROZZI, M. & GARRETÓN, M. (Coord.) *Muerte y resurrección: Los partidos en el autoritarismo y las transiciones del cono sur*. Santiago de Chile: Editora Flacso, 1989.

COSTAS VAZ, Alcides. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: Editora IBRI, 2002.

COUTINHO, M; HOFFMAN, A & KFURI, R. Raios X da Integração. *Estudos e Cenários*, maio, 2007.

D'ALVA KINZO, María. Os partidos no eleitorado: Percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Dados*, v.20, nº57, 2005.

DOUGHERTY, James E. & PFALTZAGRAFF, Robert L. *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Portugal: Editora Gradiva, 2003.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*, Brasil: Editora Zahar, 1970.

FERREIRA, Delia & GORETTI, Matteo. Cuando el Presidente gobierna solo, Menem y los decretos de necesidad y urgencia hasta la reforma constitucional (julio 1989 – agosto 1994). *Desarrollo Económico*, v.37, nº148, 1996.

FLEISCHER, David. Os Partidos Políticos. In AVELAR, Lúcia & OCTÁVIO CINTRA, António (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Brasil: Editora Unesp, 2007.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo & QUEIROLO, Gustavo. Las elecciones nacionales Del 2004: posibles escenarios. In INSTITUTO DE CIENCIA POLÍTICA *Elecciones 1999/2000*. Montevideo: Editora Fin de Siglo, 2000.

HAAS, Ernst B. *Beyond the Nation-State*. Estados Unidos: Editora Stanford University, 1964.

_____. *Partidos Políticos y grupos de presión en la integración europea*. Argentina: Editora INTAL, 1966.

_____. The Obsolescence of Regional Theory. *Research Series*, nº 25, University of California, Institute of International Studies, Research Series, 1975.

_____. Turbulent fields and the theory of regional integration. *International Organization*, v.30, nº2, 1976.

_____. Does Constructivism Subsume Neo-functionalism? In THOMAS THOMAS CHRISTENSEN, T; JØRGENSEN, K. & WIENER, A. (Eds.) *The Social Construction of Europe*, Londres: Editora Sage, 2001.

HAAS, Ernst B. & SCHMITTER, Philippe. Economics and Differential Patterns of Political Integration: Projections about Unity in Latin America. *International Organization*, v.18, nº4, 1964.

HIRST, Mónica. La dimension política del MERCOSUR: actores politización e ideología. *Estudos Avançados*, v.10, nº27, 1996.

HIX, Simon. The transnational party federations. In GAFFNEY, John (Org.) *Political Parties and the European Union*. Londres-Nova Iorque: Editora Routledge, 1996.

HIX, Simon & LESS, Urs. *Shaping a vision: A History of the Party of European Socialists 1957-2002*. Bruselas: Editora Publish by Party of European Socialists, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira Onda: a democratização ao final do século XX*. Brasil: Editora. Ática, 1994.

JONES, Mark P. & MAINWARING, Scott. The Nationalization of Parties and Parties Systems: An empirical measure and an application to the Americas. *Party Politics* v.9, nº2, 2007.

JOZAMI, Eduardo. *Final sin Gloria: Un balance del Frepaso y de la Alianza*. Argentina: Editora Biblos, 2004.

KATZ, Richard & MAIR Peter. Changing models of party organization and party democracy: The emergency of the cartel party. *Party Politics* nº1, vol.1, 1995.

KAISER, Wolfram. *Christian democracy and the origins of European Union*. Cambridge: Editora Cambridge University, 2007.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of Western European party systems. In LA PALOMBARA, J. & WAINER, M. (Ed.) *Political Parties and Political Development*. Estados Unidos: Editora Princeton University, 1966.

KRELL, Marcela. Teorías Europeas de la integración regional: límites y posibilidades de aplicación al ámbito latinoamericano. *Dossier de Integración: Temas del Mercosur*, nº15, 2005.

LAAKSO, Markku & TAAGAPERA, Rein. Effective Number of Parties. *Comparative Political Studies* nº12, 1979.

LADRECH, Robert. Political parties in the European Parliament. In GAFFNEY, John (Org.) *Political Parties and the European Union*. Londres e Nova Iorque: Editora Routledge, 1996.

LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro*. Brasil: Editora Brasiliense, 1986.

LANZARO, Jorge. La izquierda se acerca a los uruguayos, y los uruguayos se acercan a la izquierda. In LANZARO, Jorge (Coord.) *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Editora Fin de Siglo, 2004.

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Angelina. Partidos Políticos na Câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados* v.38, nº3, 1995.

LIPSET, Seymour M. & ROKKAN, Stein. *Party Systems and voter alignments: cross-national perspectives*. Nova Iorque: Editora New York-Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott P. Brazil: weak parties, feckless democracy. In MAINWARING, S & SCULLY, T (Ed.) *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Estados Unidos: Editora, Stanford University Press, 1995.

_____. *Sistemas de Partidos em novas democracias: O caso do Brasil*. Brasil: Editora Mercado Aberto-FGV, 2001.

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. Introduction: Party systems in Latin America. In MAINWARING, S & SCULLY, T (Ed.) *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Estados Unidos: Editora Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, Scott P. & TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Publica* v.11, nº 2, 2005.

MAINWARING, Scott P. & ZOCO, Edurne. Political sequences and the stabilization of interparty competition: Electoral volatility in old and new Democracies. *Party Politics* v.13, nº2, 2007.

MARTINS RODRIGUES, Leoncio. *Partidos, ideologias e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos Deputados*. Brasil: Editora USP, 2002.

MALAMUD, Andrés. Presidentialism and mercosur: a hidden cause for a successful experience. In FINN, Laursen (Ed.) *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Londres: Editora Ashgate, 2003.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governo no Brasil contemporane (1985-1997)*. Brasil: Editora Paz e Terra, 1998.

MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community. In *International Organization* v.45, nº1, 1991.

NYE, J. S. East African Economic Integration. *The Journal of Modern African Studies* v.1, nº4, 1964.

_____. Patterns and Catalysts in Regional Integration. *International Organization* v.19, nº4, 1965.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *MERCOSUR: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. Brasil: Editora Unesp, 2003.

SECRETARÍA DEL MERCOSUR. *Primer informe semestral de la Secretaría del Mercosur: Un foco para el proceso de integración regional*. Montevideo: Editora Secretaría del Mercosur, 2004.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partidos: Organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Editora Alianza, 1990.

PASQUARIELLO, Karina. *A atuação da Comissão Parlamentar Conjunta e do Subgrupo de trabalho - 10 no MERCOSUL*, Tese de Doutorado/UNICAMP, 2001.

PALERMO, Vicente & NOVARO, Marcos. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Argentina: Editora Norma, 1995.

PEDERSEN, Morgan. The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility. *European Journal of Political Research*, nº7, 1979.

PINHEIRO, Flavio Leão. Incorporação da Venezuela ao Mercosul: razões para o impasse no legislativo Brasileiro. *Observador On-line* v.4, nº3, 2009.

SANDHOLTZ, Wayne & ZYESMAN, John. 1992: Recasting the European Bargain. *World Politics*, v.42, nº1, 1989.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas de partidos*. Brasil: Editora Zahar, 1982.

_____. *Engenharia constitucional: Como se mudam as Constituições*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SCHMITTER, Philippe. Three Neo-functional hypotheses. *International Organization*, v.23, nº1, 1969.

_____. A revised theory of regional integration. *International Organization*, v.24, nº4, 1970.

_____. Neo-Neo-Functionalism: Déjà vu, all over again? *Working Paper, European University Institute*, 2002.

SINDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos: Estado y poder económico 1946-55/1973-76/1989-99*. Buenos Aires: Editora Siglo veintiuno, 2002.

SOUZA, M. do C. C. O processo politico-partidário na Primeira República. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em Perspectiva*. Brasil: Editora Diefel, 1985.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Editora Temas, 2000.

PUCHALA, Donald. Domestic Politics and Regional Harmonization in the European Communities. *World Politics* v.27, nº4, 1975.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization* v.42, nº3, 1988.

VIGEVANI, T.; MARIANO, K. & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Democracia e atores políticos no Mercosul. *Cenários*, nº2, 2000.

VIGEVANI, T.; DE MAURO FAVARONI, G.; RAMAZINI JUNIOR, H. & ALVES CORREIA, R. O papel da integração regional para o Brasil: Universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional* v.51, nº1, 2008.

Documentos Consultados

Protocolos e acordos do Mercosul

Tratado de Asunção

Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias

Protocolo de Ouro Preto: Protocolo Adicional ao Tratado de Asunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosur

Protocolo de Ushuaia

Protocolo de Olivos

Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul

Regulamento do Parlamento do Mercosul

Sessões do Parlamento do Mercosul

III Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 25/06/2007

IV Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 06/08/2007

V Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 03/09/2007

VII Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 19/11/2007

I Sessão Extraordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 18/12/2007

VIII Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 31/03/2008

IX Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Montevidéu 28/04/2008

X Sessão Ordinária, Versão Taquigráfica – Tucumán 27/06/2008

XI Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 28/07/2008
XII Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 18/08/2008
XIII Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 15/09/2008
XIV Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 03/11/2008
XV Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 28/11/2008
IV Sessão Extraordinaria, Versão Taquigráfica - Montevidéu 18/12/2008
XVI Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 16/03/2009
XVIII Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 08/05/2009
XIX Sessão Ordinaria, Versão Taquigráfica – Montevidéu 21/09/2009

Sitografia

Almanaque de Andy Tow: <http://towsa.com/wordpress/>

Secretaría do Mercosul: <http://www.mercosur.int>

Parlamento do Mercosul: <http://www.parlamentodelmercosur.org/>

União Européia: <http://europa.eu>

Sítio de Jairo Nicolau: <http://jaironicolau.iuperj.br/>

Ministério de Relações Exteriores da República do Paraguai:
<http://www.mre.gov.py>

ANEXO

Volatilidade eleitoral para países europeus

1957-1969

	1957	1958	1959	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Alemanha	9,2	-	-	11,5	-	-	-	7,6	-	-	-	6,0
França	-	26,7	-	-	19,2	-	-	-	-	4,0	11,4	-
Inglaterra	-	-	3,4	-	-	-	6,0	-	4,3	-	-	-
Itália	-	5,2	-	-	-	8,5	-	-	-	-	7,8	-

Fonte: Bartolini e Maier (2007)

1970-1980

	1970	1972	1973	1974	1974	1976	1978	1979	1980
Alemanha	-	6,0	-	-	-	3,9	-	-	4,5
França	-	-	10,9	-	-	-	6,7	-	-
Inglaterra	6,1	-	-	14,9	3,5	-	-	8,5	-
Itália	-	5,3	-	-	-	9,1	-	5,3	-

Fonte: Bartolini e Maier (2007)

Fracionamento partidário para países europeus

1957-1969

	1957	1958	1959	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Alemanha	0,636	-	-	0,646	-	-	-	0,609	-	-	-	0,600
França	-	0,830	-	-	0,809	-	-	-	-	0,792	0,728	-
Inglaterra	-	-	0,561	-	-	-	0,604	-	0,587	-	-	-
Itália	-	0,741	-	-	-	0,758	-	-	-	-	0,747	-

Fuente: Bartolini e Maier (2007)

1970-1980

	1970	1972	1973	1974	1974	1976	1978	1979	1980
Alemanha	-	0,581	-	-	-	0,576	-	-	0,606
França	-	-	0,830	-	-	-	0,793	-	-
Inglaterra	0,593	-	-	0,680	0,683	-	-	0,652	-
Itália	-	0,763	-	-	-	0,716	-	0,744	-

Fuente: Bartolini e Maier (2007)

Porcentagem de Cadeiras por Partidos Político para a Câmara de Deputados da Argentina

Partido	1983	1987	1991	1995	1999	2003	2007 ¹	2007 ²
PFV-PJ*****	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,6	0,0
UCR(***)	50,8	46,1	33,1	26,8	47,8	23,0	13,6	13,6
PJ	43,7	42,5	49,4	51,4	39,9	48,6	7,8	58,4
FREPASO**	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Accion por la Republica	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0
ARI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	8,9	8,9
PRO-Macri	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	5,8	5,8
Recrear-López Murphy****	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
Socialistas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	5,1	5,1
Part.Intransigente	1,2	2,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
UceDe*	0,8	2,0	5,1	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Democrata Progresista	0,0	0,8	0,4	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Fuerza Republicana	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	0,4	0,0	0,0
Alianza Unidad Socialista	0,0	0,4	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Part. Demo Cristiano	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Part. Distrito-Otros	3,1	6,3	10,1	10,9	8,7	18,3	8,2	8,2
TOTALES	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Almanaque de Andy Town

(1) Esta columna del año 2007, contabiliza al Partido Justicialista como separado, contabilizando por un lado los votos obtenidos por el Partido Frente para la Victoria-Partido Justicialista del matrimonio Kirchner y por otro al Partido Justicialista opositor.

(2) Esta columna suma el caudal de votos de todo el Partido Justicialista.

*en 1989 UceDe y el Part. Progresista conforman una alianza

**El FREPASO solamente en 1995 se presentó sin la Alianza

***En 1995 la UCR y el FREPASO conformaron la Alianza

****En 2005 el PRO y Recrear formaron una alianza electoral

*****En las elecciones de 2003 el PJ no consigue consolidar un acuerdo para la realización de elecciones internas, por lo que dos de sus corrientes deciden concurrir separadas (PJ Disidente y PFV)

Porcentagem de Cadeiras por Partido Político para a Câmara de Deputados do Brasil

Partido	1990	1994	1998	2002	2006
PMDB	21,5	20,9	16,2	14,4	17,3
PFL	16,5	17,3	20,5	16,4	12,7
PDT	9,1	6,6	4,9	4,1	4,7
PDS	8,3	0	0	0	0
PRN	8	0,2	0	0	0
PTB	7,6	6	6	5,1	4,3
PSDB	7,6	12,3	19,3	13,8	12,9
PT	7	9,6	11,3	17,7	16,2
PDC	4,4	0	0	0	0
PL	3,2	2,5	2,3	5,1	4,5
PSB	2,2	3,1	3,7	4,3	5,3
PSC	1,2	0,6	0,4	0,2	1,8
PC do B	1	1,9	1,4	2,3	2,5
PRS	0,8	0	0	0	0
PCB	0,6	0	0	0	0
PTR	0,4	0	0	0	0
PST	0,4	0	0,2	0,6	0
PMN	0,2	0,8	0,4	0,2	0,6
PSD	0,2	0,6	0,6	0,8	0
PPR	0	9,9	0	0	0
PP	0	6,8	0	0	8
PPS	0	0,4	0,6	2,9	4,3
PV	0	0,2	0,2	1	2,5
PRP	0	0,2	0	0	0
PPB	0	0	11,7	9,6	0
PSL	0	0	0,2	0,2	0
PRONA	0	0	0,2	1,2	0,4
PSDC	0	0	0	0,2	0
PSOL	0	0	0	0	0,6
PTC	0	0	0	0	0,6
PHS	0	0	0	0	0,4
PT do B	0	0	0	0	0,2
PAN	0	0	0	0	0,2
PRB	0	0	0	0	0,2
TOTALES	100	100	100	100	100

Fonte: Calculado a partir da Base de dados, Jairo Nicolau-IUPERJ

<http://jaironicolau.iuperj.br/>

Porcentagem de votos por Partido Político para a Câmara de Deputados do Uruguai

	1989	1994	1999	2004
PC	30,29	32,35	32,78	10,61
PN	38,87	31,21	22,31	35,13
FA	21,23	30,61	40,11	51,67
NE/PI	9,10	5,16	4,60	0,00
PI	0,00	0,00	0,00	1,90
Otros	0,50	0,67	0,20	0,69

Calculado a partir da base de dados do ICP-FCS-UdelaR para o período 1989-1999.

Para o ano 2004 se utilizó como fonte Buquet (2005).

Decisões do Mercosul que compõem o universo pesquisado

Tratado de Asunción, DEC. Nº 05/92, DEC. Nº 11/93, DEC. Nº 11/94, DEC. Nº 01/94, DEC. Nº 04/94, DEC. Nº 25/94, Protocolo de Ouro Preto, DEC. Nº 27/94, DEC. Nº 08/95, DEC. Nº 07/95, Acuerdo Marco Interregional de Cooperación entre la Comunidad Europea y sus Estados Miembros por una Parte, el Mercado Común del Sur y sus Estados Partes, DEC. Nº 02/96, DEC. Nº 01/96, DEC. Nº 18/96, DEC. Nº 10/96, DEC. Nº 09/96, DEC. Nº 11/96, DEC. Nº 08/96, DEC. Nº 05/97, DEC. Nº 09/97, DEC. Nº 19/97, DEC. Nº 13/97, Protocolo de Ushuaia, DEC. Nº 02/97, DEC. Nº 03/98, DEC. Nº 16/98, DEC. Nº 14/98, DEC. Nº 15/98, DEC. Nº 04/99, DEC. Nº 05/99, DEC. Nº 16/99, DEC. Nº 49/00, DEC. Nº 48/00, DEC. Nº 44/00, DEC. Nº 02/01, DEC. Nº 12/01, Protocolo de Olivos, DEC. Nº 07/02, DEC. Nº 11/02, DEC. Nº 27/02, DEC. Nº 26/02, DEC. Nº 26/02, DEC. Nº 27/02, DEC. Nº 28/02, DEC. Nº 28/02, Acuerdo sobre el Reglamento del Protocolo de Defensa de la Competencia del MERCOSUR, DEC. Nº 26/02, DEC. Nº 09/03, DEC. Nº 16/03, Acuerdo Preferencial de Comercio entre el MERCOSUR y la República de la India, DEC. Nº 16/04, DEC. Nº 14/04, Acuerdo Marco de Comercio entre el MERCOSUR y el Reino de Marruecos, DEC. Nº 37/04, DEC. Nº 34/04, DEC. Nº 32/04, Acuerdo Marco de Cooperación Económica entre los Estados Partes del MERCOSUR y los Estados Miembros del Consejo de Cooperación de los Estados Arabes del Golfo, DEC. Nº 12/05,

DEC. Nº 09/05, DEC. Nº 13/05, DEC. Nº 17/05, DEC. Nº 22/05, DEC. Nº 23/05, Acuerdo Marco sobre Complementación Energética Regional entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados Firmado: Montevideo, 9 de diciembre de 2005, Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR. Firmado: Caracas 4 de julio de 2006, DEC. Nº 07/06, DEC. Nº 10/06, DEC. Nº 16/06, DEC. Nº 21/06, DEC. Nº 23/06, Protocolo Modificadorio del Protocolo de Olivos para la Solución de Contraversias en el MERCOSUR. Firmado: Rio de Janeiro 19 de enero de 2007, DEC. Nº 29/07, DEC. Nº 50/07, DEC. Nº 28/08, DEC. Nº 29/08, DEC. Nº 25/08, DEC. Nº 26/08, DEC. Nº 17/08.

Todas elas podem ser consultadas em <http://www.mercosur.int>

Totalidade de atos aprovados pelo Parlamento do Mercosul ate a a Sessão Ordinaria XIX em setembro de 2009

Atos	Número	Sessão	Título
Declaração	03-07	VII Ses. Ord.	Declaração de respaldo as gestões de um acordo humanitário na República de Colômbia.
Declaração	04-07	VII Ses. Ord.	Condena ao genocídio Armênio.
Declaração	05-07	I Ses. Extra	O Parlamento do Mercosul declara o firme apoio ao regime institucional da Rep. De Bolívia, incluindo o reconhecimento das autoridades institucionais eleitas pelo povo boliviano.
Declaração	06-07	I Ses. Extra	Consideração para a eleição de Cristina Kirchner.
Declaração	01-08	VIII Ses. Ord.	Acordo de gratuidade de visado para Estudantes e docentes dos estados partes do Mercosul.
Declaração	02-08	VIII Ses. Ord.	Adesão à implementação do Programa América Latina e o Caribe sem Fome.
Declaração	03-08	VIII Ses. Ord.	Declaração sobre a invasão no Equador.
Declaração	04-08	VIII Ses. Ord.	Solidariedade aos seqüestrados em Colômbia.
Declaração	05-08	IX Ses. Ord.	“Que declara do interesse do Parl. do Merc. A Iniciativa dos governos de duas importantes regiões que compõem o bloco, durante o primeiro encontro de governos do Noroeste Argentino y dos Noroeste Brasileiro.
Declaração	06-08	IX Ses. Ord.	Solidariedade com os cidadãos cubanos detidos em Estados Unidos.
Declaração	07-08	IX Ses. Ord.	Adesão para com a Frente Parlamentária para os Direitos dos Deficientes Físicos.
Declaração	08-08	IX Ses. Ord.	Congratulações ao Presidente eleito do Paraguai.
Declaração	09-08	IX Ses. Ord.	Declara-se de interesse regional para a realização do congresso da reforma universitária latino-americana para se levar a cabo desde o 11 ao 15 de Junho em Córdoba Argentina.
Declaração	10-08	X Ses. Ord.	Declaração em defesa dos Direitos Humanos dos Migrantes.
Declaração	11-08	XI Ses. Ord.	Declaração de apoio ao G20 e ao Mercosul na OMC.
Declaração	12-08	XI Ses. Ord.	Declarado o firme apoio do Parl. Merco ao referendun revocatório convocado pelas autoridades da Bolívia para o próximo 10 de agosto.
Declaração	13-08	XI Ses. Ord.	Sobre a reativação de la IV Flota.
Declaração	14-08	XI Ses. Ord.	Respaldo ao Grupo Rio e à Resolução da OEA sobre o conflito entre Colômbia e Equador.
Declaração	15-08	XI Ses. Ord.	Adesão à Celebração do 50º aniversário do Parlamento Europeu.
Declaração	16-08	XI Ses. Ord.	Adesão ao foro sobre a água.
Declaração	17-08	XII Ses. Ord.	Parabéns ao Governo Colombiano pelo resgate de Ingrid Bittencourt.
Declaração	18-08	XII Ses. Ord.	Priorizar iniciativas que combatam efeitos de desertificação.
Declaração	19-08	XII Ses. Ord.	Oposição as medidas da União Européia que dificultam a entrada de carnes.
Declaração	20-08	XIII Ses. Ord.	Jornada cívica em Paraguai.
Declaração	21-08	XIII Ses. Ord.	Fortalecimento da paz na região.
Declaração	22-08	XIV Ses. Ord.	Declaração de pesar pelo falecimento do Parlamentário Max Rosenman
Declaração	23-08	XV Ses. Ord.	No Art 1. Declara-se a satisfação pelos resultados alcançados no 6º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, e em especial pelos esforços para concretizar a

			criação do Superior Tribunal de Justiça do MERCOSUR.-
Declaração	24-08	XV Ses. Ord	Sobre a integração energética da região.
Declaração	25-08	XV Ses. Ord	Solidariedade com tragédia climática em Santa Catarina.
Declaração	26-08	V Ses. Extr.	Apoio e participação do Fórum Social Mundial 2009
Declaração	01-09	XVI Ses. Ord	Crise Econômica Mundial
Declaração	03-09	XVII Ses. Ord	Admiração pelas eleições na Venezuela.
Declaração	04-09	XVII Ses. Ord	Segurança viária do Mercosul.
Declaração	05-09	XVIII Ses. Ord	Congratulações ao lançamento do Satélite Simón Bolívar
Declaração	06-09	XVIII Ses. Ord	A sua rejeição à ilegítima pretensão do governo Britânico de incluir as Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich e os espaços marítimos circundantes na sua apresentação perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental, estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CONVEMAR).
Disposição	06-07	IV Ses. Ord.	Regulamento Interno do Parlamento do Mercosul.
Disposição	08-07	V Ses. Ord.	Integração das Comissões Permanentes.
Disposição	05-08	VIII Ses. Ord	Integração das Comissões Permanentes.
Disposição	06-08	VIII Ses. Ord	Normas gerais relativas aos funcionários do Parlamento do Mercosul – Capítulo Fundo de Aposentadoria.
Disposição	07-08	VIII Ses. Ord	Convênio Marco Parlamento do Mercosul e União Européia
Disposição	08-08	VIII Ses. Ord	Que a Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários realizasse um informe sobre os temas econômicos da Agenda Política aprovada pelo Parlamento no dia 25 de Junho de 2007, ampliando o foco para o tema da moeda única, pelo intermédio da comissão especial constituída por um parlamentar de cada Estado Parte.
Disposição	09-08	VIII Ses. Ord	Delegação do Parlamento do Mercosul ante o governo da República de Bolívia
Disposição	13-08	IX Ses. Ord	Criação de uma Comissão Temporária, sobre violações dos Direitos Humanos em camponeses paraguaios.
Disposição	14-08	IX Ses. Ord	Criação de uma Comissão Temporária para o estudo da Legislação Nacional sobre Ciber-crimes.
Disposição	15-08	IX Ses. Ord	Aprova-se realização do encontro da integração energética.
Disposição	16-08	IX Ses. Ord	Realização do X Sessão Ordinária em Tucumán.
Disposição	21-08	III Ses. Extra	Integração das Comissões Permanentes.
Disposição	22-08	XI Ses. Ord	Sessões do Parlamento do Mercosul do ano 2008.
Disposição	23-08	XI Ses. Ord	Acordo entre a Duma e o Parlamento do Mercosul.
Disposição	24-08	XI Ses. Ord	Aprova-se seminário de integração energética.
Disposição	26-08	XII Ses. Ord	Criação do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul.
Disposição	26-08	XII Ses. Ord	A favor da estabilidade da Bolívia.
Disposição	27-08	XII Ses. Ord	Realização da II Sessão Especial.
Disposição	33-08	XIII Ses. Ord	Sessão extraordinária do Parlamento do Mercosul.
Disposição	34-08	XIII Ses. Ord	Logo e imagem institucional do Parlamento do Mercosul.
Disposição	35-08	XIII Ses. Ord	Compra de Equipamento.
Disposição	36-08	XIV Ses. Ord	Integração do Grupo de Trabalho Paraguai-Brasil.
Disposição	37-08	XIV Ses. Ord	Que modifica a Disposição número 11-2008 sobre reuniões das comissões.
Disposição	38-08	XIV Ses. Ord	Orçamento do Parlamento do Mercosul 2009-2010
Disposição	39-08	XIV Ses. Ord	Prorroga do prazo para "comissões temporária" criadas pela Disposição 13-2008.
Disposição	40-08	XIV Ses. Ord	Integração das Comissões Permanentes.
Disposição	43-08	XV Ses. Ord	Prorroga da Comissão especial para o diagnóstico e estado do Mercosul.
Disposição	47-08	V Ses. Extr.	Recesso de Atividades Parlamentares do Parlamento do Mercosul.
Disposição	48-08	V Ses. Extr.	Prorrogação do Grupo de trabalho Paraguai-Brasil.
Disposição	04-09	XVI Ses. Ord	Crise Econômica Mundial.
Disposição	05-09	XVI Ses. Ord	Sessões e Calendários do Parlamento do Mercosul.
Disposição	06-09	XVI Ses. Ord	Integração das Comissões Permanentes.
Disposição	07-09	XVI Ses. Ord	Regulamento do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul.
Disposição	08-09	XVII Ses. Ord	Integração das Comissões Permanentes
Disposição	09-09	XVII Ses. Ord	Prorrogação do prazo para a comissão especial para o diagnóstico e estado do Mercosul.
Disposição	10-09	XVII Ses. Ord	Criação de uma comissão especial para o estudo e seguimento da legislação vigente, nos diferentes Estados Partes, referida ao tráfico de pessoas, para a harmonização das mesmas com o objeto de planejar uma luta comum contra a luta deste problema.
Disposição	11-09	XVIII Ses. Ord	Analfabetismo de Adultos – Art 1º O Parlamento do MERCOSUL, por iniciativa da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, fará gestões nos respectivos Ministérios da Educação no sentido de que cada Governo informe que metas e planos adotou para eliminar o analfabetismo de adultos em seus territórios e quais os meios e recursos a serem utilizados para atingir este objetivo.
Disposição	12-09	XVIII Ses. Ord	Realização do 2º encontro de segurança viária

Disposição	13-09	XVIII Ses. Ord	Art. 1º. - Realizar audiências públicas, em plenário, com ministros de estado dos países do MERCOSUL que estejam à frente de pastas estratégicas para o processo de integração.
Antepro. De Norma	01-09	XVII Ses. Ord	Estatuto de Cooperativas.
Ped. Informes	01-08	XV Ses. Ord	Pedido de Informes ao CMC - No exercício de seus poderes estabelecidos no artigo 4º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, incursionando os seguintes pedidos de informes com destino ao Conselho do Mercado Comum e os Organismos do Mercosul que correspondam sobre a criação da Comissão de Negociação integrada por representantes da República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre o Complexo Binacional ITAIPU para que no marco de suas competências informem ao Conselho do Mercado Comum.
Ped. Informes	01-09	XIX Ses. Ord	Solicitar ao CMC um informe detalhado sobre antecedente e situação sobre os acordos Mercosul-UE
Informe	01-09	XVII Ses. Ord	Por Disp 13-2008 realizou-se o informe sobre o estudo de denúncias sobre o movimento campesino paraguaio
Recomendação	01-07	V Ses. Ord.	Pressuposto do Parlamento do Mercosul
Recomendação	02-07	I Ses. Extra	Criação de Mecanismos efetivos para ajudar a tragédia do Peru
Recomendação	01-08	X Ses. Ord	Instauração da Banda Larga nas escolas públicas
Recomendação	02-08	XI Ses. Ord	Recomendação ao CMC para o desenho de uma política comum a respeito do uso dos recursos do Aquífero Guaraní.
Recomendação	03-08	XIII Ses. Ord	Art. 1 O C M deverá fazer gestões junto à Argentina quanto à viabilidade da execução de obras de infra-estrutura e asfaltamento do trecho rodoviário que liga a fronteira do Brasil com a cidade argentina de São Pedro e com a Rota 27, objetivando que venha a ser uma realidade o Corredor Rodoviário de Integração Bi-Oceânico (Atlântico/Pacífico) integrando os países do MERCOSUL.
Recomendação	04-08	XIII Ses. Ord	Artigo 1º.- Que os países-membros sejam incitados a considerarem a expansão da infra-estrutura de transporte (aerovias, ferrovias e hidrovias) do MERCOSUL entre as prioridades de investimentos.
Recomendação	05-08	XIV Ses. Ord	Recomendação ao CMC criação do grupo de monitoramento sobre crises financeiras.
Recomendação	06-08	XIV Ses. Ord	Pressuposto do Parlamento do Mercosul
Recomendação	07-08	XIV Ses. Ord	Recomendação aos Estados Partes sobre a convenção dos Direitos Humanos dos Deficientes Físicos.
Recomendação	08-08	XIV Ses. Ord	Recomendação aos Estados Partes sobre políticas para a detecção breve dos Celíacos
Recomendação	09-08	XIV Ses. Ord	Estado de Elaboração do Código Aduaneiro
Recomendação	10-08	XIV Ses. Ord	Informe sobre proposta grupo <i>ad hoc</i> do GMC Dec. CMC 56-07
Recomendação	11-08	XV Ses. Ord	Instaurar o dia 25 de novembro como o dia de não violência do Mercosul
Recomendação	12-08	V Ses. Extr.	Adotar iniciativas e entendimentos objetivando a criação de grupo de trabalho para debater os temas ligados às pessoas com deficiência
Recomendação	01-09	XVII Ses. Ord	Solicita declaração ao guarani como língua e idioma oficial
Recomendação	02-09	XVII Ses. Ord	Recomenda ao CMC a criação da secretaria do adulto maior
Recomendação	03-09	XVII Ses. Ord	Incitar aos Governos do Parag e Brasil a tomar medidas pertinentes para acelerar a construção de 2 pontes sobre o Rio Paraná com caráter bimodal rodo-ferroviário que unirá Foz de Iguaçu com o Porto de Presidente Franco
Recomendação	04-09	XVIII Ses. Ord	Gestões ante el Gov. do Paraguai para o corredor bio-oceânico
Recomendação	05-09	XVIII Ses. Ord	Nomeação de uma ponte fronteira Par-Br
Recomendação	06-09	XVIII Ses. Ord	Que o Conselho do Mercado Común crie o Instituto Estadístico del MERCOSUR (IEM).
Recomendação	07-09	XVIII Ses. Ord	Que o CMC instrua os Estados Partes que contactem suas Comissões Regionais Coordenadoras de Área de "Historia da Integração de América Latina"
Recomendação	08-09	XVIII Ses. Ord	Que o CMC instrua aos Est. Part. A harmonização dos Currículos Universitários
Recomendação	09-09	XVIII Ses. Ord	Que nos postos fronteiriços se realizem teste de alcoolismo
Recomendação	10-09	XVIII Ses. Ord	Que o CMC incite aos Est. Partes para que tomem medidas internas para a livre circulação dos imigrantes do bloco
Recomendação	11-09	XVIII Ses. Ord	Se solicite a Secretaria do MERCOSUL que faça chegar a este Parlamento e a Comissão Especial de Diagnóstico e Estado de Situação do MERCOSUL, os informes referidos ao seguimento e avaliação do desenvolvimento do processo de Integração que em nível semestral foram produzidos através da citada Área Técnica desde o mês de maio de 2003 até a presente data.

O texto completo de cada uns dos atos pode se consultar a traves do Parlamento del MERCOSUR: <http://www.parlamentodelmercosur.org/>

Distribuição no Parlamento do Mercosul dos Parlamentares Brasileiros por Estado, Região e Geografia com respeito aos países do Mercosul.

PARLAMENTARIO	PARTIDO	ESTADO	REGIÃO	GEOGRA.
Dip. Germano Bonow	DEM	RG	Sur	Fronteira
Sen. Inácio Arruda	PCdoB	CE	Nordeste	No Front.
Sen. Cristovam Buarque	PDT	DF	Centro Oeste	No Front.
Sen. Efraim Moraes	PFL	PB	Nordeste	No Front.
Sen. Romeu Tuma	PFL	SP	Sudeste	No Front.
Dip. César Schmier	PMDB	RS	Sur	Fronteira
Sen. Geraldo Mesquina Jr	PMDB	AC	Norte	No Front.
Dip. Max Rosenmann ¹	PMDB	PR	Sur	Fronteira
Sen. Pedro Simon	PMDB	RS	Sur	Fronteira
Dip. George Hilton	PP	MG	Sudeste	No Front.
Dip. Geraldo Thadeu	PPS	MG	Sudeste	No Front.
Dip. Beto Albuquerque	PSB	RS	Sur	Fronteira
Dip. Cláudio Diaz	PSDB	RS	Sur	Fronteira
Sen. Marisa Serrano	PSDB	MS	Sur	Fronteira
Sen. Aloizio Mercadante	PT	SP	Sudeste	No Front.
Dip. Dr. Rosinha	PT	PR	Sur	Fronteira
Sen. Sérgio Zambiasi	PTB	RS	Sur	Fronteira
Dip. José Paulo Tóffano	PV	SP	Sudeste	No Front.

¹-Falecido em outubro de 2008

Fonte: Parlamento do MERCOSUL (Julio 2009)

Distribuição no Parlamento do Mercosul dos Parlamentares Argentinos por Estado, Região e Geografia com respeito aos países do Mercosul.

PARLAMENTARIO	PARTIDO	BLOQUE	PROVINCIA	Geografía
Dip. Eduardo G. Macaluse	ARI	ARI	Bs As	No Front.
Dip. Adrián Pérez	ARI	ARI	Bs As	No Front.
Sen. Oscar A. Castillo	FC y S Catamarca	FC y S Catamarca	Catamarca	No Front.
Sen. Adolfo R. Sáa	PA FJ	B. J. San Luis	San Luis	No Front.
Sen. Élda M. Vigo	PFR Concordia	FPV	Misiones	Fronteira
Dip. Agustín O. Rossi	PJ	FPV	Santa Fé	No Front.
Dip. Beatriz L. Rojkes	PJ	FPV	Tucumán	No Front.
Sen. Guillermo R. Jenefes	PJ	FPV	Jujuy	No Front.
Dip. Jorge E. Sarghini	PJ	JN	Bs As	No Front.
Sen. José J. Pampuro	PJ	FPV	Bs As	No Front.
Sen. José M. Á. Mayans	PJ	FPV	Formosa	Fronteira
Dip. Juan M. Irrazabal	PJ	FPV	Misiones	Fronteira
Dip. Mabel H. Muller	PJ	FPV	Bs As	No Front.
Dip. Mariano F. West	PJ	FPV	Bs As	No Front.
Sen. Roberto F. Ríos	PJ	FPV	Corrientes	Fronteira
Sen. Isabel J. Viudes	PJ	FPV	Corrientes	Fronteira
Sen. Arturo Vera	UCR	UCR	Entre Ríos	Fronteira
Dip. Vilma R. Baragiola	UCR	UCR	Bs As	Capital

Fonte: Parlamento do MERCOSUL (datos Julio 2009)

Distribuição dos Parlamentares na Comissão Parlamentar sobre o Mercosul no Congresso Brasileiro.

Período 1995-1998					
Partido	Parlamentares	Função	UF	Geografia	Região
PMDB	José Fogaça	Senador	RS	Fronteira	Sul
PMDB	Casildo Madaner	Senador	PR	Fronteira	Sul
PMDB	Paulo Ritzel	Deputado	RS	Fronteira	Sul
PMDB	Valdir Colatto	Deputado	SC	Fronteira	Sul
PFL	Wilson Kleinubing	Senador	SC	Fronteira	Sul
PFL	Romero Jucá	Senador	RR	No Front.	Norte
PFL	Paulo Bornhasen	Deputado	SC	Fronteira	Sul
PFL	Luciano Pizzato	Deputado	PR	Fronteira	Sul
PPB	Osmar Dias	Senador	PR	Fronteira	Sul
PPB	Espiridião Amin	Senador	SC	Fronteira	Sul
PPB	Júlio Redecker	Deputado	RS	Fronteira	Sul
PPB	Dilceu Sperafiro	Deputado	PR	Fronteira	Sul
PSDB	Lúdio Coelho	Senador	MS	Fronteira	Centro-Oeste

PSDB	Franco Montoro	Deputado	SP	No Front.	Sudeste
PTB	Emília Fernandes	Senador	RS	Fronteira	Sul
PT	Miguel Rosseto	Deputado	RS	Fronteira	Sul

Fonte: Vigevani, Mariano & Oliveira (2000)

Período 1999-2002					
Partido	Parlamentares	Função	UF	Geografia	Região
PMDB	José Fogaça	Senador	RS	Fronteira	Sul
PMDB	Casildo Maldaner	Senador	SC	Fronteira	Sul
PMDB	Roberto Requião	Senador	PR	Fronteira	Sul
PMDB	Confúcio Moura	Deputado	RR	No Front.	Norte
PMDB	Germano Rigotto	Deputado	RS	Fronteira	Sul
PFL	Jorge Bornhausen	Senador	SC	Fronteira	Sul
PFL	Geraldo Althoff	Senador	SC	Fronteira	Sul
PFL	Ney Lopes	Deputado	RN	No Front.	Nordeste
PFL	Santos Filho	Deputado	PR	Fronteira	Sul
PSDB	Álvaro Dias	Senador	PR	Fronteira	Sul
PSDB	Pedro Piva	Senador	SP	No Front.	Sud-Este
PSDB	Nelson Marchezan	Deputado	RS	Fronteira	Sul
PSDB	Feu Rosa	Deputado	ES	No Front.	Sud-Este
PPB	Julio Redecker	Deputado	RS	Fronteira	Sul
PTB	Emília Fernandes	Senador	RS	Fronteira	Sul
PT	Luiz Mainardi	Deputado	RS	Fronteira	Sul

Fonte: Vigevani, Mariano & Oliveira (2000)